



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

TAYNARA FREITAS BATISTA DE SOUZA

**“MTST A LUTA É PRA VALER”:  
POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NOS GOVERNOS  
LULA E DILMA (2003-2015)**

TAYNARA FREITAS BATISTA DE SOUZA

**“MTST A LUTA É PRA VALER”:  
POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NOS GOVERNOS  
LULA E DILMA (2003-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado

Londrina  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Souza, Taynara Freitas Batista de .

"MTST a luta é pra valer" : posicionamento político-ideológico nos governos Lula e Dilma (2003-2015) / Taynara Freitas Batista de Souza. - Londrina, 2016.  
108 f.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

Inclui bibliografia.

1. MTST - Tese. 2. MCMV - Tese. 3. Posicionamento político-ideológico - Tese. 4. Estado burguês - Tese. I. Machado, Eliel Ribeiro . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

TAYNARA FREITAS BATISTA DE SOUZA

**“MTST A LUTA É PRA VALER”:**

**POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NOS GOVERNOS LULA E  
DILMA (2003-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Ronaldo Gaspar  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Débora Goulart  
Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

Londrina, 14 de outubro de 2016.

Dedico esta pesquisa a todos os trabalhadores que lutam contra qualquer  
forma de exploração e opressão.

## **AGRADECIMENTO (S)**

À minha família, pois sem eles não teria conseguido chegar onde estou e fazer essa história. Em especial minha tia Cida e tio Carlos.

Ao meu pai Jânio por nunca ter desistido da minha educação.

À minha mãe Lucília e minha irmã Danielle que sempre apoiaram minhas escolhas, principalmente de fazer uma faculdade.

À Natalia Cabau e Eduardo Borghi pela amizade e paciência.

À Mariana Lemes, meu carinhoso agradecimento por nunca se esquecer de mim e sempre estar presente nos momentos mais importantes da minha vida. Obrigada por essa maravilhosa amizade.

À Talita Gonçalves, Nathalia Kawano, Luisa Marega, Tathiane Nunes, Marcos Chagas, Isabel Sena, Jamile Carla, Murillo van der Laan e Diego Batista.

Ao meu companheiro Thiago C. Mattos, por estar ao meu lado e por ser essa pessoa carinhosa e compreensiva.

Ao Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL) e ao Grupo de Estudos Marxistas (GEMARX), obrigada pela parceria nas discussões teóricas e no apoio na realização desta pesquisa.

Ao meu orientador, Eliel Ribeiro Machado, sem ele esta pesquisa não seria concretizada. Agradeço as leituras atentas e minuciosas aos meus textos, pela paciência com os meus erros, pela orientação, pelas dicas, pelos “pitacos” e pela sinceridade. Obrigada por tudo!

Ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina; aos professores e funcionários da Secretaria de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado do CLCH.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

SOUZA, Taynara Freitas Batista de. **“MTST a luta é pra valer”**: posicionamento político-ideológico nos governos Lula e Dilma (2003-2015). 2016. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

## RESUMO

Essa pesquisa investiga o posicionamento político-ideológico do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), uma das principais organizações políticas da atualidade, sob os governos de Luiz Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff, entre 2003 e 2015. Trata-se de um tema ainda pouco pesquisado dentro da academia, pelo menos na perspectiva que oferecemos neste trabalho. Para desenvolvê-lo, fizemos um percurso histórico que abarca desde as lutas sociais dos anos 1970 e 1980 até chegarmos aos dias atuais. Preocupa-nos, sobremaneira, de um lado, observar a atuação do Estado na promoção de políticas públicas habitacionais para as camadas populares e, de outro, as lutas dos trabalhadores por moradia. É neste sentido que resgatamos o contexto de surgimento do MTST, seu histórico de luta, sua composição social e suas bandeiras. Mais especificamente, analisamos a atuação do movimento junto aos governos petistas a partir de seus posicionamentos políticos, principalmente no que diz respeito ao “Programa Minha Casa, Minha Vida”. O que nos leva a concluir, teoricamente, que o MTST é o “efeito empírico” da representação defasada de classes, como o são os partidos políticos. Trata-se, no fundo, de uma perspectiva que joga luz na centralidade da luta de classes para a análise dos movimentos populares e que, com isso, procura contribuir para o avanço dos estudos marxistas sobre o tema. Para a sua realização, valemo-nos, fundamentalmente, de dissertações, teses, artigos científicos etc., bem como recorreremos aos materiais produzidos pelo próprio movimento (revista, sites, redes sociais, entrevistas etc.).

**Palavras-chave:** MTST. Estado burguês. Classes sociais. Posicionamento político-ideológico. Minha Casa, Minha Vida.

SOUZA, Taynara Freitas Batista de. **“MTST, the struggle is for real”**: political-ideological position under Lula and Dilma’s governments (2003-2015). 2016. 108p. Dissertation (Master’s degree in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

### **ABSTRACT**

This research deals with the political-ideological position of the Homeless Workers’ Movement – currently one of the main political organizations in Brazil – under the governments of Luiz Inácio “Lula” da Silva and Dilma Rousseff, between 2003 and 2015. At least in the perspective offered by this research, this theme has not received much academic attention. To develop it, we followed a historical path that starts with the social struggles in the 1970s and 1980s and goes on until the present days. We are especially concerned here, on the one hand, with the role played by the State in offering housing public policies to popular sectors and, on the other hand, the workers’ struggles for housing. In this sense, we recur to the context of MTST emergence, the history of its struggle, its social composition and demands. More specifically, we analyse the movement’s political positions facing the PT’s governments, especially concerning the “My House, My Life” housing program. This leads us to the conclusion that, theoretically, MTST is the “empirical effect” of phased out class representation, as are the political parties. This is, in fact, a perspective that elucidates the centrality of class struggles to the analysis of popular movements and, with that, we try to contribute to marxists studies about this theme. In order to fulfil our tasks, we use, fundamentally, dissertations, thesis, scientific articles, etc. and we also recur to the material produced by the movement itself (journals, websites, social networks, interviews, etc.).

**Keywords:** MTST. Bourgeois State. Social classes. Political-ideological position. My House. My Life.



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Crescimento econômico do Brasil (2003-2010) .....	69
<b>Tabela 2</b> – Construção de unidades habitacionais por renda (PMCMV-1) .....	75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio da América
AMA	Assistência Médica Ambulatorial
APA	Associação Periferia Ativa
BC	Banco Central
BNH	Banco Nacional de Habitação
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAO	Comissão de Acompanhamento de Obras
CADÚNICO	Cadastro Único
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
COHAB	Companhia de Habitação
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONCIDADES	Conselho Nacional das Cidades
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRE	Comissão de Representantes
CSP-CONLUTAS	Central Sindical e Popular-Conlutas
EBES	Estado de Bem-Estar Social
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EO	Entidades Organizadoras
EUA	Estados Unidos da América
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FAU-SP	Faculdade Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

FC	Fórum de Cortiços
FCP	Fundo Casa Popular
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FLM	Frente de Luta por Moradia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNMP	Fundo Nacional de Moradia Popular
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
HIS	Habitação de Interesse Social
IAP	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
MMC	Movimento de Moradia do Centro
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTC	Movimento Sem-Teto do Centro
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OMC	Organização Mundial do Comércio
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família

PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PD	Plano Diretor
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa Integração Social
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades
PNH	Política Nacional de Habitação
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SAB	Sociedades dos Amigos de Bairro
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SENAB	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
SM	Salário Mínimo
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
ULC	União Luta de Cortiços
UMMSP	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 - LUTAS SOCIAIS POR MORADIA NO BRASIL (1822-2000)</b> .....	19
1.1 DESENVOLVIMENTO URBANO: CIDADES E MORADIAS (1822-1970).....	19
1.2 MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES POPULARES POR MORADIA (1970-1980).....	28
1.3 POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL (1960-2000) .....	34
<b>CAPÍTULO 2 - MTST: COMPOSIÇÃO SOCIAL, DESAFIOS E CONQUISTAS NA LUTA POR MORADIA</b> .....	39
2.1 NEOLIBERALISMO NO BRASIL .....	39
2.2 AS LUTAS DOS SEM-TETO .....	43
2.3 HISTÓRICO DE LUTA DO MTST.....	47
2.4 A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO MTST: SITUAÇÃO E POSICIONAMENTO DE CLASSE .....	52
2.4.1 <i>O Lugar que os Trabalhadores Sem-Teto Ocupam nas Relações de Produção</i> .....	53
2.4.2 <i>Posicionamento de Classe</i> .....	56
2.5 AS BANDEIRAS DO MTST: REFORMA URBANA E PODER POPULAR.....	57
<b>CAPÍTULO 3 - O MTST E A LUTA POR MORADIA NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2015)</b> .....	62
3.2 O GOVERNO LULA E DILMA E O REARRANJO DO BLOCO NO PODER .....	64
3.3 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: POLÍTICA HABITACIONAL NOS GOVERNOS PETISTAS .....	70
3.3.1 <i>Modalidades, Funcionamento e Público-Alvo</i> .....	71
3.4 POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DO MTST .....	78
<b>CONCLUSÃO</b> .....	93
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96
<b>ANEXOS</b> .....	103
ANEXO A .....	105
ANEXO B .....	107

## INTRODUÇÃO

O primeiro contato com o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto ocorreu, em 2009, durante a graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina. Naquele momento, realizamos uma radiografia dos movimentos sem-teto organizados no Brasil e, de todos os existentes, optamos, finalmente, pelo MTST, por se destacar no cenário político nacional e, além disso, carregar em sua bandeira a defesa de uma sociedade socialista.

Delimitado o objeto, propomos investigar a sua relação com os governos de Luiz Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff, entre 2003 e 2015, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Para melhor compreendermos esta relação, apoiar-nos-emos, de um lado, nas contribuições teóricas de Nicos Poulantzas que propõe analisar as posições de classe a partir das suas determinações econômicas, políticas e ideológicas; e, de outro, utilizando-nos de vasto material bibliográfico a respeito, além de documentos do próprio movimento (publicações, redes sociais, sites etc.).<sup>1</sup>

Ao constatarmos que o MTST é um dos principais movimentos populares na atualidade, duas questões merecem a nossa reflexão neste trabalho: a primeira, quais são as razões que levaram ao fortalecimento de suas lutas nesse período? Devido o aumento das ocupações realizadas por eles. Segunda, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCV) atende às demandas do movimento?

Em relação à primeira, desenvolvida mais detalhadamente nos dois últimos capítulos, constatamos que nos anos 2000 houve um fortalecimento do movimento, principalmente se observarmos a sua presença orgânica em pelo menos oito estados da federação. Um elemento que talvez ajude a compreendê-lo (podendo ser uma das suas causas) é que coincide, de um lado, com o acirramento do desenvolvimento urbano, caracterizado pela segregação socioespacial entre as classes sociais e, de outro, com as mudanças nas relações de trabalho, levando uma parcela dos trabalhadores sem-teto a se organizar nas periferias e nos centros urbanos. Em outras palavras, a luta dos trabalhadores por moradia está relacionada a um tipo específico de desenvolvimento capitalista e ao papel do Estado burguês, assim o surgimento de movimentos deste tipo está ligado a um contexto de desenvolvimento urbano que segrega os trabalhadores das classes populares.

---

<sup>1</sup> Além deste material, foi-nos fundamental o acesso aos relatórios oficiais do próprio governo sobre os investimentos do programa “Minha casa, minha vida” e a análise dos documentos da Caixa Econômica Federal e da Secretaria Nacional de Habitação sobre a construção de habitações de interesse social.

Em relação à segunda questão, parece-nos que o PMCMV só atende parcialmente às demandas do movimento, até porque não se trata de uma política pública voltada apenas para atender aos trabalhadores sem-teto de perfil socioeconômico baixo (de zero a três salários mínimos). Ao contrário, como procuramos demonstrar no 3º capítulo, os estratos sociais mais elevados são os seus maiores beneficiários (acima de três salários mínimos). Além disso, ele acabou se tornando um programa de difícil acesso e com critérios que excluem boa parte da população.

Quando observamos a atuação do governo propriamente dito no processo de implementação desta política pública, não podemos deixar de mencionar que, a rigor, ela atende, sobretudo, aos interesses do capital imobiliário e/ou rentista em detrimento dos interesses da imensa maioria social que necessita de uma moradia digna.

Exatamente em função deste problema, faz-se necessário compreendermos a composição do bloco no poder nesses governos, com o objetivo de desvendarmos dentro dele o lugar privilegiado ocupado pelo capital ligado à especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, em que medida a correlação de forças impede mudanças estruturais em favor da maioria social ou dos trabalhadores sem-teto. Para isso, recorreremos a Nicos Poulantzas (1986), formulador do conceito, e a Armando Boito Jr. (2013), para melhor entendimento das características do que ele denomina de neodesenvolvimentismo nos governos petistas.

Ainda sobre as duas questões levantadas mais acima, elas estão intimamente conectadas com a problematização que fazemos em relação às determinações de classe do movimento, bem como às suas posições político-ideológicas durante os governos petistas (2003-2015). Em outros termos, o seu fortalecimento, como já o dissemos antes, também pode ser creditado às suas posições públicas críticas sobre os limites e as formas de aplicação do PMCMV. Posições estas que o levaram (e ainda o levam) a grandes manifestações, como também a ocupações de terrenos nas periferias das cidades onde ele está presente. Compreender, portanto, quem é a sua principal base social é de grande valia, como pudemos encontrar nos trabalhos de Oliveira (2010) e Goulart (2011), que nos revelaram se tratar de desempregados, trabalhadores que vivem de bico e serventes, em sua maioria.

Aproveitamo-nos também, nesta pesquisa, dos estudos sobre os “movimentos sociais urbanos” da década de 1980 no Brasil, principalmente das contribuições de Lúcio Kowarick (1988) e Maria da Glória Gohn (1991). Eles nos permitiram recuar um pouco no tempo para melhor entendermos o presente. E, neste ponto, valemo-nos, entre outros, dos trabalhos sobre o processo de distribuição do espaço e como nele foi tratada a



questão da moradia, como se pode verificar em Erminia Maricato (2015) e Nabil Banduk (2008).

Não podemos desconsiderar o quadro político, social, econômico e ideológico mais geral no qual se desenvolveu a luta do MTST, bem como de outros movimentos, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Ou seja, os anos 1990 foram de profunda reestruturação produtiva com a implantação de políticas neoliberais pelos governos eleitos nesse período. O MTST, embora seja mais jovem que o MST e apesar de ter nascido praticamente daquele, começou a atuar mais fortemente num momento em que tais políticas começaram a entrar em declínio (mas não se encerraram) e se fortaleceu no processo de implantação das políticas neodesenvolvimentistas, no início do segundo mandato do governo Lula. Além disso, o processo de reestruturação produtiva que alterou as relações de trabalho, gerando empobrecimento e instabilidade para a classe trabalhadora, impulsionou a organização do movimento.

Antes de apresentarmos a estrutura desta dissertação, é importante indicarmos as opções teórico-metodológicas que nos moveram para escrevê-la. Não é uma tarefa fácil, pois, para os marxistas, o método se encontra na própria forma de análise, na forma pelo qual se delimita e se problematiza o próprio “objeto” de estudos. Porém, como lidamos, teórica e empiricamente, com um “movimento social” (o MTST), apresentamos breves considerações a respeito.

Do ponto de vista teórico, não há consenso dentro do marxismo em relação à definição de “movimentos sociais”. Há autores, por exemplo, que consideram que eles se remetem exclusivamente às classes populares (Galvão, 2011), enquanto outros, ao contrário, os consideram pertencentes a todas as classes sociais, desde os dominantes até os dominados (Machado, 2015). Para sustentar tal hipótese, Machado (2015) defende que os “movimentos sociais” (na verdade, “movimentos de classes”) são efeitos das estruturas econômica, política e ideológica e que, além disso, são representações defasadas das classes, como os partidos e os sindicatos, embora as suas naturezas sejam distintas. Estas defasagens decorrem, principalmente, da autonomia relativa das próprias estruturas que não produzem efeitos iguais sobre as representações. Apesar desta diferença mais abstrata de abordagem em relação ao conceito propriamente dito, ambos os autores consideram que o MTST pertence às classes dominadas, oprimidas e exploradas.

Em relação aos chamados movimentos sociais brasileiros, especialmente aos ligados às lutas por moradia nas décadas de 1970 e 1980, há vários autores que contribuem

para o seu entendimento: Lúcio Kowarick (1988), Vera da Silva Telles (1988), Silvio Caccia Bava (1988), Paul Singer (1980), Maria da Glória Gohn (1991). Na literatura internacional, temos os estudos de Manuel Castells (1976), Jordi Borja (1975) e Jean Lojkine (1980) que realizaram as suas investigações a partir do eixo das “contradições urbanas” (determinação estrutural), com base no marxismo, nos contextos dos movimentos urbanos da França e da Espanha. Estes autores influenciaram os estudos no Brasil.<sup>2</sup>

Como o nosso objeto de pesquisa é um movimento eminentemente urbano, Gohn (1991) nos ajuda a compreendê-lo melhor quando afirma que movimentos deste tipo são aqueles que trabalham com problemáticas como “o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano”, como, por exemplo, moradia e serviços de consumo. Para ela, esses movimentos têm caráter de classe (não seriam propriamente movimentos de classe), pois são “heterogêneos” em sua composição social. Assim, eles seriam, em quantidade, a maioria no universo dos “movimentos sociais” (p. 9).

Enfim, a partir de agora, apresentamos a forma como esta dissertação está dividida: são três capítulos e cada um deles comporta subcapítulos.

No primeiro, o objetivo é mostrar as lutas sociais por moradia nos anos 1970 e 1980 para que compreendamos os seus desdobramentos, rupturas e continuidades (ou inovações) nas décadas subsequentes, principalmente a que nos interessará mais detidamente, a de 2000. De todo modo, na primeira parte tratamos, de forma resumida, do processo de desenvolvimento urbano e as contradições no âmbito da cidade que levaram a um cenário de lutas populares. Na segunda, mostramos as principais lutas, organizações populares e as principais reivindicações por melhorias no âmbito urbano. Na terceira, encerramos com uma análise da política habitacional desde 1964 até os anos 2000.

O segundo capítulo se divide em quatro partes. Na primeira, apresentamos o contexto de surgimento dos movimentos sem-teto em função das políticas neoliberais para as classes trabalhadoras. Na segunda, recuperamos a história do MTST e os principais acontecimentos que o levaram a se tornar um dos principais movimentos populares em torno da luta por moradia no país. Na terceira, procuramos identificar quem são os sem-teto e qual o perfil socioeconômico dos trabalhadores organizados no movimento. A partir destes dados, propomos uma análise que procura relacionar as determinações de classe com as suas posições políticas e ideológicas na conjuntura. E na quarta e última parte, dedicamo-nos à

---

<sup>2</sup> É importante dizer que mesmo tendo iniciado as suas primeiras investigações sob o manto teórico do marxismo, não significa que os autores se mantiveram ao longo de suas carreiras. Maria da Glória Gohn (2008) chama a atenção para isso, mas nem ela mesma mantém atualmente as suas posições teóricas iniciais.

compreensão das bandeiras de luta do movimento: Reforma Urbana e Criar Poder Popular. O objetivo é agregar mais elementos para a compreensão do seu projeto político-ideológico.

No terceiro e último capítulo, analisamos fundamentalmente a relação do MTST com os governos Lula e Dilma, entre 2003 e 2015. Em virtude da reorganização do bloco no poder com a entrada do PT no Governo Federal, contextualizamos a ascensão política desses governos mostrando a crise do modelo neoliberal e a mudança da postura político-ideológica do PT. Na segunda parte, levando em conta o quanto as políticas públicas de moradia foram insuficientes nos governos anteriores, procuramos problematizar o caráter mercadológico do PMCMV e seu funcionamento. Para encerrar, o terceiro tópico deste capítulo consiste em analisar o posicionamento político-ideológico do MTST com relação ao processo político atual a partir da abordagem teórica poulantziana.

## CAPÍTULO 1 - LUTAS SOCIAIS POR MORADIA NO BRASIL (1822-2000)

Neste capítulo, inicialmente recuperamos sumariamente o processo tardio de urbanização brasileiro (1822-1970); na sequência, nas duas últimas partes, abordamos o período correspondente à urbanização do país propriamente dita e os principais movimentos populares da época (1970-1980), e, por fim, oferecemos uma breve análise sobre as políticas habitacionais desde a década de 1960 até os anos 2000.

### 1.1 DESENVOLVIMENTO URBANO: CIDADES E MORADIAS (1822-1970)

No início do século XX, devido ao crescimento da industrialização no Brasil, as cidades foram o local que receberam os imigrantes e migrantes trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Todavia, a falta de investimentos em políticas públicas habitacionais para as classes populares estabeleceu uma condição desfavorável com relação ao acesso à moradia.

Entendemos as cidades, palcos das lutas dos sem-teto, como cidades do capital<sup>3</sup>. Entre as diversas contribuições<sup>4</sup> para se compreender a formação das cidades, destaca-se a definição de Henri Lefebvre: “reservaremos o termo ‘sociedade urbana’ à sociedade que nasce da industrialização” (LEFEBVRE, 1999, P. 15). É na cidade do capital que há o desenvolvimento urbano que se compreende como o processo que engloba a industrialização, as migrações, o comércio, vias de transportes e a habitação. O excedente gerado pela agricultura possibilitou a troca de mercadorias entre as pessoas, estabelecendo uma relação mercantil que se desenvolveria, mais especificamente, nos burgos e que resultaria nas cidades do capital contemporâneas.

De acordo com Lefebvre (1999), a cidade em que se habita nas sociedades capitalistas tem como diferencial a produção e a troca de mercadorias, além de ser um espaço de moradia e trabalho. A partir disso, definimos que o modo como foi ocupado o espaço, seguiu a lógica mercadológica, pois a terra também se transformou em mercadoria. Portanto, o espaço foi dividido funcionalmente a partir dessa condição e o capital, ao dividir o território de acordo com suas necessidades, possibilitou o surgimento de novos elementos que

<sup>3</sup> O autor faz essa definição para esclarecer as ambiguidades que surgem ao pensar o surgimento das cidades: *citê* grega, cidade medieval, megalópoles, cidade oriental, como se todas fizessem parte do mesmo processo. Ao evidenciar a relação de produção estabelecida de determinado território, destacam-se as contradições que surgem a partir disso e quais são os sujeitos nela envolvidos (Lefebvre, 1999).

<sup>4</sup> Ver também *O que é cidade* de Raquel Rolnik de 1988.

particularizam a sociedade urbana capitalista como, por exemplo, a segregação socioespacial. Vale deixar claro que não há um desaparecimento da produção agrícola diante desse processo: o autor trabalha com a ideia de que a concentração da produção na cidade acompanha o processo de distribuição da produção agrícola. Que o urbano predomina e se alastra sobre o campo, delimitando um espaço para a circulação da mercadoria (LEFEBVRE, 1999). Além disso, podemos perceber que esse processo ocorreu em escala global com a tendência a urbanização completa dos espaços.

Além dessa definição que se dá a partir da distribuição das mercadorias, entendemos que o espaço urbano capitalista é o efeito das estruturas (econômica, política e ideológica) do modo de produção capitalista, assim, o que particulariza a cidade do capital é a forma como ocorre a reprodução do modo de produção capitalista, que encontrou no ambiente urbano o meio adequado para isso. Portanto, as cidades urbanas capitalistas não surgem ao acaso, ou por um condicionante da evolução histórica populacional ou por vontade própria de todos os indivíduos.

No Brasil, o desenvolvimento urbano ocorreu de forma particular, assim como houve diferentes tipos de moradias que foram destinadas aos trabalhadores. Em sua origem, a colônia emerge como um território amplamente vasto que possibilitou a exploração agrícola dos portugueses que aqui chegaram. Segundo Arlete Moysés Rodrigues,

Até 1822 a distribuição de terras no Brasil era realizada pelo regime de sesmarias. Sem levar em conta a ocupação indígena, após o descobrimento, por graça de Deus, as terras passaram a “pertencer” ao Monarca, o qual por este “Direito” fazia concessões de sesmarias (grandes extensões de terras) e doações de datas (lotes menores). Estas formas de atribuir terras, impunha obrigações para quem as recebia e, teoricamente, o não cumprimento de algumas obrigações fazia com que a terra fosse devolvida (devolutas) (RODRIGUES, 1989, p. 17).

Depois de 1822 (Independência do Brasil), esse sistema de sesmarias foi suspenso não havendo mais regulação sobre as terras, assim, a invasão ocorreu de forma aleatória a quem quisesse ou pudesse obtê-la, ou melhor, para os senhores (fazendeiros). Em 1850, o governo promulgou a Lei de Terras que instituiu a posse da terra mediante pagamento, assim, o proprietário seria reconhecido juridicamente. Além disso, com a eminência da abolição da escravidão, essa lei impediria a posse de terras pelos escravos (RODRIGUES, 1989).

Do período de Independência do Brasil até a Proclamação da República, a economia ainda era basicamente voltada à agricultura de exportação com a posse de grandes extensões de terras (latifúndios) e a utilização do trabalho escravo. As classes dominantes eram compostas por fazendeiros e comerciantes ligados à exportação e importação. Portanto, os trabalhadores negros, a grande maioria, eram utilizados como mão de obra escrava e os nativos não negros trabalhavam em regime semisservil (RODRIGUES, 1989).

De acordo com Emília Viotti da Costa (2010), a urbanização nesse período se restringia, em grande parte, às cidades litorâneas, as principais foram: Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís do Maranhão. Nessas regiões foram construídos portos por onde escoavam os produtos importados e exportados das grandes lavouras. A cidade de São Paulo era, também, um território urbano de expressão que interligava outras regiões mais afastadas do país.

Quando se fala em urbanização nesse período não se deve fazer uma relação direta com o que temos hoje - as cidades daquele período estavam submetidas à economia rural e colonial e seu espaço restrito ao comércio, ao poder político-administrativo, às igrejas e às atividades culturais. E havia também uma diferença das cidades litorâneas e portuárias em relação às cidades do interior. Enquanto aquelas eram mais modernas e havia grande fluxos de pessoas, estas eram extensões de áreas rurais com atividades agrícolas e serviam, em sua maioria, de espaço somente para moradias (COSTA, 2010).

Após a oficialização da República, em 1889, e já com o fim da escravidão (ocorrido em 1888), mesmo com a gradual transformação nas relações de trabalho e com a ocupação do território que se expandia, o país, porém, manteve sua economia voltada à agricultura de exportação com o domínio das classes latifundiárias (COSTA, 2010). Dessa forma, para o entendimento do processo de desenvolvimento urbano no século XIX em terras brasileiras precisa-se levar em consideração o sistema econômico colonial e rural que vigorou por aqui. Segundo Emília Viotti da Costa,

A sobrevivência da estrutura da produção colonial no Brasil depois da Independência: o trabalho escravo ou semisservil, o latifúndio, a economia baseada na exportação de produtos tropicais, bem como a instituição de um sistema político paternalista baseado num sistema de clientela e na marginalização de extensas camadas da sociedade foram responsáveis, no século XIX, por um tipo de urbanização que não segue as formas do modelo

clássico de urbanização fundado na análise do processo urbano nas áreas centrais do sistema capitalista (COSTA, 2010, p.235).<sup>5</sup>

Na transição do fim do século XIX e início do século XX, com o fim da escravidão, uma parte dos negros libertos migrou para as cidades. E também, o governo brasileiro incentivou a imigração de trabalhadores europeus da Espanha, Itália, Alemanha, Portugal e, também, do Japão para trabalhar nas lavouras. Uma parte desses trabalhadores foi para as cidades trabalhar nas fábricas que estavam surgindo. Assim, a população nas cidades urbanas aumentava, principalmente em São Paulo.

Segundo Raquel Rolnik (1988), a partir de 1900 houve maior investimento, por parte do governo, nos setores industrial (têxteis, alimentícios, serrarias e cerâmicas) e portuário, com o objetivo de modernizar o escoamento das mercadorias, e na indústria de bens de consumo para o desenvolvimento da economia local. Esses investimentos, aliados ao aumento populacional nas cidades, ajudaram a acelerar o desenvolvimento urbano no país.

Paralelo a esse processo, as diversas formas de habitações que existiam acompanharam as transformações econômicas, políticas e sociais. Formalmente, a moradia é adquirida mediante pagamento em dinheiro (aluguel ou compra): por esse meio, evidencia-se que as classes burguesas (proprietários dos meios de produção) e as classes trabalhadoras (detentoras somente da sua força de trabalho em troca de um salário) estão constantemente em conflito diante da conquista da moradia. É por isso que ocorrem, por outro lado, as ocupações de terrenos organizadas pelo MTST.

Nesse sentido, entendemos que o parcelamento do território, ou seja, a distribuição dessa mercadoria mediante sua rentabilidade está condicionada à lógica do capital. Dessa forma, esse tipo de negócio gera lucros altíssimos para o capital rentista e imobiliário. Além disso, os investimentos públicos estatais em serviços básicos para determinadas regiões aumentam ainda mais a rentabilidade dos espaços.

Engels (2008) já havia atentado para isso quando pesquisou a situação da classe trabalhadora inglesa no século XIX: o modo como as máquinas ocuparam o lugar do trabalhador manual no processo produtivo, o crescimento do mercado e o aumento da demanda por mão de obra especializada para manusear as máquinas engendraram uma nova forma de ocupar o espaço. Contudo, a migração de trabalhadores da zona rural para as cidades

---

<sup>5</sup> Esse tipo de urbanização que tratamos até o momento pode ser mais bem compreendido a partir das análises de Davi Harvey em *A produção capitalista do espaço* de 2005 sobre o processo de urbanização característico das áreas de economia central e periférica.

que começavam a se industrializar consolidou um novo espaço de conflito entre os operários e proprietários.

O proletariado inglês, segundo o autor, passou a viver numa enorme miséria material, com baixos salários e com jornadas de trabalho que ultrapassavam 12h por dia, incluindo mulheres e crianças. Disso, o que sobrava para a sobrevivência dessa classe é o mínimo necessário para seu sustento e de sua família, ou seja, com o salário que recebia, ele precisava suprir suas necessidades básicas a fim de reproduzir sua força de trabalho.

O autor, então, expõe a relação entre a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, o surgimento das máquinas e a consolidação da classe burguesa como detentora desses meios. O proletariado, portanto, é detentor apenas de sua força de trabalho. O problema da habitação é um fator fundamental e determinante para a reprodução do capital, sendo que não há interesse das classes dominantes em resolvê-lo, jogando-o nas costas do próprio proletariado:

O operário é constrangido a viver nessas casas já arruinadas porque não pode pagar o aluguel de outras em melhor estado, porque não existem moradias menos ruins na vizinhança das fábricas ou porque, ainda, elas pertencem ao industrial e este só emprega os que aceitem habitá-las (ENGELS, 2008, p. 101).

Voltando ao Brasil, a partir da década de 1920, dois tipos de moradias predominavam e eram destinadas para as classes trabalhadoras: os cortiços e as vilas operárias. Os trabalhadores urbanos desse período trabalhavam, em sua maioria, na indústria de tecido. Quando as empresas não construíam as vilas operárias, alugavam casas ou cômodos (cortiços) para os seus empregados, fazendo com que eles morassem próximos aos seus locais de trabalho.

Os cortiços correspondiam às habitações coletivas que se concentravam nas áreas centrais das cidades. Em São Paulo, por exemplo, esse foi o primeiro tipo de moradia popular. Eram prédios com quartos pequenos que abrigavam uma ou mais famílias por cômodo. Os banheiros, cozinhas e tanques eram de uso coletivo e os trabalhadores pagavam o aluguel por esse cômodo (KOWARICK; ANT, 1988).

Até hoje existem cortiços, principalmente nas grandes cidades, sendo esse tipo de moradia muitas vezes a única alternativa que se adequa à condição dos trabalhadores, mesmo que, em sua maioria, as condições de vida nesses espaços sejam de extrema precariedade.



As vilas operárias, por sua vez, foram construídas próximas às fábricas e se diferenciavam dos cortiços por serem casas individualizadas.

As vilas operárias podem ser caracterizadas, a grosso modo, em dois tipos: primeiro, construído pelas industriais, com o objetivo de alugar as casas para seus operários. A maior parte destas vilas foram construídas pelas Companhias de Estradas de Ferro e indústrias extrativas e localizavam-se nos principais centros manufatureiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Implicavam uma tentativa de suprir a falta de moradias e de atrair mão de obra, principalmente em áreas mais distantes dos ‘centros’ das cidades. O aumento do salário implicava também aumento do aluguel (RODRIGUES, 1989, p. 55).

Com o aumento cada vez maior da industrialização nas décadas de 1950, 1960 e 1970, cresceu também a migração de trabalhadores do campo para a cidade com a esperança de se conseguir melhores oportunidades de emprego. Ao se analisar os dados do IBGE desde 1950, percebe-se um aumento contínuo da população em área urbana. Já no final da década de 1960, a sua porcentagem já havia ultrapassado a população rural. Mas foi somente em 1970 que isso foi oficialmente constatado.<sup>6</sup>

Esse foi um caminho sem volta, permanecendo até os dias atuais. Em decorrência, a ocupação do espaço urbano também se alterou e passou a exercer várias funções: moradia, centro comercial e industrial, local de administração política, de lazer, de escolas e de manifestações religiosas.

Com o aumento dos aluguéis, na década de 1940, ocorreu a política de congelamento dos aluguéis com a lei do inquilinato.<sup>7</sup> Assim, esse tipo de negócio imobiliário foi perdendo sua valorização, iniciando outra fase no acesso à moradia.

A ocupação de terrenos “ilegais” foi então a alternativa para os trabalhadores. Em algumas regiões, principalmente nas capitais dos estados, as favelas predominaram (e ainda predominam) em territórios com características de morros, como por exemplo, no Rio de Janeiro, onde elas circunscrevem a cidade como um todo.

A favela surge da necessidade de onde e do como morar, se não é possível comprar casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem que se buscar uma solução. Para alguns a solução é a favela. A favela é produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da

<sup>6</sup> Dados disponíveis em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

<sup>7</sup> Em 1942, no Estado populista, essa lei congelou os valores dos aluguéis e os reajustes, devido à forte pressão popular com os aumentos abusivos que ocorriam. Com isso, houve a diminuição da construção de novas casas para aluguel, por não ser um negócio mais rentável.

superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades (RODRIGUES, 1989, p. 40).

A favelização ocorre junto ao empobrecimento da classe trabalhadora e também pela falta de políticas públicas habitacionais que realmente atendam as suas demandas por moradia.

Em outras regiões, porém, e principalmente a partir da década de 1970, as características dos terrenos planos de algumas regiões possibilitaram outro fenômeno urbano, a expansão horizontal da cidade. Com a expansão do território urbano junto ao investimento dos transportes para o escoamento das mercadorias e a falta de moradia no centro das cidades (política de limpeza das regiões centrais), as classes trabalhadoras passaram a ocupar terrenos cada vez mais afastados do seu local de trabalho.

As discussões em torno do tipo de desenvolvimento urbano que ocorre nas cidades, como um todo, se desdobra em duas vertentes: o padrão favela e periférico da distribuição dos espaços. A obra *Planeta Favela* de Mike Davis nos dá um panorama desse fenômeno caótico, pois mostra como se encontram as principais favelas do mundo.

Segundo Davis (2006), a intensificação de favelas e sua reprodução em massa é um fenômeno urbano tanto dos países periféricos quanto dos centrais. Isso representa um aumento para além dos limites das cidades, por isso a sua definição de que no futuro viveríamos em um planeta favela. O autor aponta que o papel do Estado nessa questão é fundamental, pois a ausência de políticas que reverta essa situação faz parte do *status quo* político.

Parte da população trabalhadora brasileira habita, hoje, a periferia ou favelas, seja em cômodos, casas ou apartamentos. Os trabalhadores foram ocupando espaços afastados, na maioria das vezes sem condições de habitação, formando bairros distantes e precários em serviços públicos e transportes. A solução, então, para se morar foi a aquisição de terrenos de baixo valor imobiliário “aqueles distantes ou localizados em áreas particularmente insalubres ou de topografia desfavorável, de difícil acesso, sem serviços públicos e, frequentemente sem documentação legal (DURHAM, 1988, p. 173).

Além disso, junto com esse crescimento das favelas e da periferização no Brasil, a classe trabalhadora necessita construir sua própria moradia. As periferias e as favelas são os locais ocupados por ela por meio de mutirões e da autoconstrução (sem planejamento arquitetônico) para a construção das casas. Hoje, essa situação tem mudado com certa rapidez.

De acordo com Ermínia Maricato, em *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, que discute a questão da autoconstrução de casa, o mutirão do campo, do qual familiares e amigos ajudavam na construção da casa, não tem a ver com o das cidades, pois nestas ele se baseia na superexploração do trabalhador que, além de trabalhar para receber seu salário, precisa gastar seu dinheiro e sua força de trabalho para levantar sua moradia (MARICATO, 1982).

Neste sentido, a autoconstrução é uma das formas de resolução da falta de moradia por parte da classe trabalhadora que, segundo Rodrigues,

É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve seu problema de moradia, principalmente nas grandes cidades brasileiras e de modo geral da América Latina. A construção da casa se prolonga por muitos anos, absorvendo a maior parte do ‘tempo livre’ da família (RODRIGUES, 1989, p. 30).

Hoje, esse fenômeno urbano promove o aumento da concentração de renda por parte dos capitalistas rentistas e impõe uma lógica de mercado sobre o espaço urbano, a especulação imobiliária. A valorização de terrenos e das habitações envolve uma teia de relações que vai desde o “dono” da propriedade, passa pelas políticas do Estado que fornece os equipamentos para uma região, o que acaba por valorizá-la, até chegar ao trabalhador. Com isso, os capitalistas do setor ganham com a especulação imobiliária e os trabalhadores são obrigados a ocupar os territórios cada vez mais afastados do seu local de trabalho.

Entendemos que desse campo em disputa há interesses que são inconciliáveis, pois, de um lado, estão os sem-teto que necessitam de moradias; de outro, os rentistas que querem ver suas propriedades sendo valorizadas. A terra ou a moradia sendo tratadas como mercadorias acarretam especulação imobiliária, sendo que o espaço urbano é fatiado para que em determinadas regiões haja a valorização de terrenos. Essa mercantilização gera a segregação socioespacial que vivemos.

Desse processo exposto, o tipo específico de urbanização segregacionista que vigorou no Brasil gera vários problemas urbanos de infraestrutura (saneamento, asfaltamento, acesso à luz e água) e de equipamentos (serviços de saúde, educação, lazer e moradia). Em especial, os problemas relacionados à habitação dizem respeito à falta de moradia ou em suas melhorias. Em conjunto a esse processo, o ideário da casa própria faz parte da vida do trabalhador: obter uma casa própria e sair do aluguel é um sonho, que poderá levar muitos anos, já que isso seria uma segurança de jamais ficar desabrigado.

Dessa forma, entendemos que o urbano do qual tratamos se refere ao território que cumpre a função de reproduzir o sistema capitalista, ou seja, moldar o território urbano às suas necessidades. No capitalismo, as cidades são locais em que, de um lado, estão as classes trabalhadoras que necessitam de moradia e serviços básicos e, do outro, o capital financeiro, representado pelas incorporadoras imobiliárias, construtoras de edificações, de construção pesada ou de infraestrutura, imobiliárias e os proprietários de terra (MARICATO, 2015).

O capital imobiliário é um dos causadores da crise urbana que vivemos hoje. Corroboramos com a discussão feita por Maricato (2015) que a situação urbana e habitacional no Brasil segue a lógica do crescimento desordenado das cidades para a classe trabalhadora, mas ordenada para as indústrias e para o capital. Assim, esse processo se caracteriza por ser “desigual e combinado, ruptura e continuidade, modernização do atraso, modernização conservadora, capitalismo travado, são algumas das definições que explicam o paradoxo evidenciado por um processo que se moderniza alimentando-se de formas atrasadas e, frequentemente, não capitalistas, *strictu sensu*” (MARCATO, 2015, p. 26).

Logo, mesmo em seus limites, a vitória primordial desses movimentos que lutam por moradia é a resistência, ou melhor, o enfrentamento direto tentando quebrar algo que já está dado, assim evidenciam as contradições que existem na sociedade capitalista. Segundo Pinheiro (2005), a concentração da terra urbana está relacionada à lógica de produção de acumulação do capital. O setor imobiliário, então, reserva áreas urbanas para especulação e valorização, não fazendo cumprir a função social<sup>8</sup> da propriedade, já que isso está diretamente ligado aos interesses empresariais. Destacamos, então, que a violação dos direitos é uma questão estrutural das sociedades capitalista que geram obstáculos ao acesso a direitos básicos para as classes trabalhadoras.

Portanto, uma das consequências desse tipo de desenvolvimento urbano no Brasil é a falta de moradia que, segundo uma pesquisa de 2012, realizada pela Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional<sup>9</sup> está em torno de 5.430.000,00, deste total 85,9% se refere à área urbana. A região Sudeste, território principal da luta do MTST, é a que possui o maior

---

<sup>8</sup> Segundo Art. 182 caput: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (CONSTITUIÇÃO, 2002, p. 113).

<sup>9</sup> Déficit Habitacional - Indicador que analisa o total de famílias em condições de moradia consideradas inadequadas, tais como favelas, coabitação familiar (casos em que mais de uma família mora na mesma casa), adensamento excessivo (quando mais de três pessoas dividem o mesmo quarto ou o ônus excessivo de aluguel), ou quando uma família compromete mais de 30% de sua renda com aluguel. Dados disponíveis em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/banco-de-noticias/36-noticias-em-destaque/1619-fundacao-joao-pinheiro-atualiza-estudo-sobre-deficit-habitacional-dos-municipios-brasileiros>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

índice, com 38,8% do total. Esse é o quadro no qual emergem reivindicações voltadas ao Estado (regulador dos fundos de investimentos em políticas sociais), para garantir o acesso à moradia.

A seguir, identificaremos as várias formas de lutas populares que se organizaram em prol da demanda por moradias populares nos anos 1970 e 1980.

## 1.2 MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES POPULARES POR MORADIA (1970-1980)<sup>10</sup>

O principal palco de lutas populares por moradia, nesse período, foi o estado de São Paulo, segundo Maria da Glória Gohn, em seu livro *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia* de 1991, muito provavelmente o estudo mais completo sobre o tema.<sup>11</sup>

Segundo a autora, em 1970, os movimentos populares se inserem em um contexto de aumento das desigualdades sociais atreladas à falta de serviços urbanos básicos: moradia, transporte, creche, hospitais, lazer, educação, saneamento básico, luz e água. Desse modo, o rápido crescimento urbano brasileiro, junto à expansão do capitalismo e o consequente aumento da concentração de renda, produziu condições precárias de vida para as classes trabalhadoras. Portanto, o rápido crescimento urbano e industrial que apontamos no tópico anterior são elementos que compõem esse quadro.

Além disso, após o golpe militar, o movimento operário, que era a principal força social da época, foi totalmente reprimido e desarticulado. O plano do governo, então, foi de descaracterizar a atuação dos sindicatos junto aos trabalhadores e relegá-los a órgãos “assistenciais”.<sup>12</sup>

De acordo com Gohn (1991), que analisa os “movimentos populares urbanos” a partir das noções de “velhos” e “novos” “movimentos sociais urbanos”, as Sociedades dos Amigos de Bairro (SABs), no período Getúlio Vargas, tinham como característica a atuação de lideranças vinculadas a políticos que barganhavam votos. Para a autora, a SABs seriam os “velhos movimentos populares urbanos”, com características paternalistas, clientelistas e assistencialistas. Após o golpe de 1964, as SABs passaram a atuar

<sup>10</sup> Nosso objetivo é destacar alguns movimentos populares que se organizaram em torno da questão da moradia e relacioná-los ao seu contexto. Não vamos fazer uma sistematização de todas as lutas pela moradia que já existiram, pois isso já foi realizado por outros pesquisadores.

<sup>11</sup> Há outros trabalhos também, como o Doimo (1984), Sader (1987) e Boschi (1983).

<sup>12</sup> As principais medidas dos militares foram: criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Plano de Integração Social (PIS) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). Doaram terrenos aos sindicatos para colônias de férias e hospitais; estabeleceram convênios de assistência médica e planos de empréstimos com os sindicatos e concederam bolsas de estudos aos filhos dos sindicalizados, além de assistência jurídica gratuita (KOWARICK, 1988).

de forma assistencialista, mas não resistiram à forte repressão política do período e perderam sua força.

Conforme a pressão popular contra o regime militar aumentava, a forma e o conteúdo das reivindicações ficavam mais específicos. Então, a luta por creches, regularização de loteamentos clandestinos e transportes ganhavam força. Esses movimentos seriam os “novos”, comporiam novas formas de organizações que lutavam contra as formas tradicionais de atuação (GOHN, 1991). Segundo Eunice Durham (1988), a emergência desses movimentos constituiu uma “nova prática coletiva” que reverberou em novas explicações para esses fenômenos.

Sem entrar no mérito desta separação entre “novos” e “velhos” “movimentos sociais”, acreditamos na capacidade reivindicativa deles e no importante papel que ocupam na história das lutas sociais por moradia. Em outras palavras, as lutas sociais urbanas são expressão da luta entre as classes populares e o Estado burguês, sendo que, no limite, este último representa as frações burguesas por meio do bloco no poder.<sup>13</sup> Por isso mesmo, ressaltamos que a maior parte dos movimentos da época já questionava a atuação do Estado, cobrando dele políticas públicas de atendimento aos seus interesses.

Desse modo, nos anos 1970, os movimentos de bairros surgem com novas formas de atuação e, em sua maioria, vinculados à Igreja Católica, atuando junto às Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). O papel daquela instituição e das CEBs, na articulação dos movimentos populares, se caracterizou por,

Militantes com uma origem vinculada às organizações clandestinas de esquerda, que discutiam as razões de sua derrota nos anos que se seguiram a 1968, fazendo a crítica de suas práticas e orientações políticas; trabalhadores que passaram pelas experiências reivindicatórias dos bairros e pelas comunidades de base da igreja, antes de se integraram nos meios de militância fabril e sindical; moradores articulando movimentos em seus bairros e enfrentando um Estado muito pouco sensível às reivindicações populares (TELLES, 1988, p. 253).

Segundo Telles (1988), com o Estado ausente, a Igreja assumiu esse vazio. Tal relação produziu ações organizativas junto às comunidades de bairros, incentivando às mobilizações populares e à participação em passeatas e atos contra o regime militar.

Os movimentos de bairros reivindicavam melhores condições de vida na cidade (serviços urbanos básicos), mas não tinham uma pauta específica de moradia. Todavia,

---

<sup>13</sup> Discussão realizada no Cap. 3.

eles se diferenciavam das SABs (práticas clientelistas), ao proporem uma nova dinâmica de organização nos bairros periféricos.

Gohn (1991) destaca três desmembramentos desses movimentos populares de bairros que lutavam por moradia, a partir de 1975: 1 - luta pela produção da moradia (Movimento dos Mutirões Comunitários e Cooperativas Habitacional de Ajuda Mútua), 2 - luta nas favelas (Movimento Unificado de Favela, Movimento de Defesa do Favelado, Movimento do Conselho Coordenador das Favelas, Movimento Comunitário das Favelas) e 3 - luta pela questão da terra (Posse da Terra, Loteamento Clandestino e “Invasões”). Esses movimentos se organizavam em associações de moradores, nas CEBs, em associações de favelas e nos núcleos e diretórios dos partidos<sup>14</sup> (GOHN, 1991, p. 59-60).

As principais lutas desse período foram os movimentos de favelas e loteamentos clandestinos. Com caráter esporádico, suas lutas giravam em torno da posse do território. As favelas cresciam e, conforme as demandas por moradia nas áreas centrais das cidades diminuía, a ocupação do solo em outras localidades ocorria sem a regularização do terreno. Os favelados lutavam no sentido de obter a posse da terra e regularizar a situação, contra a expulsão e para obter água e luz.

É a mesma situação dos movimentos dos loteamentos clandestinos. Na periferia, o caráter mobilizador dessa organização foi no sentido de regularizar o uso do solo ocupado. Ou seja, de um lado estava o trabalhador ocupando um terreno, construindo sua própria casa, mas que por falta de regularização poderia perder sua moradia a qualquer momento.

Essas lutas atuavam ainda de acordo com a necessidade mais imediata que os atingia, por isso o surgimento de vários tipos de movimentos relacionados à moradia ou às condições de vida da cidade. Se analisarmos os objetivos dos movimentos de favelas e dos loteamentos clandestinos, ambos buscavam regularizar sua situação legal. Mas eram movimentos que atuavam em separado.

Do nosso ponto de vista teórico-metodológico, esses movimentos sociais não se posicionavam contra a concentração do grande capital; eles não pautavam em suas lutas transformações que alterassem a concentração do poder político. Em última instância, suas reivindicações objetivavam conseguir uma moradia e somente isso.

Desse modo, as maiores dificuldades para as classes populares que participavam desses movimentos estariam relacionadas às condições precárias da qual viviam,

---

<sup>14</sup> Partidos como PT, PDT e PMDB atuavam junto aos movimentos de moradia de 1980 (GOHN, 1991).

pois são questões que perpassam o acesso a bens coletivos de consumo que o Estado foi incapaz de atender de modo eficaz e permanente. Dessa forma, as resistências dos anos 1970 se configuraram pela ampliação do acesso à moradia e pela consolidação de direitos básicos no âmbito da cidade. Portanto, mesmo que essas lutas tenham um caráter reformista, elas representavam as transformações da sociedade capitalista da época.

Já as lutas da década de 1980 ocorreram em um quadro diverso do período anterior: de um lado, estavam os movimentos populares periféricos fazendo ocupações e, do outro, o movimento operário que realizava greves pelo país<sup>15</sup>. Nesse período, o regime militar iniciou o processo de reabertura política<sup>16</sup> e essa nova conjuntura fez com que os movimentos populares que lutavam por moradia se organizassem de forma mais radical e ampliada, passando a atuar em redes e nacionalmente.

Os movimentos populares da década de 1980 foram importantes no processo de abertura política, mesmo que os ganhos políticos tenham sido mínimos. Houve certo avanço na área social (educação, saúde e moradia) devido à universalização de alguns serviços públicos que garantiram o acesso a alguns direitos.

Desse contexto é importante destacar o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e seu papel junto aos movimentos populares. A formação desse partido está ligada ao forte apoio dos trabalhadores operários do ABC<sup>17</sup> paulista, de lideranças sindicais combativas, dos intelectuais de esquerda, do movimento estudantil, dos partidos de esquerda clandestinos, dos setores progressistas da Igreja Católica e dos movimentos populares. Essa articulação atrelada a um contexto de reabertura política e efervescência dos movimentos populares fez do PT um partido único em sua origem (SECCO, 2015, p. 31).

O partido seria a base da organização dos trabalhadores (das massas) dentro e fora das instâncias políticas e, em seu início, com uma postura bastante combativa à ditadura e à situação econômica da época, ele se assumia ideologicamente socialista, mas isto não de forma programática. Isso fez com que o apoio aos movimentos populares pela moradia fosse, em grande parte, de solidariedade e de ajuda mútua.<sup>18</sup>

Nesse período, a luta por moradia se desmembrava entre os moradores de favelas e os moradores das casas autoconstruídas na periferia que se dividem em: “lutas pelo

<sup>15</sup> Dessa forma, também nos deparamos com lutas sociais no âmbito do trabalho, as greves são representativas nesse sentido. Em 1979, ocorreram 430 greves no país (ABRAMO, 1988).

<sup>16</sup> Segundo Bonduki, nesse período ocorreu “a revogação dos atos institucionais, a reorganização partidária, a anistia política, a convocação de eleições diretas para os governos estaduais foram, entre outros, processos que abriram novas perspectivas para os movimentos sociais” (BONDUKI, 1988, p. 159).

<sup>17</sup> Região de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano da cidade de São Paulo.

<sup>18</sup> Para aprofundar sobre a origem do PT consultar *A história do PT* de Lincoln Secco de 2015.



acesso à terra e à habitação, lutas pela posse da terra, lutas no âmbito dos processos de construção, lutas dos inquilinos e lutas dos proprietários pobres” (GOHN, 1991, p. 61-62).

Segundo Gohn (1991), as lutas pelo acesso à habitação, que ficaram caracterizadas como “invasões” pela mídia da época, a partir de 1982 deram início a movimentos organizados em torno dessa prática e se intensificaram em 1987. Embora a autora não os considere como “movimentos”, por não apresentarem formas organizativas, estas ocupações ocorreram em terrenos ociosos e também em imóveis abandonados ou inacabados.<sup>19</sup>

Para a autora, as frentes de luta pela moradia eram divididas entre os movimentos de “invasões”, que tinham como estratégias de luta a ocupações de áreas livres e instituições públicas, com o objetivo de pressionar o governo a construir casas populares; os dos loteamentos clandestinos, que lutavam pela regularização dos terrenos ocupados; os das favelas, que reivindicavam garantia legal da terra ocupada, ajuda na construção das casas e garantia do fornecimento de água e luz; os dos cortiços e de mutirões, que através de associações, controlavam e gerenciavam a construção de casas. Cada um à sua maneira, realizaram ações frente aos problemas relacionados à moradia.

O desemprego, o aumento dos aluguéis, a mudança da legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, o aumento desproporcional do preço das tarifas de transportes, o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas etc. levaram às invasões coletivas de áreas urbanas e à constituição de movimentos de luta pela moradia (GOHN, 1991, p. 13).

Os movimentos que realizavam “invasões”, que atuavam principalmente na cidade de São Paulo, ficaram conhecidos como os movimentos de moradia. Além deles, começaram a surgir entidades que aglutinaram as pautas sobre as questões urbanas e passaram a organizar essas lutas também no plano institucional.<sup>20</sup>

Em 1982, surge a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), que organizava algumas dessas lutas. Logo em 1984, foi realizado o I Encontro de Moradia, que reuniu os movimentos de moradia, com o objetivo de discutir ações (estratégias) sobre o problema da habitação. As discussões centraram-se em dois eixos: regularização dos terrenos e diminuição do valor das construções. O resultado foi dar ênfase aos mutirões para

<sup>19</sup> A autora também destaca o surgimento do MST como um importante movimento na luta pela terra e reforma agrária.

<sup>20</sup> Sobre isso, consultar: Oliveira (2010), Hirata (2010) e Miagusko (2012).

reforçar a autonomia dos movimentos e dos trabalhadores. Já o II Encontro de Moradia, em 1985, foi realizado por uma ala autônoma dos movimentos que teve como foco discutir a ajuda mútua e a autogestão no acesso à moradia. O encontro avançou no sentido de elaborar projetos que não focariam somente a questão da moradia, mas também outras necessidades com relação às cidades. (GOHN, 1991, p. 123-124). Nesse mesmo ano surge o Movimento Nacional Reforma Urbana que aprofundou essa discussão.

Em 1987, a partir da intensificação das ocupações de terras, em propriedades públicas e privadas, em especial na zona leste, nasce a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP), que se organizou em forma de rede, articulando desde os moradores de cortiços, favelas, loteamentos, mutirões até os movimentos de ocupações e representou, naquela época, um avanço na luta por moradia (OLIVEIRA, 2010, p. 15).

No mesmo período, foi criada a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), uma entidade que pretendia unificar nacionalmente a luta por moradia, ou seja, organizar a luta com representantes nos estados da federação. Porém, a partir de uma dissidência da UNMP, nasceu o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), que também buscava construir uma frente nacional de organizações por moradia, sendo que todas essas entidades eram próximas às CEBs e ao PT (OLIVEIRA, 2010).

Ainda em 1987, ocorreu o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que basicamente promoveu discussões sobre reforma urbana no Brasil e todas as entidades mencionadas fizeram parte desse fórum, assim ele aglutinou instituições e representações em torno da defesa da reforma urbana. Hoje, o FNRU trabalha com três eixos: direito à cidade, gestão democrática da cidade e função social da propriedade (OLIVEIRA, 2010, p. 19-20).

A Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), fundado em 1988, foi o primeiro movimento de moradia da região central, e de grande visibilidade, a se formar em São Paulo, a partir da luta de grupos organizados em cortiços. Ela denunciava as altas taxas de luz e água, aluguel e IPTU, que já naquela época levavam grande parte da renda dos trabalhadores, acarretando em inúmeros despejos (HIRATA, 2010, p. 80). Esse movimento foi importante na articulação das lutas dos movimentos sem-teto do centro da cidade de São Paulo, segundo relato do militante de um deles:

Fui para o movimento de moradia, já na região central de São Paulo, quando se lutava não por casa, mas para combater as altas taxas públicas: água, luz, IPTU- Isso há 15, 16 anos atrás. A organização espontânea se fazia dentro dos casarões; cada casarão se organizava para ir cobrar e reivindicar na prefeitura, que era lá no Ibirapuera (BENOIT, 2000, p. 154).

Essas entidades, atualmente, realizam diversas ações, como a organização de ocupações simultâneas com vários movimentos de moradia, manifestações em espaços públicos, como secretarias de habitação, prefeituras, bloqueio de rodovias de forma mais tática e, assim, ampliam a luta pela moradia. Elas se organizam nacionalmente e apoiam politicamente os movimentos nas ocupações. Por isso, a importância dessas articulações em fóruns de discussões e as ações conjuntas que realizam com vários movimentos de moradia.

As conquistas dessas entidades foram importantes em relação à implementação de projetos, por exemplo, a inclusão de leis relacionadas à habitação, como o projeto de lei do Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP), em 1991; introdução da Emenda Constitucional de direito à moradia no art. 6º da Constituição Federal, em 2000; e elaboração e aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001. Portanto, a participação dos movimentos de moradia em conferências municipais, estaduais e nacionais foi muito mais intensa por meio dessas representações.

O surgimento dessas entidades serviu como meio de negociação entre as instâncias políticas e os movimentos de moradia. Por um lado, elas conseguiram colocar em pauta questões relevantes ao acesso à habitação (por exemplo, a questão da reforma urbana), mas, por outro lado, favoreceram a cooptação de alguns movimentos e lideranças por parte do Governo Federal da época.

A análise do processo histórico das reivindicações populares em torno da moradia nos revela quais seriam as possibilidades dessas lutas proporcionarem mudanças estruturais da sociedade brasileira.

Por fim, pudemos observar que o surgimento desses movimentos populares de moradia deve ser compreendido como produto não só da conjuntura na qual estão inseridos, mas em função de o Estado não atender às suas demandas, em função de priorizar políticas voltadas para as classes dominantes e para acumulação do capital.

### 1.3 POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL (1960-2000)

Do ponto de vista político, as ações do Estado em relação ao acesso à habitação às classes populares ocorreram de forma diversa ao longo do período analisado. Por exemplo, em 1930, foram criadas as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) que visavam a construção de conjuntos habitacionais e o financiamento para quem estava associado ao instituto. Segundo Rodrigues (1989), através dessa medida “de

1937 a 1964 foram construídos 279 conjuntos, num total de 47.789 moradias e financiadas 72.236 habitações”. Já no dia 1º de maio de 1946 foi criada a Fundação Casa Popular (FCP) primeiro órgão federal que construiu 19 mil casas ao longo de 18 anos. Essas iniciativas buscavam eliminar o problema dos cortiços e incentivar a aquisição da casa própria.<sup>21</sup>

Em 1964, com o golpe militar, a FCP foi extinta e surge uma nova política habitacional com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). De acordo com Nabil Bonduki, isso

Foi uma resposta do governo militar à forte crise de moradia presente num país que se urbanizava aceleradamente, buscando, por um lado, angariar apoio entre as massas populares urbanas, segmento que era uma das principais bases de sustentação do populismo afastado do poder e, por outro, criar uma política permanente de financiamento capaz de estruturar em moldes capitalistas o setor da construção civil habitacional, objetivo que acabou por prevalecer (BONDUKI, 2008, p. 73).

O BNH nasceu nos moldes de um governo ditatorial, ou seja, sem nenhuma participação popular na concepção do programa, sem fiscalização dos recursos destinados à construção de habitações e com a adoção imediata do sistema de financiamento bancário habitacional, incentivando a aquisição da casa própria como único meio de acesso à moradia (BONDUKI, 2008).

Essa política pode ser dividida em três fases: a primeira, de 1964 a 1969, é “a de implantação e expansão do BNH e das Companhias de Habitação (COHABs), com um considerável financiamento de moradias para o ‘mercado popular’ (40% dos investimentos), convergindo com o objetivo do governo de se legitimar junto às massas” (MOTTA, 2010, p. 5), além da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1967, um fundo de poupança que começou a fazer parte dos recursos desse programa e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que atendia os grupos de renda média a alta. A segunda, de 1970 a 1974, foi um momento de crise do SFH, devido às inadimplências causadas pelos financiamentos e como consequência aumentou-se os juros e as classes populares não conseguiam moradia por esse meio. Por fim, a terceira fase, de 1975 a 1980, foi o momento de ampliação das COHABs e de aumento dos investimentos na construção de moradias populares.

O objetivo principal desse programa foi o incentivo ao desenvolvimento econômico da época. Assim, dinamizou a economia, por meio da geração de empregos e

---

<sup>21</sup> Essas conquistas foram resultado da luta dos trabalhadores da época.

fortalecimento do setor da construção civil, sendo este um dos elementos centrais da estratégia dos governos militares para alavancar a economia.

De 1964 a 1986, o BNH foi a única política nacional de habitação. Mas, mesmo obtendo um número elevado de construção de casas, ele não correspondeu ao processo acelerado de urbanização.

Nos vinte e dois anos de funcionamento do BNH, o Sistema Financeiro da Habitação financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para o mercado de habitação para a classe média. Se for considerado o período até 2000, pois o SFH continuou funcionando após a extinção do BNH em 1986, foram financiadas cerca de 6,5 milhões de unidades habitacionais (BONDUKI, 2008, p. 73).

Segundo o autor, mesmo com essa quantidade considerável de novas casas, o problema estava em voltar todos esses recursos somente para essas construções formais, pois, por outro lado, os processos alternativos de produção de moradia (autoconstrução e mutirão) seguiam sua lógica própria, o que abrangia grande parte da população que, sem alternativas, ocupava “assentamentos urbanos precários, como loteamentos clandestinos e irregulares, vilas, favelas, alagados etc.” (BONDUKI, 2008, p. 74).

Outra crítica a esse programa é o surgimento dos bairros dormitórios, com a construção de conjuntos habitacionais nas periferias das cidades. Os projetos eram realizados sem preocupação com a qualidade de vida nesses territórios, que eram escassos de serviços básicos. Isso foi o resultado de um não alinhamento a uma política urbana e a uma política habitacional (BONDUKI, 2008).

Essa política nacional de habitação tinha um caráter mercadológico em sua execução, era voltada para aqueles que conseguiam arcar com as despesas de um financiamento; porém, aqueles que não conseguiam financiar ou não conseguiam pagar as prestações ficavam de fora.

A enorme pressão popular diante dessas limitações do acesso à moradia fez o governo diminuir o valor das parcelas gerando uma crise no SFH. Em 1986, depois do fim do BNH<sup>22</sup>, houve um período de estagnação no que se refere à elaboração de uma política nacional de habitação.

---

<sup>22</sup> Segundo Bonduki (2008), devido à crise financeira da época, o governo acabou com os recursos do BNH e transferiu as atividades para a Caixa Econômica Federal (CEF), que controla até hoje o sistema de financiamento habitacional.

A crise do modelo econômico implementado pelo regime militar, a partir do início dos anos 80, gerou recessão, inflação, desemprego e queda dos níveis salariais. Este processo teve enorme repercussão no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com a redução da sua capacidade de investimento (BONDUKI, 2008, p. 75).

Nesse período, foram elaborados vários programas habitacionais<sup>23</sup> em âmbitos municipais (principalmente administrados pelo PT) e estaduais que passam a ocupar o vazio deixado pela falta de uma política nacional.

No município de São Paulo, a gestão do PT foi significativa nesse processo. Em 1989, após vencer as eleições com a candidatura de Luiza Erundina, a prefeitura elaborou um Programa de Ação Imediata para atender à demanda da habitação, sendo que a equipe nomeada<sup>24</sup> para tratar dessa questão atuou em Fóruns Regionais Populares para discutir a elaboração desse projeto.

Para os movimentos populares, isso representou um avanço, mesmo diante das contradições e das limitações colocadas na atuação institucional. Os movimentos conseguiram avanços significativos como, por exemplo, o encaminhamento da emenda popular de Reforma Urbana de 1987 e do capítulo Política Urbana na Constituição de 1988.

Em 1990, o governo Collor não conseguiu equilibrar os recursos dos financiamentos, gerando contratos que ultrapassaram os limites da capacidade do FGTS. Ou seja, de 1991 a 1995 houve uma paralisação dos financiamentos utilizados com esse recurso (BONDUKI, 2008).

No governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), após 1995, a Secretaria de Política Urbana divulgou o documento da Política Nacional de Habitação e houve a retomada dos financiamentos com recursos do FGTS com os programas Carta de Crédito<sup>25</sup> e Pró-moradia. Além disso,

<sup>23</sup> Os programas foram: Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Pró-moradia, Apoio à Produção, Carta de Crédito Associativa e Carta de Crédito Individual.

<sup>24</sup> Para a Secretaria Municipal de habitação e Desenvolvimento Urbano (SENAB) foi escolhida a arquiteta Erminia Maricato, professora da USP e assessora da Ansur – Articulação Nacional do Solo Urbano. Para a presidência da COHAB foi indicado Miguel Afonso Reis, assessor jurídico dos movimentos dos Sem-Terra da Zona Leste. Para a Superintendência das Habitações Populares (HABI) foi indicado o arquiteto Nabil Bonduki, presidente do sindicato dos arquitetos e assessor de vários movimentos de moradia na zona sul de São Paulo (MARICATO, 1991, p. 156).

<sup>25</sup> Segundo Bonduki (2008), “Carta de Crédito que consumiu, entre 1995 e 2003, cerca de 85% dos recursos administrados pela União destinados à habitação, se destacaram o financiamento de material de construção e a aquisição de imóveis usados, além da Carta de Crédito Associativa, que se tornou uma espécie de válvula de escape para o setor privado captar recursos do FGTS para a produção de moradias prontas” (p. 79).

Em 1999, foi criado o Programa de Arrendamento Residencial – PAR –, programa inovador voltado à produção de unidades novas para arrendamento que utiliza um mix de recursos formado pelo FGTS e recursos de origem fiscal (BONDUKI, 2008, p. 79).

A última ação significativa do governo tucano foi a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, significando uma vitória dos movimentos de moradia, pois ele prevê a regulamentação da função social da propriedade. No texto, a sua execução dependeria da elaboração de Planos Diretores (PD) nos municípios para regulamentar a aplicabilidade do Estatuto.

O balanço desse período correspondente entre 1995 e 2003, chega-se à conclusão de que esses programas limitaram ainda mais o acesso à habitação para as classes populares ao priorizarem o atendimento das camadas de renda média a alta. Segundo Bonduki, “entre 1995 a 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 SM, sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 3 SM), onde se concentram 83,2% do déficit quantitativo” (BONDUKI, 2008, p. 80). Em suma, houve um aumento do déficit habitacional para as classes populares neste período.<sup>26</sup>

A partir dos anos 2000, o déficit habitacional apresentava a seguinte situação: 3.389,537 unidades habitacionais urbanas, excluídas as rurais. Em relação à faixa de idade de indivíduos entre 20 e 29 anos, com renda de até três salários mínimos, o índice ficava em 1.200,000 e acima de três salários mínimos em 300 mil unidades, segundo dados da Fundação João Pinheiro de 2005.

Por fim, a entrada do PT no Governo Federal, em 2003, marcou uma nova fase no que diz respeito à elaboração de um projeto nacional de habitação, principalmente com a criação do Ministério das Cidades. Os recursos e projetos foram unificados para a realização da Política Nacional de Habitação (PNH), que foi elaborada em conjunto com os movimentos de moradia e sem-teto com representação no Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), criado em 2004, acarretando na aprovação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2005, discussão para o próximo capítulo.

---

<sup>26</sup> De acordo com o autor, o déficit para a faixa de renda inferior a 2 SM cresceu 40,9%, comparado a renda de 5 SM que reduziu em 26,5% (p. 82).

## CAPÍTULO 2 - MTST: COMPOSIÇÃO SOCIAL, DESAFIOS E CONQUISTAS NA LUTA POR MORADIA

### 2.1 NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Neste capítulo, analisamos um dos principais movimentos populares dos anos 2000: o MTST. Reivindicando moradia, o movimento constrói uma luta significativa na história dos movimentos sociais no Brasil. Antes de nos referirmos a ele, contextualizaremos o desenvolvimento do neoliberalismo brasileiro, uma vez que este último teve forte influência no surgimento do primeiro.

De um modo geral, o neoliberalismo é resultado de um processo de desenvolvimento do capitalismo. Particularmente, na Europa ocidental, depois da II Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social (EBES) possibilitou o crescimento e uma estabilidade social. Porém, a crise do petróleo, em 1973, foi uma espécie de estopim para o declínio do *Welfare State* e, ao mesmo tempo, o avanço das políticas neoliberais naquela parte do mundo. Além disso, as alterações do modelo produtivo fordista culminou em novas relações de produção, como o toyotismo, que passou a marcar um novo momento do desenvolvimento capitalista.

A crítica às intervenções do Estado na economia era a base para a defesa do livre comércio, resgatando as ideias do liberalismo clássico. Dessa forma, a solução seria “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p. 11).

Segundo Perry Anderson (1995), depois do governo Thatcher (1979, Inglaterra) e do governo Reagan (1980, EUA) implementarem essas reformas, esses países serviriam de modelo para que o neoliberalismo se alastrasse como um projeto possível. As principais medidas desses governos foram:

Contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais (...), se lançaram num amplo programa de privatizações, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (ANDERSON, 1995, p. 12).



A partir desse exposto, destacamos que há uma diferença na implementação das políticas neoliberais em países centrais e em países periféricos em razão das circunstâncias específicas do desenvolvimento do capitalismo. Nos países centrais, por mais que tenha ocorrido uma determinada queda na valorização do trabalho devido às novas relações de produção, isso ocorreu de forma diferenciada devido ao quadro político e social anterior. Enquanto que nos países dependentes, a desvalorização da força de trabalho foi a base para o cumprimento das reformas neoliberais, ou seja, houve um aumento da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, como veremos a seguir.

A primeira experiência das práticas neoliberais ocorreu no Chile, a partir de 1973, após o golpe contra Salvador Allende, um governo eleito democraticamente e com tendências ao socialismo. Pinochet assume, patrocinado pelas classes burguesas e com forte apoio dos EUA, e logo realiza ações na repressão aos movimentos sociais, limitando a atuação dos sindicatos e das organizações de esquerda. As primeiras medidas desse governo na economia foram: a liberalização do mercado, a reversão das nacionalizações de empresas, a exploração privada dos recursos naturais, a facilitação dos investimentos estrangeiros e a privatização da previdência (Harvey, 2005).

No Brasil, mesmo recebendo pressões das potências imperialistas, na década de 1980, para o pagamento da dívida externa, que onerava as contas públicas e agravava a crise inflacionária, a pressão dos movimentos populares e da CUT, com inúmeras greves, retardaram o processo de implantação das políticas neoliberais (MARTUSCELLI, 2015). Entretanto, o advento da queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, que marcaram o fim do capitalismo de Estado naquela região, ajudaram a estabelecer um quadro favorável à implementação dessas políticas.

Esse modelo, então, se iniciou com o governo Collor, em 1990, e tomou características particulares. Por exemplo, o discurso da não “intervenção” não combinou com a “prática”, pois o Estado interveio ao realizar várias privatizações, redução das taxas de juros e isenção de impostos às empresas e, por outro lado, diminuiu drasticamente o investimento em políticas sociais.

Em 1991, o governo sela um acordo que representa o que foi a correlação de forças nesse período:

O Brasil receberia o empréstimo de cerca de US\$ 2 bilhões para, em troca, atingir as seguintes metas econômicas, entre outras: redução da inflação até alcançar, em 1993, 20% ao ano; estancamento do PIB, em 1992, e

crescimento de 3%, em 1993, e 5% nos anos seguintes; arrocho salarial através de desindexação dos salários; elevação dos juros até que se conseguisse o controle da inflação; reforma fiscal para indexar os impostos às variações inflacionárias e proporcionar um aumento da arrecadação; abertura comercial e privatizações; reformas para permitir à iniciativa privada e estrangeira investir em áreas controladas pelo setor público, tais como, telecomunicações, mineração, transporte e comercialização de petróleo; rigor no controle dos gastos dos estados, municípios e empresas estatais (MARTUSCELLI, 2015, p. 38).

De acordo com Armando Boito Jr. (2002), o neoliberalismo, enquanto um projeto político, econômico e ideológico, representou, no Brasil, os interesses das frações da classe burguesa de diferentes formas. Nas disputas por hegemonia no interior do bloco no poder,<sup>27</sup> estas frações provocaram um rearranjo no interior do próprio Estado burguês.<sup>28</sup> O capital financeiro internacional foi o principal protagonista e interessado no acesso ao mercado do Brasil. Dessa forma, o governo brasileiro estava em sintonia com diversos órgãos financeiros internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

Essa política teve como características: a redução dos direitos trabalhistas, a abertura comercial e financeira, a política de privatização e a desregulamentação do mercado de trabalho. Além disso, a ideologia do “Estado mínimo” é basilar do neoliberalismo. O governo, mediante os princípios neoliberais, reduziu os gastos públicos destinados à saúde, à educação, ao transporte público, à habitação e à segurança, por exemplo. Portanto, uma das consequências dessas medidas foi o aumento substantivo do desemprego e da desigualdade social, configurando uma condição desfavorável para a classe trabalhadora (BOITO, 2002).

Dessa forma, sendo o capital financeiro internacional hegemônico, o governo brasileiro adota a política de juros altos, privatizações e abertura do mercado interno, que não favoreceram a burguesia interna, sobretudo a industrial. A política de desregulamentação do trabalho e redução de políticas públicas, porém, atendeu aos interesses da burguesia como um todo. Assim, o neoliberalismo ganha uma base social de apoio,

---

<sup>27</sup> A noção de bloco no poder se encontra na obra *Poder Político e Classes Sociais* de Nicos Poulantzas. O bloco no poder “indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (POULANTZAS, 1986, p. 229).

<sup>28</sup> Segundo Décio Saes (1998), o Estado tem uma mesma função em todas as sociedades divididas em classes sociais, que é organizar a dominação de uma classe sobre outra. O ponto de partida, então, é encontrar a correspondência do Estado com os diversos tipos de relações de produção. Entretanto, o Estado burguês não é um mero reflexo do modo de produção capitalista. O tipo de dominação de classe vigente, em determinado período, depende do tipo de organização do Estado numa determinada sociedade. Portanto, é a estrutura jurídico-política que torna possível a reprodução das relações de produção em uma formação social. Assim, o Estado burguês é um aparelho jurídico-político que possibilita a reprodução do sistema capitalista.

representada pelos setores ligados ao capital financeiro internacional, pela alta classe média (profissionais liberais) e pela burguesia de serviços.

Além disso, o neoliberalismo afetou as condições de trabalho com a liberalização e a desregulamentação do mercado, reduziram-se os postos e a oferta de emprego. Em decorrência da pressão estrangeira à abertura de mercados e do consequente aumento das importações, houve uma reestruturação nas empresas privadas para a redução dos gastos (Galvão, 2003). Dessa forma, a reforma na legislação trabalhista atendeu aos interesses desses setores das classes dominantes. Portanto, diante desse quadro, o papel dos sindicatos é significativo para entendermos a consequências dessas mudanças para os trabalhadores.

Segundo Andréia Galvão (2003), esse período de nova forma de gestão nas empresas, com a disseminação das ideias de polivalência, multifuncionalidade e participação, além ainda do investimento tecnológico na produção, representou a deterioração das condições de trabalho. Em 1999, a taxa de desemprego atingiu 19,3%, uma das maiores da década; além disso, 48,8% dos trabalhadores empregados estavam na informalidade (GALVÃO, 2003, p. 117). Essas mudanças fizeram com que houvesse o crescimento do setor de serviço, a redução do setor industrial e, conseqüentemente, a diminuição de trabalhadores formais e a adoção de contratos temporários de trabalho, afetando, portanto, a atuação dos sindicatos. Além disso, no plano ideológico, a autora destaca o distanciamento dos sindicatos da perspectiva de classe em sua organização (Galvão, 2003).

De acordo com Galvão (2003), as organizações sindicais desse período foram atingidas pela ideologia neoliberal de diferentes formas: a CUT, que historicamente adotava uma postura combativa frente às políticas governamentais, viu sua corrente majoritária ceder às reformas neoliberais, alterando sua atuação. A Força Sindical aceitou sem resistências as teses neoliberais, sem sequer questionar os efeitos dessas para os trabalhadores.

Desse quadro, a reação mais significativa a essa política predatória de direitos foi protagonizada pelos movimentos populares, que surgiram nesse período. Os chamados “movimentos de urgência”: “são populações que tiveram suas vidas transformadas pelo neoliberalismo. Perderam a terra, o emprego, a renda ou a moradia. Lançadas numa situação crítica, partiram para a ação direta” (BOITO, 2002, p. 38). São, portanto, movimentos com pautas específicas de luta, cujos membros com frequência se encontram num mesmo local de convivência (como um bairro) e identificam uma causa em comum.

Por fim, a partir da segunda metade de 1990, aumentou-se a presença dos movimentos sem-teto, que realizaram ocupações de terrenos ociosos e prédios abandonados.

## 2.2 AS LUTAS DOS SEM-TETO

Até agora mostramos o contexto dentro do qual os trabalhadores lutaram por moradia; foram períodos de mudanças políticas e econômicas no país. Pudemos perceber, em nossa pesquisa, que as lutas travadas pelos trabalhadores para consolidar certos direitos – no que diz respeito às condições de vida na cidade – ocorreram de diversas formas.

As mobilizações populares urbanas ressurgiram na cena política brasileira no final da década de 1990. O período anterior foi de refluxo das mobilizações sindicais e urbanas; várias reivindicações na cidade anunciavam um novo momento de luta pela moradia.

Os movimentos sem-teto promoveram formas de luta diferenciadas, que serão aprofundadas ao longo deste capítulo. Para ampliar essa compreensão, nos aproximamos das particularidades que caracterizam a organização desses movimentos no período recente. Assim, objetivamos mostrar como tem se processado a luta dos trabalhadores sem-teto por moradia.

Primeiramente, nos perguntamos quais são as diferenças dos movimentos de moradia dos anos 1970 e 1980 para os atuais movimentos dos sem-teto. De imediato, dizemos que a diferença mais significativa é a forma de atuação. Os sem-teto privilegiaram as ocupações como uma das principais estratégias de luta, diferenciando-se assim dos movimentos de moradia anteriores e ampliando a luta por moradia.<sup>29</sup> Assim, os movimentos sem-teto se organizaram de forma diversa, seja em torno de ocupações de prédios no centro da cidade ou em torno de ocupações de terrenos periféricos nas grandes metrópoles.

Segundo Davisson C. C. Souza (2011), há uma relação entre as lutas sociais recentes e as tradições dos movimentos sociais no Brasil. Em suas análises sobre as lutas sociais dos anos 2000, o autor identificou que:

Essas experiências, em especial as experiências de organização e luta, produzem efeitos mais ou menos duradouros sobre as práticas dos grupos e

---

<sup>29</sup> Não queremos dizer que os movimentos sem-teto são pioneiros nessa prática de luta. O MST é o representante maior na história dos movimentos populares brasileiros no que se refere às ocupações. E também os movimentos de moradia dos anos 1980 realizaram algumas ocupações naquele período. Mas com relação à luta pela moradia recentemente, concluímos que os sem-teto avançaram nesse sentido.

das classes. Esses elementos, “encarnados” por meio da memória e do patrimônio histórico coletivo que se reproduz e se atualiza constantemente nas práticas sociais (amortecendo ou potencializando as experiências de luta presentes), podem ser definidos como tradições (SOUZA, 2011, p. 193).

Souza destaca, então, que há uma forte relação entre o movimento camponês/sindical e os movimentos populares no Brasil, que resulta em organizações que reivindicam terra/habitação e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Portanto, dessa relação podem ocorrer continuidades e descontinuidades nas formas e instrumentos de luta dos movimentos sociais.

Desse modo, a luta dos sem-teto não é novidade, mas fruto da luta entre o capital rentista/imobiliário e as classes trabalhadoras. Dessa forma, não há uma homogeneidade na organização deles, mas contradições no interior de suas lutas. Contudo, nem todos eles se pautam, política e ideologicamente, nos termos da luta de classe em suas atuações, embora alguns se reivindiquem enquanto tal. Por isso, reafirmamos nossa proposta de identificar o posicionamento político-ideológico do MTST nos governos petistas.

A história dos movimentos sem-teto do centro da cidade de São Paulo, por exemplo, está relacionada aos movimentos de moradia. De acordo com Francine Hirata (2010), saiu do movimento Unificação da Luta dos Cortiços (ULC) a maioria das suas lideranças. De duas dissidências, uma em 1997, e outra em 1998, surgem o Fórum dos Cortiços (FC) e o Movimento de Moradia do Centro (MMC), respectivamente. Essas três organizações (ULC, FC e MMC) passaram a se organizar nacionalmente na Central dos Movimentos Populares, em 1993 (HIRATA, 2010, p. 80). De um racha dentro do FC nasce o MSTC, oficialmente em 2000 (OLIVEIRA, 2010, p. 25). Assim, dos sem-teto do centro, destacamos dois: o MMC e o MSTC.

Segundo Nathália Cristina Oliveira (2010), os movimentos de moradia do centro ocupam prédios das regiões centrais, por estarem perto do local de trabalho ou de um possível emprego, o que facilitaria também o acesso a uma maior infraestrutura. Acredita-se também que isso ocorre pela percepção da conquista do espaço como um todo, ou seja, o pressuposto de que o indivíduo deve escolher o local onde quer morar, sem que este seja condicionado a viver em um local mais afastado.

De acordo com Oliveira, o MMC surge de uma ocupação organizada pela ULC em um prédio central na cidade de São Paulo, na Rua do Carmo, em 1997. As divergências com relação à organização e a forma de ação fizeram com que o movimento se

desprendesse daquele e realizasse outra ocupação.<sup>30</sup> No mesmo ano, já como MMC, eles ocuparam um prédio pertencente à Secretaria da Cultura do governo do Estado que durou até 2005 (OLIVEIRA, 2010. p. 25).

Em entrevista a Hector Benoit, GG, dirigente do MMC, conta a sua trajetória até chegar ao movimento. No relato, fica evidente a diferença na forma de luta anterior:

Para muita gente e para muitos movimentos, a moradia é tudo, nós dizemos que não. A moradia, no entanto, é um polo fundamental de mobilização popular, as pessoas querem ter um endereço, querem ter direito a um teto; cabe a nós, dirigentes dos movimentos de moradia, representantes de movimentos populares, dizer para ele ou para ela que a moradia é o endereço para onde você pode se dirigir para começar a conquistar a cidadania e dignidade. Mas isto é apenas o começo, porque você tendo a casa e não tendo um emprego com salário digno, você não vai ter com quem pagar sua casa; você ter a casa e ter emprego, mas sem ter um salário razoável, não dá para você ter saúde, educação, creche para os filhos, direito ao lazer. A casa não é assim nem cidadania, nem dignidade, é começo de um longo caminho (BENOIT, 2000, p. 160).

Já o MSTC, ao reivindicar moradia no centro da cidade com o lema “*Se pagar o aluguel, não come. Se comer, não paga o aluguel*”, colocaria em cheque a relação entre trabalhar e morar, além disso, ainda evidenciaria o problema da valorização do espaço, em detrimento da garantia do direito à moradia. Com essa frase de protesto, o movimento radicalizaria sua forma de luta: a ocupação de prédios vazios como estratégia para o enfrentamento desses elementos colocados por eles. O movimento era ligado a UMMSP e, após desacordos, se articula nacionalmente na Frente de Luta por Moradia (FLM) desde 2003.<sup>31</sup>

A primeira ocupação do MSTC ocorreu em 2000, em um prédio de um hospital abandonado na Vila Formosa. Desse ano até 2007, foram realizadas poucas ações. A ocupação que deu reconhecimento nacional ao movimento ocorreu em 2002 e ficou conhecida como “ocupação Prestes Maia”.<sup>32</sup> Foram dois prédios ocupados, símbolos da especulação

<sup>30</sup> Os rachas, divergências, dissidências dentro dos movimentos de moradia, em sua maioria, eram com relação às formas de ação. Eles acreditavam que as ocupações deveriam ser o seu principal meio de atuação (OLIVEIRA, 2010; HIRATA, 2010).

<sup>31</sup> De acordo com Hirata, em entrevista com uma militante do MSTC, esse desacordo ocorreu devido à divergência na conduta de atuação. Para o MSTC, o UMM teria uma relação pacífica com o governo e não priorizavam as ocupações em suas lutas (2010, p. 81).

<sup>32</sup> Segundo a Associação Gaspar Garcia, essa é a segunda maior ocupação vertical da América Latina, a primeira é a Torre de Davi na Venezuela. Dados disponíveis em:

imobiliária: um na Avenida Prestes Maia e o outro na Rua Brigadeiro Tobias. Em 2007, esta organização organizou sete ocupações em prédios abandonados.

Em nossa pesquisa, identificamos que, via de regra, os prédios que os sem-teto do centro ocupam estão vazios e são utilizados para a especulação imobiliária; geralmente, o dono do imóvel não está em dia com o pagamento do IPTU. Muitos prédios são abandonados por seus donos e entram em deterioração à espera da valorização do terreno. E os sem-teto, como ficam? Muitos se tornam moradores de rua, outros moram de favor ou moram em um cômodo com a família; outros vão para as periferias, e ainda há aqueles que veem nesses movimentos a única chance de conquistar uma casa. Segundo Miagusko,

No decorrer dos anos 1990, surgiram vários movimentos de sem-teto em São Paulo, sobretudo a partir de 1997, com o deslocamento tanto quantitativo como qualitativo das ações com maior visibilidade política para o centro de São Paulo. A maioria dos movimentos sem-teto participa da UMM, mas nos últimos anos suas ações adquiriam maior independência e delimitaram novas articulações políticas, como a Frente de Luta pela Moradia (FLM), que reuniu diversos movimentos de moradia e sem-teto do centro e de outras regiões (2012, p. 101).

Desse modo, os movimentos dos sem-teto ganharam mais força de acordo com o crescimento de suas lutas e a partir do forte impacto que suas ações causavam. A ocupação de prédios centrais abandonados e de terrenos periféricos, que não cumpriam sua função social de propriedade, a nosso ver, evidencia a contradição existente nos centros urbanos: a especulação imobiliária voltada para o capitalismo rentista. Assim, de um lado estão aqueles em defesa da propriedade privada, e de outro, a falta de moradia que atinge milhares de trabalhadores.

Além disso, a emergência dos movimentos dos sem-teto na história recente do Brasil evidencia que o Estado burguês continua não dando soluções definitivas às demandas pela falta de moradia, e que os programas sociais voltados para essa problemática são insuficientes.

As exigências do capitalismo financeiro internacional obrigaram o Estado burguês brasileiro a deteriorar os serviços fundamentais para as classes trabalhadoras. Assim, o Estado não foi capaz, nesse período, de responder às pressões populares advindas das classes trabalhadoras. Os movimentos dos sem-teto nos mostram as possibilidades de

conquistas de direitos no âmbito da cidade, organizando os trabalhadores em torno da falta de moradia.

Esse foi, portanto, o contexto de surgimento do nosso objeto de estudo. Desses setores organizados, destacamos o MTST que, por meio da luta por moradia, resistiu contra a política neoliberal e marcou outro período de mobilizações no Brasil. Esse movimento representa outra etapa na organização das lutas populares, que não são oriundas diretamente da luta sindical ou do chão de fábrica. Os trabalhadores estão concentrados em um mesmo território e, a partir da existência de uma causa em comum, organizam sua luta.

### 2.3 HISTÓRICO DE LUTA DO MTST

Desse contexto previamente abordado surge o MTST, que já existe há 19 anos. Considerando o seu surgimento oficial, em 1997, é um tempo de vida razoável em termos de história para contar. Mesmo após esse período, ainda temos poucos documentos oficiais que contam seu nascimento; porém, os poucos que existem nos dão uma breve noção dos motivos para a construção desse movimento.

A origem do MTST está nas entranhas do MST, um nó que dificilmente será desatado em nossa pesquisa, pois as versões e motivações variam entre os textos. Mas podemos traçar um caminho possível de entendimento.<sup>33</sup> Poderíamos ter feito esse relato a partir da história de vida dos trabalhadores sem-teto ou a partir de entrevistas com militantes, porém isso não será possível, devido à limitação desta pesquisa.<sup>34</sup>

Fato concreto é que o MTST surge de uma articulação no interior do MST. O problema está em identificar as motivações e as condições desse acontecimento, e nos esforçamos nessa tarefa. Na década de 1990, em pleno momento de implementação das políticas neoliberais; já conhecemos as implicações disso para os trabalhadores, no que se refere ao processo de desenvolvimento urbano nesse período, encontramos duas condições: de um lado, o aumento da segregação urbana com as periferias e favelas circunscrevendo as

---

<sup>33</sup> A relação entre o MST e o MTST está na Cartilha do Militante do MTST (2005), no livro *Por que ocupamos?* de Guilherme Boulos (2014a) e nas dissertações Oliveira (2010), Martins (2015), Rodrigues (2002) e Goulart (2011).

<sup>34</sup> Reconstruir a história de um movimento popular não é tarefa simples, ainda mais em se tratando de um com alta dinamicidade como o MTST. Sendo as fontes os materiais do próprio movimento, teses e dissertações e livros dos militantes percebe-se que cresce cada vez mais o interesse em estudar a história do movimento e consequentemente se consolida uma história oficial. Ao buscarmos referências sobre esse histórico, identificamos que já há uma bibliografia considerada sobre o surgimento do movimento, por isso não faremos uma nova sistematização desse histórico. Mas para realizarmos esta análise utilizamos as seguintes referências: Goulart (2011), Oliveira (2010), Rodrigues (2002), Martins (2015).



idades e, por outro, a especulação imobiliária condicionando o processo anterior, e isso se torna mais um meio de rentabilidade dos proprietários de imóveis.

Essas alterações territoriais são fundamentais no entendimento da aproximação do MST com a luta no ambiente urbano. Para esse movimento, “a ocupação de terrenos baldios que só servem à especulação imobiliária” (MARICATO *apud* RODRIGUES, 2002, p. 79) na cidade promove a necessidade de articular um movimento que atue nesse ambiente. O MST, então, através dos seus militantes, volta-se para pensar, também, ações nesse contexto.

Segundo Karoline Ferreira Martins, a partir de entrevistas com os militantes e das falas que ela analisou,<sup>35</sup> essa articulação ocorre em dois momentos: na Marcha Nacional Pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que ocorreu para denunciar o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996<sup>36</sup>, e com os conflitos ocorridos no Pontal do Paranapanema, ambos os eventos ocorreram em 1997 (MARTINS, 2015, p. 66).

Na análise de Martins (2015), fica evidente que a aproximação do MST com os movimentos sociais urbanos fez com que os sem-terra ampliassem sua luta em outros espaços ao perceberem que o problema da falta de terra e serviços básicos ocorria também no território urbano. Nesse sentido, aconteceu na Marcha uma articulação para que o movimento atuasse em colaboração ao movimento urbano na cidade. Desta deliberação, os militantes sem-terra identificaram que as maiores dificuldades dos trabalhadores na cidade eram a falta de moradia e emprego. Esses dois elementos, básicos na vida dos trabalhadores, impulsionaram a organização de um movimento que se assemelhasse ao MST e que fosse combativo na luta contra o Estado e contra a política neoliberal da época, na cidade. Assim, houve a necessidade de se criar uma frente de luta que englobasse o campo e a cidade (GOULART, 2011, p. 15-16).

Outro momento, também encontrado nas pesquisas sobre a origem do MTST, foram as articulações na região do Pontal do Paranapanema, onde havia conflitos constantes entre o poder público e o MST.<sup>37</sup> A fim de amenizar essa situação, o movimento

<sup>35</sup> A autora se referenciou nas pesquisas de LIMA (2002) e CASSAB (2004), ambas contam com entrevistas com militantes para retirar essas informações.

<sup>36</sup> Em 19 de abril de 1996, 21 militantes do MTST foram assassinados pela Polícia Militar no estado do Pará. Dado disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/04/17/eldorado-de-carajas-para-nao-passar-em-branco.html>>. Acesso em: 15 maio 2016.

<sup>37</sup> Essa região havia grandes concentrações de terras e o MST realizava ocupações para pressionar o poder público. A partir de um acordo com o governo de São Paulo, na época Mário Covas, foi concedido 40% das terras ao movimento. Mas isso limitou a atuação deles na região. A saída foi investir na luta em áreas urbanas e na discussão entre a luta no campo e na cidade (MARTINS, 2015; GOULART, 2011).

destaca alguns militantes para organizar a luta na cidade, tentando articular as ações pela reforma agrária com a luta pela reforma urbana (MARTINS, 2015, p. 67). As inquietações desse momento ficam explícitas nessa fala:

A decisão de criação do MTST partiu de uma parte do MST. O MST, como todo movimento, tem suas diferenças internas e correntes. Tinha um grupo mais ligado ao Gilmar Mauro, de São Paulo, que achava importante construir um movimento de atuação urbana e pensou que essa alternativa seria o MTST. Só que nesse surgimento inicial, em 1997/1998, a construção do MTST era feita como um braço urbano do MST. Embora não tenha sido bancada por todo MST. Foi por isso que o MTST não se nacionalizou, a princípio. Ele começou onde esse grupo interno tinha mais influência: São Paulo, Pernambuco, Pará. (RODA DE CONVERSA *apud* MARTINS, 2015, p. 67).

O que se percebe, aqui, é que existe uma relação de solidariedade entre ambos, e não que o MTST se tornou um simples apêndice do MST. Trata-se de uma questão importante, pois assim nos afastamos do erro de considerar que os barracos de lona preta levantados pelos sem-teto ocorrem de forma original e sem relação com os sem-terra. Em suma, o MST influenciou o MTST em alguns aspectos, principalmente na forma como ele se organiza, porém, levando o movimento a construir sua luta de forma particular.

Em 1997, ainda ligado ao MST, o MTST realiza a sua primeira ocupação na cidade de Campinas, estado de São Paulo. A ocupação, denominada Parque Oziel, marcou o início da necessidade de construir e ampliar a luta no território urbano. O que parecia, em princípio, ser apenas uma ocupação para reivindicar moradia para a população sem-teto, tomou outra proporção. Devido à condição de miséria em que os trabalhadores da época se encontravam, e do vasto terreno ocioso que ocuparam, o movimento conseguiu chamar a atenção do poder público local; mas conflitos constantes fizeram parte dessa ocupação. Os conflitos se deram com os pedidos de reintegração de posse por parte dos proprietários, com ações envolvendo a polícia e enfrentamentos com o tráfico de drogas.<sup>38</sup> Em meio a esse quadro, e depois de muitas lutas, em 1999, o município decretou a área ocupada como de interesse social e a consequente desapropriação do terreno. Os conflitos, entretanto, continuaram, mas a vitória veio com a transformação da ocupação em um bairro da cidade (GOULART, 2011).

---

<sup>38</sup> Alguns líderes que morreram nessa ocupação por confrontos policiais e pela criminalidade: Gentil Ribeiro, Expedito Souza Silva, Mauro Filho Garcia, Sonia Nunes Garcia em 1998 e Clovis Ferreira e Adir Rodrigues em 2000. Devido a esses conflitos, o MTST, diz que essa primeira experiência serviu de base para as reflexões dentro do MST de como contribuir na luta urbana (GOULART, 2011).

Antes de continuarmos, abriremos um parêntese para colocar em evidência outra diferença do surgimento do MTST com relação aos movimentos de moradia da década de 1970 e 1980.

Apesar de o MTST ter surgido de um movimento social tradicional (o MST) e ser semelhante a ele no seu início, na prática e nos princípios, sua origem ocorre em um contexto totalmente diferente, como mostraremos nesse capítulo. Além disso, uma diferença que destacamos dos movimentos de moradia na década de 1970 e 1980, é a relação com o PT e a CUT. Enquanto esses surgem apoiados nesse partido e construíram suas lutas juntos, aqueles emergem e consolidam suas organizações em oposição aos governos petistas.<sup>39</sup>

Além disso, as transformações nas relações de trabalho, como a precarização e a configuração desordenada do desenvolvimento urbano brasileiro com a segregação sócio-espacial<sup>40</sup> são elementos que, unidos à falta de moradia, favoreceram a articulação do movimento nesse período.

O MTST identifica, em meio à crise urbana que destacamos, que a falta de serviços básicos necessários para a sobrevivência dos indivíduos na cidade é um elemento importante na luta que o movimento trava. Porém, essa falta não atinge a todos, pois os sujeitos que mais sofrem com a precarização dos serviços básicos são os trabalhadores da periferia.

Em 2009, o movimento realizou a sua primeira articulação com o objetivo de nacionalizar a sua luta. O seu Encontro Estadual, nesse ano, possibilitou a criação de um projeto político de estratégias e princípios para a atuação em outras regiões. O movimento organizado nacionalmente possibilitou o aumento de sua luta contra o processo de urbanização segregacionista e melhores condições para pressionar ainda mais o poder público. A partir desse momento, ele se organiza com uma coordenação nacional e lideranças estaduais e regionais, atuando hoje em oito estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Tocantins, Roraima, Ceará, Pernambuco e Goiás, e também, no Distrito Federal (MARTINS, 2015, p. 69).

---

<sup>39</sup> No Cap. 3 mostraremos como se dá essa relação na atualidade.

<sup>40</sup> Como discutimos no Cap. 1.

Qual o objetivo, então, do MTST? Organizar os trabalhadores urbanos em torno da luta por moradia. E qual é o principal método de luta? Ocupações de terrenos periféricos privados ou públicos, que não cumprem sua função social.<sup>41</sup>

O local que o movimento definiu para realizar suas ações o diferencia dos outros movimentos sem-teto, pois a sua forte atuação nas periferias das grandes metrópoles tornou-se uma referência. O movimento entende que essas regiões agregam uma enorme quantidade de terrenos ociosos que servem para a especulação imobiliária e não cumprem sua função social (latifúndios urbanos, segundo o próprio MTST). E também é na periferia que vive grande parte dos sem-teto, pessoas que não têm moradia ou que moram em condições precárias. A segregação se impõe ao trabalhador, deixando-o à mercê da lógica urbano-capitalista.

O MTST se diz um movimento territorial. Isso se deve ao fato de os trabalhadores estarem espalhados em vários territórios (fábricas, sindicatos, empresas e comércios), devido à complexidade das relações de trabalho que resulta no desconcentramento dos trabalhadores e na perda da força de atuação dos sindicatos. Desta perspectiva, ele atua e se articula territorialmente na periferia:

O MTST é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas. Assim, o espaço em que milhões de trabalhadores no Brasil e em outros países tem se organizado e lutado é o território. É aí que o MTST se localiza: Somos um movimento territorial dos trabalhadores (MTST, 2016).<sup>42</sup>

Essa relação com o território de atuação reforça a importância que o movimento deposita na realização de ocupações. Primeiramente, os sem-teto necessitam de um local para viver (nem que seja provisório); tal ação chama atenção para o problema da

<sup>41</sup> Segundo Art. 182 da Constituição Federal, caput: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (Constituição, 2002, p. 113).

<sup>42</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

falta de moradia, a permanência da ocupação em um local possibilita a politização da vizinhança e também reivindica o espaço como moradia (OLIVEIRA, 2010, p. 117). Dessa forma, a periferia é o local que concentra o maior número de trabalhadores e é onde os serviços públicos quase não chegam. Portanto, essa reivindicação da periferia particulariza a luta do MTST.

Por fim, outra característica importante que marcará em definitivo a trajetória e a apresentação do movimento para nós é a sua composição social. O MTST se denomina um movimento dos trabalhadores. Destaco esse elemento, pois isso nos ajudará na compreensão do nosso próximo tópico. Assim, entendemos que essa característica influencia na forma como o movimento se organiza na luta por moradia.

#### 2.4 A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO MTST: SITUAÇÃO E POSICIONAMENTO DE CLASSE

Nossa abordagem teórica sobre as classes sociais tem como base as análises de Nicos Poulantzas, em *Poder Político e Classes Sociais*, de 1968. Entendemos que a determinação e o posicionamento político e ideológico das classes sociais, em uma dada conjuntura, é um caminho possível para se compreender o MTST, no que diz respeito à sua composição social.

O objetivo da nossa abordagem de classe é tentar responder a alguns questionamentos que surgem ao se analisar um movimento popular nos anos 1990. Por exemplo, como entender o surgimento de movimentos populares que não são oriundos do chão de fábrica? Como caracterizar as suas reivindicações “fora” da relação capital *versus* trabalho? Como problematizar o conceito de classes sociais fora da polarização burguesia e proletariado? Isso é possível? Em suma, qual é a base social do MTST? Como entender um movimento que aglutina pessoas oriundas de diferentes locais da estrutura social e econômica e, além disso, com valores e experiências distintos?

Identificamos, no primeiro capítulo, que as lutas dos trabalhadores por moradia na década de 1970 e 1980 não estavam necessariamente ligadas às condições de trabalho, e que as questões ligadas à condição de vida apareciam de forma primária em suas reivindicações.

Os movimentos populares que se organizam na história recente do Brasil apresentam características semelhantes. Por exemplo, a maior parte deles reivindica bandeiras de lutas ligadas à reprodução da força de trabalho de forma mais imediata, como moradia,

terra, saúde, educação e emprego. Além desses, existem os movimentos que trazem pautas de cunho ideológico, questionando certos valores e comportamentos sociais como o preconceito racial, a homofobia e a condição da mulher na sociedade.

Se antes os movimentos sociais, em sua maioria de trabalhadores operários, tinham o embate direto contra o capital e, a partir das greves, reivindicavam melhorias nas condições de trabalho ao patrão, além ainda de uma participação maior dos partidos e sindicatos nesses movimentos, hoje, novas categorias de trabalhadores organizam suas lutas; e elas não são mais pautadas somente na relação capital *versus* trabalho, mas também em problemas que se relacionam às condições de vida da classe trabalhadora.

#### 2.4.1 O Lugar que os Trabalhadores Sem-Teto Ocupam nas Relações de Produção

Nesta parte, vamos esclarecer qual o nosso ponto de partida para compreendermos a definição de classe social utilizada na pesquisa. Os sem-teto pertencem à classe trabalhadora. Dentro dela, há uma complexidade de categorias de trabalhadores que se diferenciam entre si: operários, trabalhadores assalariados de serviços, trabalhadores do setor público, autônomos, prestadores de serviços terceirizados e desempregados.

Em nosso entendimento, o modo de produção capitalista possui duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado.<sup>43</sup> Porém, como em nenhuma formação social concreta existe apenas um modo de produção, encontramos diversas classes ligadas a outros modos de produção. Do ponto de vista mais abstrato, compreendemos, entretanto, que as classes não se constituem apenas e tão-somente na esfera econômica, mas também, nas esferas política e ideológica (POULANTZAS, 1986).

Segundo Poulantzas (1986), o lugar ocupado pelos agentes nas relações de produção desempenha o papel principal na definição das classes sociais, mas ele não é exclusivo para a sua conceituação. Ou seja, as instâncias do político e do ideológico também são fundamentais na constituição das classes sociais.

A identificação dos sujeitos pelo lugar que ocupam nas relações de produção, ou seja, a determinação de classe, permite-nos diferenciar, de um lado, os explorados e, de outro, os exploradores. Essa condição já contém, em si mesma, luta de classes. Daí o entendimento teórico de que as classes se constituem nos planos econômico,

---

<sup>43</sup> Por burgueses entende-se a classe dos capitalistas modernos que são proprietários dos meios sociais de produção e utilizam o trabalho assalariado. Por proletários, a classe dos modernos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. [Observação de Engels incluída na edição inglesa de 1888]. (MARX e ENGELS, 2008, p. 66).

político e ideológico, tendo no econômico a determinação em última instância. Do ponto de vista metodológico, isto nos permite avaliar, nas diversas conjunturas, os posicionamentos políticos e ideológicos das classes em luta, como trataremos mais adiante em relação aos sem-teto.

Considerando o que foi exposto, pensamos as classes sociais como efeito das estruturas do econômico, do político e do ideológico para não incorrerem em determinismos. De acordo com Poulantzas:

As classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica. De fato, não seria preciso concluir sobre o papel principal do lugar econômico sendo este suficiente para a determinação das classes sociais. Para o marxismo, o econômico assume o papel determinante em um modo de produção numa formação social: mas o político e o ideológico, enfim a superestrutura, desempenham igualmente um papel muito importante. De fato, todas as vezes que Marx, Engels, Lenin e Mao procedem a uma análise das classes sociais, não se limitam exclusivamente ao critério econômico, mas se referem explicitamente a critérios políticos e ideológicos (1975, p. 14).

Dito isso, passamos a analisar o lugar que os sem-teto ocupam nas relações de produção para, em seguida no próximo tópico, compreendermos as suas determinações políticas e ideológicas de classe dentro do período analisado nesta pesquisa. Agregaremos outros elementos, como escolaridade, idade e gênero, para melhor compreensão de quem são estes trabalhadores que lutam por moradia.

Segundo Cibele Rodrigues (2002) e Nathália Oliveira (2010), a base social dos sem-teto é composta, em sua maioria, por trabalhadores desempregados ou trabalhadores informais.

Para Rodrigues (2002), que realizou entrevistas semiestruturadas em uma ocupação em Recife, 57,8% eram desempregados e, dos que trabalhavam, somente 23,1% possuíam carteira assinada; e, ainda, 72,2% declararam ganhar menos que um salário mínimo. Já Oliveira (2010), de acordo com uma pesquisa realizada em 2002 pela FAU-SP na Ocupação Ouvidor (centro da cidade de São Paulo), levantou que 13,7% eram desempregados; dos que trabalhavam, 31,4% eram ambulantes, 27,5% ajudante geral, 17,6% autônomos e 12,3% viviam de bico. Assim, apenas 30% trabalhavam formalmente.

Ainda de acordo com Oliveira (2010), as principais ocupações são trabalhadores autônomos com funções específicas ou que fazem “bicos” em serviços gerais: pedreiro, ajudante/servente, empregadas domésticas ou diaristas, assalariados com ou sem

registro em carteira de trabalho e donas de casa. O quadro é também composto por motoristas, entregadores, balconistas, caixas, auxiliares de serviços gerais e operários, sendo que boa parte se encontra desempregada e em busca de trabalho. São, em sua maioria, negros. Geralmente, não têm condições de pagar o aluguel, moram “de favor” na casa dos pais e parentes, ou endividados que foram parar na rua. Participam também militantes universitários ou professores oriundos das classes médias.

Identificamos nessas pesquisas que a base social do MTST se assemelha a de outros movimentos sem-teto, pois, na maioria das vezes, estabelecem relações precárias de trabalho. A base social do movimento é constituída, em grande parte, por trabalhadores formais ou informais, “incluídos trabalhadores subcontratados, pessoas que possuem salários muito baixos e não têm estabilidade no emprego, aqueles que atuam na área informal e os desempregados” (OLIVEIRA, 2010, p. 143). São homens e mulheres, negros e negras, crianças e idosos, sendo a falta de moradia uma condição comum a eles. De acordo com Oliveira (2010), que destacou a atuação das mulheres dentro do MTST, é notória a presença das mulheres nos movimentos sem-teto e com relação ao lugar que ocupam na esfera produtiva:

A categoria de trabalhos não qualificados se feminiza cada vez mais. No município de São Paulo, as mulheres representam 52% da população ocupada no setor informal, o emprego teve um aumento entre as menos instruídas. O setor terciário é gueto ocupacional feminino e a concentração é, sobretudo, no emprego doméstico. A inserção da mulher no mundo do trabalho se dá em condições precárias e de inseguranças, má remuneração e perda da proteção oferecida pela legislação (trabalho informal) (GONÇALVES apud OLIVEIRA, 2010, p. 155).

Frente a esse panorama do uso da mão de obra feminina, concluímos que são trabalhadoras informais e menos remuneradas devido às relações de gênero que se estabelecem em nossa sociedade.<sup>44</sup>

Nessas pesquisas identificamos que os trabalhadores sem-teto organizados no MTST pertencem, majoritariamente, ao subproletariado<sup>45</sup> brasileiro. As novas relações de trabalho no contexto neoliberal resultaram na queda da qualidade do emprego. Podemos

<sup>44</sup> A dominação de gênero acarreta na desigualdade entre homens e mulheres. Entendemos que a formação da sociedade capitalista implica relações de exploração e dominação, se na esfera produtiva as classes sociais são determinadas pelo modo de produção caracterizando a exploração da força de trabalho, as relações de gênero são um fator a mais de dominação na reprodução da exploração capitalista. Portanto, a dinâmica sexista nas relações de produção implica “diferenças” de gênero. Para aprofundar essa discussão ver “Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário”. In: Lutas Sociais, nº 9-10. São Paulo: 2003.

<sup>45</sup> Oliveira (2010) prefere o termo “massa marginal” que se refere a uma camada da classe trabalhadora. Desse modo, entende-se que esses trabalhadores estabelecem relações marginais no nível das relações de produção, ou seja, relações informais de empregabilidade.



perceber um aumento desses trabalhadores, principalmente no setor de serviços. A redução da oferta de trabalho no setor industrial fez com que surgisse uma massa de trabalhadores disponíveis para esses setores. Assim, os sem-teto seriam subproletários que, em sua maioria, estabelecem relações informais de empregos.

Nesta pesquisa, a partir do nosso referencial teórico, consideramos que os sem-teto são uma fração da classe trabalhadora e que, dependendo do grau de desenvolvimento das relações de produção, esses trabalhadores estabelecem diferentes tipos de relações de trabalho (formais ou informais). Nesse caso, pode-se afirmar que atualmente há uma predominância de trabalhadores informais, embora existam aqueles que estabelecem relações formais de trabalho no movimento.

Os trabalhadores sem-teto encontram-se praticamente na mesma condição econômica que os fazem lutarem por uma causa em comum: a falta de moradia. Mesmo tendo uma composição social mais heterogênea em função das diversas formas como se relaciona com o capital, a condição econômica de precariedade possibilita que se identifiquem como pertencentes às classes dominadas e, não só, a se organizarem politicamente no MTST.

Por fim, feitas estas considerações, podemos passar agora à posição de classe dos sem-teto na conjuntura. Apenas lembramos que ambas as questões são importantes para a sua constituição em classe.

#### 2.4.2 Posicionamento de Classe

A condição de classe dos trabalhadores nem sempre coincide com o seu posicionamento político e ideológico na conjuntura. E é exatamente por este entendimento teórico que discutimos, neste tópico, os posicionamentos dos sem-teto no período pesquisado. Apenas lembramos que o pressuposto teórico com o qual nos afinamos é o de que as classes se constituem na luta de classes e são o efeito das estruturas econômica, política e ideológica.

A questão que colocamos é a seguinte: a condição de classe dos sem-teto leva-o a ter um posicionamento político e ideológico coerente com ela? Quando organizado num movimento popular, como o MTST, provavelmente sim. Ou seja, uma vez que participa e luta coletivamente, passa a ter clareza, por exemplo, de que o grande problema a ser enfrentado é o capital imobiliário especulativo e que, portanto, não diz respeito à sua competência individual, como normalmente apregoa o discurso liberal. Por si mesma, porém, a condição não leva os sem-teto a terem um posicionamento contra o capital. Numa elaboração mais abstrata, Poulantzas esclarece que,

Esta determinação estrutural das classes, que só existe assim como luta de classes, deve, entretanto, ser distinguida da posição de classe na conjuntura: conjuntura que constitui o lugar onde se concentra a individualidade histórica sempre singular de uma formação social, e enfim, a situação concreta da luta das classes. De fato, insistir na importância das relações políticas e ideológicas na determinação das classes, e no fato de que as classes sociais só existem como luta (práticas) de classes, não seria reduzir, de forma “voluntária”, a determinação das classes à posição das classes: isso assume grande importância nos casos em que se constata uma distância entre a determinação estrutural das classes e as posições de classe na conjuntura (POULANTZAS, 1975, p. 14-15).

Voltando ao MTST, ele é a representação da luta dos trabalhadores sem-teto que se organizam no movimento. De acordo com Oliveira,

Ser sem-teto hoje é fazer parte de uma determinada categoria social, é contribuir para uma construção identitária que se dá no cotidiano da luta pela moradia e, portanto, na militância dos movimentos dos sem-teto. Diríamos então que o trabalhador sem-teto se define não apenas por ser uma pessoa com uma condição socioeconômica desfavorável e não possuir uma moradia, mas também pela sua ação política, por estar participando de um movimento que tem como reivindicação principal a conquista por moradia (2010, p. 23).

A partir destes dois elementos apontados pela autora para a definição de sem-teto (condição socioeconômica desfavorável e ação política), resgatamos um posicionamento político do MTST durante o feriado do dia 20 de novembro de 2015, dia da consciência negra. Nesse dia, o movimento realizou uma manifestação no bairro Leblon na cidade do Rio de Janeiro,<sup>46</sup> com faixas e cartazes com os dizeres “o Leblon virou Palmares”, além de muita música e dança. Os militantes andaram pelas ruas do bairro denunciando a segregação urbana, que define o lugar do rico e do pobre.

Por fim, esclarecemos que retomaremos esta questão no último capítulo, quando discutiremos a atuação do movimento em relação aos governos Lula e Dilma.

## 2.5 AS BANDEIRAS DO MTST: REFORMA URBANA E PODER POPULAR

---

<sup>46</sup> Bairro típico da classe média carioca.

Estas análises contribuirão para um melhor entendimento do terceiro capítulo, quando nos debruçaremos sobre a conjuntura política na qual o movimento está inserido.

O MTST associa a luta por moradia à reforma urbana e à constituição de um poder popular. Ele entende que são os meios mais eficientes para atingir o seu principal objetivo: acabar com o sistema capitalista. Mas o que isso significa na luta diária e na mobilização dos trabalhadores sem-teto?

Segundo as linhas políticas do movimento, o capital é o grande inimigo a ser vencido. Em outras palavras, vivemos numa sociedade capitalista, cujas leis, regras, governos e empresários estão condicionados à reprodução da lógica em que “muitos trabalham e poucos têm dinheiro”. Para o MTST, o Estado representa os interesses dessa lógica capitalista. Na sua avaliação, portanto, as suas bandeiras serão conquistadas quando o principal alvo, o sistema capitalista, for destruído (MTST, 2016).<sup>47</sup>

Percebe-se, desde já, que a sua luta não deve se restringir à conquista da moradia ou de um pedaço de terra, mas que a sua organização deve extrapolar os limites do capital: “Todas nossas ações devem estar voltadas para fortalecer nosso caminho rumo a estes objetivos. Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização” (MTST, 2016).<sup>48</sup>

Segundo Débora Cristina Goulart (2011), os sem-teto do MTST realizam as suas ações numa perspectiva classista e anticapitalista. Para a autora, o surgimento desse movimento possui relação com os movimentos populares dos anos 1970 e 1980, principalmente com o MST, que possui uma forte ligação com o PT e com a CUT. Mesmo com o PT assumindo o governo federal, em 2003, o MTST permaneceu com uma orientação político-ideológico que corresponde a determinação de classe dos sem-teto.<sup>49</sup>

Para Goulart (2011), o MTST buscou superar a perspectiva da busca por cidadania, que marcou os movimentos sociais dos anos 1990, e organiza sua luta sob a perspectiva da luta de classe, tese que está de acordo com o nosso entendimento.

Esse discurso anticapitalista é constantemente reforçado pelos militantes do movimento, mas há também uma preocupação em construir esse ideário na base que o compõe. A mobilização dos seus componentes, ou seja, a formação política para a luta diária

<sup>47</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

<sup>48</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

<sup>49</sup> A autora aponta algumas contradições na relação entre o PT e o MTST que serão aprofundadas no Cap. 3.

e também a divulgação da luta nos bairros, onde eles se inserem, é uma das estratégias que utilizam. Esse trabalho, por exemplo, ocorre com “experiências como a cozinha coletiva, as fogueiras durante a noite, as cantorias, a divisão de tarefas, as assembleias gerais, as oficinas culturais, produções de vídeos, hortas” (OLIVEIRA, 2010, p. 103). Sem contar também as místicas herdadas do MST.

O trabalho de politização gera um sentimento de pertencimento e de identificação dos trabalhadores sem-teto com a luta do MTST. Essa conscientização busca coletivizar os problemas que enfrentam para que a luta se fortaleça. Um exemplo foi a aproximação com a Associação Periferia Ativa (APA), com o objetivo de organizar os moradores das comunidades onde estão as ocupações, fortalecendo laços de união com os trabalhadores fora do movimento, para identificarem problemas comuns que estão associados às condições de vida na cidade como saneamento básico, transporte público, creche, centros de saúde. Esse tipo de ação, para o movimento, criaria uma referência na comunidade onde atuam. Além disso, o movimento, em suas ocupações, realiza atividades culturais com o intuito de politizar a base para o fortalecimento da luta coletiva (OLIVEIRA, 2010).

Para o MTST, a politização da base do movimento necessita de ações constantes para pressionar o Estado e o capital imobiliário. Dessa forma, o movimento consegue ampliar sua pauta de reivindicação saindo de uma questão imediata, a moradia, para lutar por Reforma Urbana. Para o movimento, somente a conquista por moradia não resolve o problema do trabalhador, pois as condições de vida na periferia envolvem outras necessidades básicas como escolas, postos de saúde, transporte, saneamento básico e lazer. Portanto, essa bandeira de luta é um dos objetivos para a ação do movimento. Assim, a presença na periferia é no sentido de derrubar os muros da segregação espacial.

Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais (MTST, 2016).<sup>50</sup>

Para nós, o movimento avança ao colocar o problema da moradia em outra dimensão, que não se restringe à periferia, às favelas e aos cortiços, mas também ao urbano

---

<sup>50</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

como um todo, que na sociedade capitalista se apresenta como uma questão estrutural, não cabendo aos indivíduos soluções individuais.

Dessa forma, “ocupar e resistir” é o meio que o movimento utiliza para atingir seu objetivo. Além disso, as passeatas e as manifestações ajudam nas estratégias para denunciar o problema da crise urbana.<sup>51</sup>

Segundo Jair Pinheiro (2005), a concentração da terra urbana está relacionada à lógica de produção de acumulação do capital. O setor imobiliário seleciona áreas urbanas para especulação e valorização, que deixam de cumprir a função social de propriedade, já que está diretamente ligado aos interesses empresariais.

Nosso objetivo é combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido de construir uma nova sociedade. A ocupação de terra, trabalho de organização popular, é a principal forma de ação do movimento. Quando ocupamos um latifúndio urbano ocioso, provamos que não é natural nascer, viver e morrer pobre e oprimido. Não aceitamos a espoliação que muitos chamam de sina (MTST, 2016).<sup>52</sup>

Além disso, fazer Reforma Urbana, para o movimento, é fazer com as próprias mãos, esse seria o significado de construção de um poder popular. Para atingir isso, buscam um tipo de organização horizontal nos espaços que ocupam, que ajudam também na formação política da base do movimento. O MTST possui, então, um modelo de organização democrático-coletivista:

As deliberações são feitas de maneira colegiada e com ampla participação das/os militantes na tomada de decisão e na execução do que foi deliberado. Dividem-se em três tipos de coletivos: (i) os coletivos políticos, formados pelas coordenações estaduais e a coordenação nacional; (ii) os coletivos organizativos, que são os setores e (iii) os coletivos territoriais, formados pelas coordenações de acampamento, de núcleos e de coordenações regionais (MTST apud MARTINS, 2015, p. 69).

Para o MTST, a criação de um poder popular serve para pressionar o Estado para atingir seus objetivos. Em uma ocupação, por exemplo, distribuir as tarefas, fazer parte dos núcleos de decisões da ocupação e participar ativamente das atividades do movimento é criar poder popular:

<sup>51</sup> Segundo Maricato (2015) vivemos uma crise urbana.

<sup>52</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

A realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores. Na prática, isso significa estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado (MTST, 2016).<sup>53</sup>

Segundo Gabriel Santos Elias (2014), o MTST realiza ações transgressivas para conseguir seus objetivos, e com isso atinge um grau de autonomia em sua organização. O diálogo com o Estado possui limites, e o movimento busca influenciá-lo em suas decisões.

Desse modo, entendemos que a atuação do movimento busca a emancipação dos trabalhadores, portanto, para o MTST, a criação do poder popular é uma luta anticapitalista. O movimento busca articular a luta por moradia com a organização popular para atingir a transformação social da sociedade capitalista.

“Criar poder popular” é mais do que um grito de ordem, é nosso grande objetivo. Somos a maioria, mas o poder não está com a gente e sim com os capitalistas. Construir o poder popular, que é o nosso poder, é a forma de transformar isso. Como? Com muita organização e luta. Precisamos nos organizar nos bairros, nas ocupações, no trabalho, em todos os lugares. Levando adiante a ideia de que só precisamos da nossa força para mudar a realidade (MTST, 2016).<sup>54</sup>

A partir das suas ações, conseguimos identificar a posição que eles tomam em um processo de luta. Objetivamos com esse tópico mostrar que a organização do MTST segue uma orientação político-ideológica construída ao longo de sua história e que essa posição corresponde ao lugar que os trabalhadores ocupam na esfera produtiva. Suas ações visam acabar com o sistema capitalista e isso reflete no posicionamento do movimento no diálogo com o governo. Portanto o movimento,

Ao montar barracos de lona num terreno vazio e organizar os trabalhadores para lutar, cortamos a cerca nada imaginária que protege a concentração de riqueza e de terra nas mãos de poucos. E em alto e bom som gritamos: chegou a nossa hora. Criar poder popular!!! (MTST, 2016).<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

<sup>54</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

<sup>55</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

No período recente das lutas sociais no Brasil, o MTST é o movimento de moradia da maior relevância, pois consegue, mediante seus embates, reivindicar do Estado direitos essenciais à vida dos trabalhadores. Logo, mesmo em seus limites, através de ações diretas, ele tenta quebrar as contradições sociais, políticas, econômicas e ideológicas que se apresentam. Daí a importância de recuperar a sua história.

Dos seus 19 anos de vida, 13 anos ocorreram nos governos petistas de Lula e Dilma. E esse período que vamos considerar no próximo capítulo quando analisaremos o porquê do seu fortalecimento no período e por que o PMCMV não resolve o problema da falta de moradia. Como já dissemos, o pano de fundo teórico que enfrentaremos é o seguinte: em que medida a condição de classe dos sem-teto correspondeu ao seu posicionamento político-ideológica sob estes governos.

### **CAPÍTULO 3 - O MTST E A LUTA POR MORADIA NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2015)**

“A luta política de classe é o motor da história” (Nicos Poulantzas)

Nos capítulos precedentes, recuperamos o processo de urbanização brasileiro para compreendermos a história do próprio MTST. Neste capítulo, porém, analisamos os enfrentamentos do movimento em relação aos governos petistas com o objetivo de entender quais foram os seus posicionamentos políticos à luz das respostas governamentais dadas às suas demandas. Para isso, dividimos este capítulo em quatro partes: apresentação do contexto anterior à entrada do PT no governo; alteração do bloco no poder no governo Lula e Dilma (2003-20115); análise do PMCMV, procurando evidenciar os conflitos de classes nessa política social e, por fim, mostrar a posição político-ideológica do MTST ao longo desses governos.

Para iniciar este tópico, partimos da ideia de que a vitória eleitoral de Lula, em 2002, estava relacionada ao desgaste das políticas neoliberais aplicadas por seus antecessores. Essa eleição implicou uma mudança da postura político-ideológico do PT em função do arco de alianças que construiu para conseguir o pleito eleitoral e, mais do que isso, para governar.

No capítulo 2, identificamos que a fração burguesa internacional, no período neoliberal brasileiro, engendrou uma política de Estado que ampliou a acumulação capitalista em detrimento de investimentos públicos na área social. Nessa época, foi possível a consolidação de uma unidade política entre as classes dominantes, ou melhor, entre as frações da burguesia, principalmente, os setores financeiros e de serviços, que apoiaram esse projeto.

Segundo Luiz Filgueiras (2002), a implantação das políticas neoliberais faz parte do processo de alteração das relações de produção e o seu resultado, no Brasil, implicou em diversas disputas de classes e frações de classes:

O projeto neoliberal, através do que se poderia chamar de um novo populismo regressivo, tem conseguido um apoio inorgânico e difuso em segmentos pauperizados e desorganizados das classes trabalhadoras tendo por base a revolta desses setores contra o caráter historicamente excludente dos direitos sociais, os péssimos serviços públicos, o clientelismo, o nepotismo e o fisiologismo (FILGUEIRAS, 2006, p. 202).



Devido a essas perdas para a classe trabalhadora, movimentos populares acirram suas lutas por toda a América Latina. Por exemplo, os Piqueteros na Argentina e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México. E, no Brasil, os sem-teto propõem ações diretas com ocupações, chamando a atenção para a situação de moradia. Paralelamente a esses acontecimentos, houve a ascensão de governos progressistas e de tendência à “esquerda” por toda a América Latina,<sup>56</sup> inclusive no Brasil, com Lula (MARTUSCELLI, 2015).

O modelo econômico neoliberal apresentava sintomas de crise aumentando a insatisfação social. De acordo com Danilo Enrico Martuscelli, esse modelo passou por desgastes devido a alguns fatores, por exemplo, “a) ao caráter excludente do neoliberalismo, (...) b) à lógica antinacional, desindustrializante e especulativa, (...) c) às crises cambiais e financeiras (...) d) aos processos de resistências às políticas neoliberais (...) e) às vitórias eleitorais de candidaturas que se apresentavam como críticas da ortodoxia do livre mercado” (MARTUSCELLI, 2015, p. 141-142).

O quadro geral, então, era de crise do modelo neoliberal; havia a necessidade de abertura do mercado para mudanças nesse período. Dessa forma, a entrada de Lula no governo foi facilitada por um contexto de desgaste. Assim, essa nova conjuntura possibilitou essa ascensão à “esquerda” no governo a fim de efetivar reformas para conter essa crise, levando então o país a um novo momento de desenvolvimento econômico, político e social. Além disso, nesse contexto, ocorreu também uma modificação na postura político-ideológica do PT, principalmente depois da derrota nas eleições de 1989.

A discussão realizada por Eliel Machado (2009) nos ajuda a entender as mudanças nos discursos desse partido nas eleições seguintes. De acordo com ele, essa alteração aconteceu devido à inserção do partido em cargos institucionais, levando a um afastamento na atuação sindical e nos movimentos populares, que foram as bases da consolidação do PT. Desde a sua origem, o partido estava ligado a uma identificação e a um discurso classista, em defesa dos direitos dos trabalhadores. Após as sucessivas derrotas em eleições, o partido adota um discurso que priorizou a conquista da cidadania para todos. Assim,

Na eleição para governador de São Paulo, em 1982, nos estertores da ditadura militar, o slogan do partido era “Trabalhador vota em trabalhador” e na campanha de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo, em 1988, era “São Paulo para os trabalhadores”. Por sua vez, nas eleições presidenciais de

---

<sup>56</sup> Hugo Chávez na Venezuela (1998), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005) e Rafael Correa no Equador (2007).

1998, o *slogan* mudou e as classes trabalhadoras “desapareceram”: “O Brasil que o Brasil conhece”. E, em 2002, o tema não classista permaneceu: “Brasil para todos” (MACHADO, 2009, p. 25).

Confirmando essa mudança, Lula divulga, em função da eleição de 2002, a “Carta ao Povo Brasileiro”, um documento que fazia menção às propostas que, caso eleito, o novo governo iria adotar. O conteúdo da carta, em nossas análises, tinha o objetivo de apresentar algumas diretrizes do programa de governo, a fim de tranquilizar as classes dominantes e assegurar a continuação dos contratos já estabelecidos e mencionava ainda a necessidade de se estabelecer um “contrato social” com o povo brasileiro para a superação da crise econômica da época. Portanto, o conteúdo da carta marcou, em definitivo, a mudança político-ideológica de Lula e do PT.

A partir dessa análise, percebemos que a postura adotada e as articulações estabelecidas nas eleições de 2002, por exemplo, a escolha de José Alencar do PL para a vice-presidência, sendo ele oriundo do setor industrial, representou a aliança política entre o PT e as frações burguesas, que caracterizará os governos petistas. Portanto, a vitória de Lula, nas eleições de 2002, ocorreu devido ao desgaste do modelo neoliberal implementado no Brasil desde o governo Collor e à mudança político-ideológica do PT desde a derrota nas eleições de 1989.

Por fim, buscamos compreender a dupla característica que se apresentou no governo Lula: ao mesmo tempo em que selou acordo com as frações burguesas para alcançar o governo, amenizou também a situação de crise para a classe trabalhadora investindo em políticas sociais.

### 3.2 O GOVERNO LULA E DILMA E O REARRANJO DO BLOCO NO PODER

Passemos agora a analisar a reconfiguração do bloco no poder com a entrada no governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva, em 2003, até o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015.

Antes de começar a discussão em si, convém esclarecer que a opção de analisar o governo Lula a partir da noção de bloco no poder é por entender que houve uma reconfiguração política de classe no interior deste “bloco”. Ou seja, esse governo possibilitou a unidade política entre setores das classes dominantes que antes ocupavam uma posição secundária. Esta discussão é importante para entendermos que efeitos tiveram sobre a luta política desencadeada pelo MTST nesse período.

Segundo Armando Boito Jr. e Tatiana Berringer (2013), o governo Lula e o PT realizaram uma espécie de projeto neodesenvolvimentista, que, na visão destes autores, trata-se de um “desenvolvimento possível dentro do neoliberalismo”, que consistia em fazer a economia interna brasileira crescer. Para isso, o governo investiu no mercado interno através de subsídios para a burguesia interna e, ao mesmo tempo, realizou políticas sociais, para amenizar os impactos das políticas neoliberais sobre os trabalhadores. No fundo, o governo propunha um projeto de desenvolvimento que alterou a dinâmica de acumulação do capital que acontecia na economia brasileira. Assim, amenizaria as consequências do período anterior sem abrir mão dos preceitos neoliberais, como já dissemos anteriormente.

Para realizá-lo, foram estabelecidas duas frentes de ações governamentais: a política social e a política econômica. Na primeira, o governo aumentou a renda dos trabalhadores com a valorização do salário mínimo e ampliou as políticas sociais com programas de transferência de renda, por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF)<sup>57</sup>. Na segunda, aumentou os subsídios às grandes empresas nacionais através do BNDES, realizou uma política de apoio à exportação dos capitais nacionais e amenizou crises econômicas com medidas de contenção, como redução tributária e concessão de créditos (BERRINGER; BOITO, 2013).

Essas políticas adotadas beneficiaram, ao mesmo tempo, a grande burguesia interna, a baixa classe média, o operariado urbano, o campesinato pobre e os subproletários em torno do projeto político do governo (Carta ao Povo Brasileiro), além do grande capital financeiro internacional, os proprietários de terras e a alta classe média que engloba o setor público e privado (BERRINGER; BOITO, 2013).

De acordo com Armando Boito Jr. e Tatiana Berringer (2013), o elemento que marca esse período é a ascensão política e econômica da burguesia interna (fração industrial)<sup>58</sup> brasileira que ocorreu mediante à ampliação do mercado interno, a partir do incentivo do governo. Vale dizer ainda que essa fração burguesa ocupou um importante papel político no governo Lula.

---

<sup>57</sup> O PBF é resultado da união dos programas de transferência de renda que havia no governo Fernando Henrique Cardoso. Foi criado em 2003 com o objetivo de combater a pobreza e a miséria no país. Dados disponíveis em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

<sup>58</sup> Segundo Décio Saes (2015), o processo tardio de constituição do capitalismo no Brasil (a passagem de uma economia escravista para uma capitalista) não possibilitou a formação de uma burguesia nacional que fosse capaz de implementar um projeto de industrialização sólido. A consequência desse fato é o constante rearranjo no bloco no poder entre as classes dominantes da burguesia (agrária, industrial e financeira), colocando limitações aos regimes democráticos que por aqui se consolidaram.

Para termos uma ideia deste processo, basta olharmos para a distribuição dos ministérios no seu primeiro mandato: o PT ocupou a maioria deles (13 de 25), sendo os demais repartidos entre PL, PV, PDT, PSB, PCdoB, PTB, e PPS, partidos que historicamente representam setores da burguesia (industrial, comercial e agrária). Por exemplo, as nomeações de Luiz Fernando Furlan<sup>59</sup> para ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Roberto Rodrigues,<sup>60</sup> para a pasta da Agricultura, são sintomas da ascensão da burguesia interna (pelo menos de um setor dela) ao bloco no poder. Além disso, o cargo da presidência do Banco Central foi para Henrique Meirelles, que se desfilou do PSDB para poder assumi-lo.

Por meio dos acordos políticos do governo com as frações da burguesia brasileira, em 2004 há uma retomada da economia, levando a um aumento da renda da população<sup>61</sup> através de políticas de concessão do Crédito Consignado<sup>62</sup> e também da valorização do salário mínimo.<sup>63</sup>

Como resultado destes acordos e alianças, as políticas do governo passaram a beneficiar algumas frações da burguesia interna, sobretudo a industrial e a do agronegócio, ao mesmo tempo em que se investiu em áreas sociais voltadas aos trabalhadores. Por outro lado, isto não foi produto de consenso dentro do PT, pois, em 2004, um ano após Lula assumir o governo, uma ala se opõe à aprovação do projeto do executivo de reforma da previdência e, como consequência, é expulsa de suas fileiras.<sup>64</sup>

Em 2005, com as denúncias do “mensalão”,<sup>65</sup> ocorreu um abalo político sobre o governo, agravando as disputas internas no PT e fortalecendo a oposição. Em 2006,

<sup>59</sup> Empresário e acionista da Sadia.

<sup>60</sup> Empresário ligado ao agronegócio.

<sup>61</sup> A partir da noção liberal de cidadania, Décio Saes (2000) aponta, em sua análise, que a crítica a essa ideia desenvolvida por T. H. Marshall, que seria “a participação integral do indivíduo na comunidade política; tal participação se manifestando, por exemplo, como lealdade ao padrão de civilização aí vigente e à sua herança social, e como acesso ao bem-estar e à segurança materiais aí alcançados” (SAES, 2000, p. 3), não considera o papel da luta de classe nessa definição. De acordo com o autor, as lutas populares teriam papel determinante na conquista de direitos na sociedade capitalista e, conseqüentemente, na consolidação da cidadania.

<sup>62</sup> O Crédito Consignado, criado também do mesmo ano, teve como objetivo conceder empréstimos bancários, cujo pagamento ocorre direto da folha de pagamento do empregado. Dados disponíveis em: <<http://www.bcb.gov.br/?consignadofaq>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

<sup>63</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>>. Acesso em 10 nov. 2015.

<sup>64</sup> Trata-se da senadora Heloisa Helena e dos deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes. Em 2005, fundam o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Dados disponíveis em: <<http://www.psol50.org.br/partido/historia/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

<sup>65</sup> Em 2005, Roberto Jefferson (ex-deputado federal pelo PTB) denunciou o esquema de propinas aos parlamentares, comandado pelo PT, para garantir apoio político no Congresso.

ano de eleições,<sup>66</sup> Lula lançou sua candidatura à reeleição em meio a essa crise. Portanto, a estratégia do governo foi de continuar com as medidas de aumento do salário mínimo, que naquele ano teve um acréscimo de 16,66%, passando de R\$ 300 para R\$ 350.<sup>67</sup>

No ano seguinte, com Lula já reeleito, ocorreu o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),<sup>68</sup> que objetivava induzir investimento público no setor industrial para fazer crescer a economia, gerar empregos e aumentar a renda da população, ou seja, foram esforços para amenizar a crise política. Neste mesmo ano, foram gerados 1,6 milhões de empregos, 30% a mais que no ano anterior. O salário mínimo foi aumentado em 31% de 2007 a 2010 (SINGER, 2010).

Com a saída do Lula e entrada da Dilma, entretanto, analisando a fundo as relações estabelecidas entre os setores da burguesia e os acordos políticos feitos para criar a base do governo, percebemos mudanças significativas no interior do bloco no poder. Há um esgotamento do modelo neodesenvolvimentista<sup>69</sup> que se iniciou no governo Lula e que se intensificará no governo Dilma. Assim, entende-se que mesmo com a manutenção do projeto político e econômico anterior, o governo enfrentaria uma crise econômica e político-ideológica, da qual o MTST terá papel importante nas mobilizações populares.

Na propaganda eleitoral de 2010 destaca-se, além do apoio incontestado do então presidente Lula, o dos subproletários à eleição de Dilma. Segundo Singer, “o povo lulista, que deseja distribuição da renda sem radicalização política, já dá sinais de que o alinhamento fechado em 2006 está em vigor. Em duas semanas de propaganda eleitoral na TV, Dilma subiu 9 pontos percentuais e Serra caiu 5” (SINGER, 2010, p. 5). Com 56,05% dos votos totais<sup>70</sup> em 31 de outubro desse ano, é eleita a primeira presidente mulher do Brasil.

---

<sup>66</sup> De acordo com André Singer (2010), o primeiro mandato de Lula, caracteriza-se por uma postura conservadora, que aplicaria mudanças ao modelo neoliberal desgastado, porém sem abalar as estruturas do desenvolvimento capitalista no país. Por isso, em 2006, ocorre um fenômeno peculiar, que será caracterizado por ele como realinhamento, que seria o afastamento das classes médias no apoio ao governo devido às denúncias de corrupção e uma aproximação do subproletariado no apoio ao PT, por causa das políticas de transferência de renda e das políticas sociais. O lulismo seria, então, um projeto pluriclassista (conciliação de classes), uma política que tenta favorecer tanto às classes dominantes quanto às classes populares.

<sup>67</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>>. Acesso em 10 nov. 2015.

<sup>68</sup> Em 2007, o Governo Federal lança o PAC, com o objetivo de retomar o crescimento econômico a partir de um planejamento estratégico que envolvesse vários projetos em setores estruturais do país. Dados disponíveis em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

<sup>69</sup> Neste ano, a economia dos EUA entra em crise devido a altos gastos com a guerra do Iraque e Afeganistão e também com o aumento das importações e queda das exportações. Para controlar a crise, o governo reduziu os juros e facilitou o crédito. Como consequência, a população se endividou, principalmente com financiamento de imóveis. Os bancos entraram em falência e os imóveis sofreram desvalorização, acarretando no estouro da bolha imobiliária do período que afetou a economia mundial.

<sup>70</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas-eleicoesdilma>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

Uma vitória significativa quando consideramos a cultura patriarcal da política brasileira (SINGER, 2010).

Além disso, destaca-se que a campanha do PT também contou com uma forte aliança com partidos aliados do governo anterior, principalmente com PSB, PR, PDT, PRB, PSC, PTC, PTN, PP e PCdoB. Além desses, foi costurado um acordo com o PMDB que indicou Michel Temer, ex-presidente da Câmara dos Deputados, para compor a chapa encabeçada por Dilma Rousseff. Com a vitória nas eleições de 2010, confirmou-se a premissa da continuidade das alianças políticas iniciada em 2002 e concretizadas em 2006 com a campanha do segundo mandato de Lula, como dissemos anteriormente.

Mesmo com a crise do mensalão, em 2005, que deu início a um processo de afastamento das classes médias da base de apoio do governo, setores das frações burguesas ainda apoiavam o governo: a burguesia industrial, agrária e financeira. Dessa forma, Dilma ganha as eleições com o voto dos subproletários, os mesmos que elegeram Lula. Assim, a base de apoio do governo eleito não se restringiu às classes trabalhadoras, mas estendeu-se também às frações das classes burguesas que se alinham ao governo na manutenção do poder político e econômico.

Esses elementos peculiares, que caracterizaram o neodesenvolvimentismo, como o apoio das classes populares à agenda do governo, podem ser explicados a partir do aumento da renda da população, por meio da geração de emprego, crédito e de programas sociais. Entretanto, destacamos que mesmo o governo atendendo as classes populares com políticas sociais, a proporção dos investimentos feitos para favorecer a grande burguesia interna ultrapassou os bilhões investidos no PBF.<sup>71</sup> Assim, houve ganhos econômicos significativos, mediante políticas sociais, às classes desfavorecidas, sem que o poder político-econômico das frações burguesas fosse afetado.

O crescimento econômico permitiu uma significativa recuperação do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial. As novas condições econômicas e políticas favoreceram muito a organização e a luta sindical, permitindo novas conquistas salariais dos trabalhadores em um evidente contraste com aquilo que ocorreu na década de 1990 (BOITO & MARCELINO, 2011 apud BOITO & BERRINGER, 2013, p. 33).

---

<sup>71</sup> O Programa Bolsa Família atende em torno de 45.000.000,00 de famílias com renda *per capita* mensal de até 140 reais com um auxílio mínimo de 32 reais podendo variar até 242 reais dependendo do número de pessoas na família e da vulnerabilidade. Dados disponíveis em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 15 set. 2015.

Não por acaso, 2010 foi o ano em que o Brasil mais cresceu economicamente. A média de crescimento do país é um dado importante para se medir o grau de satisfação das frações burguesas com o governo. Com isso, destacamos que não foram somente os trabalhadores que ganharam com as políticas sociais.

**Tabela 1** - Crescimento econômico do Brasil (2003-2010)

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB*	1,1	5,8	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,1	7,5

**Fonte:** tabela elaborada pela autora. Dados disponíveis em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

\*valores em %

A análise política desse período necessitou de uma atenção maior sobre as relações de classes e a configuração do bloco no poder para compreender as orientações político-econômicas e ideológicas dos governos petistas. Conclui-se, de antemão, que esse modelo favoreceu de fato a grande burguesia interna, com o incentivo de aprimorar a política externa e os subsídios às empresas internas, ao mesmo tempo em que manteve as bases de desenvolvimento dentro da lógica do capitalismo financeiro. Por outro lado, o governo ganhou uma base eleitoral forte (subproletários) através das políticas sociais, o que lhe possibilitou ganhar as eleições posteriores.

Se, por um lado, o governo angariou uma base eleitoral forte e popular através da ampliação de política sociais, por outro, alguns movimentos populares que lutam por moradia, por exemplo, MMC, MTST e MSTC fortaleceram suas mobilizações nesse período.

O Estado burguês possui, então, uma característica específica (autonomia relativa) com relação à luta de classes, que possibilita a organização política de classe em torno de demandas próprias.<sup>72</sup> Alguns movimentos populares, ao perceberem o caráter continuísta do governo Lula e Dilma em relação aos governos anteriores, ou seja, ao perceberem o favorecimento às classes dominantes enquanto que aos trabalhadores cabia a política mínima do governo, ampliam suas lutas e aumentam sua organização e resistência, ganhando maior força política de atuação.

<sup>72</sup> Refere-se à relação entre o Estado e o campo da luta de classes. Segundo Poulantzas, essa é uma característica específica do Estado capitalista que possui uma unidade burocrática e que representa a autonomia do Estado em relação às classes e frações de classes. Essa discussão nos ajuda a compreender que o Estado burguês não é somente um instrumento das classes dominantes (POULANTZAS, 1986).

Seguindo as trilhas oferecidas por Boito Jr., é possível caracterizar este período como o de um governo “social liberal”, ou seja, que preserva o modelo capitalista neoliberal, combinando-o com um pouco de crescimento econômico e de políticas sociais compensatórias (BOITO apud OLIVEIRA, 2011, p. 5). Em outros termos, investia numa política de redistribuição de renda (mínima) com ampliação do consumo sem, no entanto, mexer na estrutura da concentração de renda.

### 3.3 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: POLÍTICA HABITACIONAL NOS GOVERNOS PETISTAS

Com o objetivo de compreender como o Estado burguês atende aos interesses das frações burguesas e, ao mesmo tempo e não na mesma proporção, aos de uma parcela dos trabalhadores organizados no MTST, analisaremos o funcionamento do PMCMV. Nessa análise, procuraremos desvendar as relações contraditórias embutidas nele e quais os seus efeitos sobre o atual déficit habitacional. Em outras palavras, passados mais de seis anos do seu lançamento, mostraremos os seus avanços e limites.

No governo Lula, duas políticas foram importantes na área da habitação: a criação do Ministério das Cidades e a elaboração do Plano Nacional Habitacional (PLANHAB), aprovado em 2008. Em 2003, com o objetivo de pensar políticas nacionais de Habitação de Interesse Social (HIS), saneamento e transporte urbano, o Ministério das Cidades ficou responsável por coordenar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Além disso, elaborar uma política para aumentar o número de oferta de moradias e reduzir o déficit habitacional no país. Dessa forma, a proposta visava destinar recursos públicos para subsidiar o financiamento habitacional à população de baixa renda (até três salários mínimos) e também incentivar o mercado privado de habitação para a população acima de cinco salários mínimos (SHIMBO, 2010).

De 2003 a 2008, o Ministério das Cidades coordenou os programas habitacionais já existentes nos governos anteriores que eram destinados à habitação de interesse social.<sup>73</sup> Em 2005, houve uma alteração no Ministério que Olívio Dutra (PT) ocupava e o cargo foi para Marcio Fortes (PP). Segundo Raquel Rolnik (2013), essa troca acarretou em uma ruptura no processo de elaboração do PNH e do Sistema Nacional de

<sup>73</sup> Estes programas são “fruto de um projeto político resultante da experiência acumulada em política habitacional desenvolvida pelas administrações municipais do Partido dos Trabalhadores, somado a uma série de debates realizados junto à sociedade civil” (CARDOSO; ARAGÃO; ARAUJO, 2011, p. 2).



Habitação de Interesse Social (SNHIS), restringindo a participação dos “movimentos sociais” ao Concidades.

Essa ruptura significou um retrocesso nas articulações e conquistas que estavam em curso com relação à elaboração de uma política habitacional para a população de baixa renda. Por exemplo, em 2004, foi criado o Crédito Solidário, que destinava recursos à produção de autogestão de moradias. Em 2005 foi aprovado o FNHIS, que permitia o repasse de recursos para a execução de HIS.

Todavia, esse período foi importante para a elaboração do que seria a maior política habitacional do país que, aliada ao projeto de crescimento econômico (PAC), promoveu investimentos na construção civil e na geração de empregos.

### 3.3.1 Modalidades, Funcionamento e Público-Alvo

Em 2009, num contexto de crise econômica no país, o PMCMV foi lançado como o maior pacote habitacional da história, esta seria a primeira fase do programa (PMCMV- 1). Em 2011, o governo Dilma lançou o PMCMV-2 e, até o final de nossa pesquisa, os recursos para a execução do PMCMV-3 não haviam sido liberados. De acordo com o Ministério das Cidades, para o PMCMV-1 seriam construídas um milhão de casas populares e os maiores beneficiários seriam famílias com renda entre zero e três salários mínimos. As políticas públicas voltadas à habitação,<sup>74</sup> até 2009, foram incipientes na resolução do problema da falta de moradia. O programa se destacou, inicialmente, pela abrangência no acesso à moradia (famílias com renda de 0 a 10 SM) e pelo montante investido na execução do programa.<sup>75</sup>

Ao mobilizar um conjunto de medidas de estímulo à produção habitacional, mantendo o desenvolvimento dos setores imobiliário e da construção civil, o pacote foi apresentado como uma das principais ações do governo em reação à crise econômica internacional e também como uma política social de grande escala. Justificado por atender esses dois imperativos econômicos e sociais – por um lado, a criação de empregos no setor da construção, e, por outro, a provisão de moradias (SHIMBO, 2010, p. 93).

Segundo o *site* da Caixa Econômica Federal (CEF), órgão responsável pela análise e aprovação dos financiamentos, o PMCMV se divide em duas áreas de abrangência:

<sup>74</sup> Ver Cap. 1.

<sup>75</sup> O montante destinado ao PMCMV-I chegou a 34 bilhões de reais (SHIMBO, 2010).

habitação urbana e habitação rural. Dentro da área urbana – que é a que nos interessa – temos três modalidades de financiamento habitacional: PMCMV, PMCMV-E e PMCMV-Parcerias. O PMCMV é organizado pelo poder público, o PMCMV-E é proposto por Entidades Organizadoras (EOs)<sup>76</sup> sem fins lucrativos e o PMCMV-P se volta para o atendimento de empresas da construção civil.

O PMCMV urbano atende a famílias entre duas faixas de renda: I - 0 a 3 SM e II – 3 a 10 SM. As famílias da faixa I de renda podem financiar uma casa em até 120 meses utilizando 5% da renda, sendo o valor mínimo da parcela R\$ 50,00/mês. Essas famílias devem realizar uma inscrição no município em que residem e aguardar o sorteio da contemplação da casa.<sup>77</sup> Já as famílias da faixa II podem financiar uma casa a partir da aquisição de um contrato com uma construtora ou, de forma individual, realizando o contrato direto com a CEF (BALBIM; KRAUSE; NETO, 2013).

Dessa forma, uma das possibilidades de uma família que não possui renda formal ou que possui renda formal de até três salários mínimos seria financiar um imóvel através das Companhias de Habitação (COHABs), que são entidades organizadoras responsáveis por recolher e gerir o cadastro das famílias e também de executar os empreendimentos habitacionais com os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), parte do Orçamento Geral da União (OGU) (BALBIM; KRAUSE; NETO, 2013).

A outra possibilidade é o PMCMV-E, que permite o acesso à moradia em área urbana para famílias organizadas sob a forma coletiva (organizações políticas), sendo este recurso uma conquista dos movimentos populares de moradia para a construção de HIS. O critério de renda máxima permanece nos três salários mínimos, com prioridade para mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais e pessoas em vulnerabilidade social (TATAGIBA et al., 2013).

Desse modo, as entidades devem elaborar uma proposta para a aquisição de moradia popular para famílias que fazem parte da associação ou entidade e enviar ao Ministério das Cidades, que administra o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) - recurso

---

<sup>76</sup> O PMCMV entende que são Entidades Organizadoras (EO) qualquer órgão que irá gerir o processo de construção e entrega das casas, seja público, privado ou sem fins lucrativos, por exemplo: a COHAB e o MTST são entidades organizadoras que podem elaborar um projeto de um empreendimento imobiliário e enviar aos Ministério das Cidades. Se aprovado, poderá executar o projeto. O que vai diferenciar as modalidades do PMCMV é a fonte de recursos utilizada: o PMCMV utiliza o FAR, o PMCMV-E utiliza o FDS e o PMCMV-P utiliza o FGTS.

<sup>77</sup> Para essa faixa de renda, as famílias fazem a inscrição do Cadastro Único (CADÚNICO) nos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS). Esse cadastro é unificado e possibilita o acesso a vários programas sociais: PBF, PMCMV, Isenção de Concursos Públicos Federais, desconto na conta de luz e água, Benefício de Prestação Continuada (BPC), PRONATEC etc.

utilizado para a execução da obra através da Secretaria Nacional de Habitação (SNH).<sup>78</sup> A SNH é o órgão responsável por administrar a seleção dos projetos e gerir os recursos do FDS, que repassa parte desses recursos para a CEF, responsável pela formalização do financiamento aos beneficiados pelo PMCMV-E.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades foi criada em 2009, com o objetivo de tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

O programa, ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, é dirigido a famílias de renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00 e estimula o cooperativismo e a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais.<sup>79</sup>

Segundo cartilha do PMCMV-E, elaborada pela CEF,<sup>80</sup> as atribuições das entidades organizadoras para participar do PMCMV-E são: apresentar à CEF os beneficiários do empreendimento e o projeto de trabalho técnico-social, bem como executá-lo; promover reuniões e assembleias com os beneficiários sobre informações a respeito dos seus direitos e obrigações; eleger a CRE (Comissão de Representantes) e o CAO (Comissão de Acompanhamento de Obras) por maioria absoluta dos votos, com registro em atas; prestar assistência jurídica e administrativa aos beneficiários e acompanhar e fiscalizar a obra.

Dessa modalidade, destacamos a ação do MTST em realizar seu próprio projeto habitacional. Após uma ocupação em Taboão da Serra, em 2005, a prefeitura cedeu um terreno ao movimento. Em 2013, o projeto foi liberado e iniciou-se a construção pelo PMCMV-E. O movimento conseguiu a edificação do condomínio João Candido, em Taboão da Serra, na RMS. O projeto prevê a construção de 1.100 unidades, até o momento foram entregues 192. Além disso, foram feitos apartamentos de 54 m<sup>2</sup> e 63 m<sup>2</sup>. Segundo militantes do MTST em entrevista à Carta Capital, são apartamentos maiores, diferenciando-se do padrão proposto pelo PMCMV.<sup>81</sup> O movimento conseguiu também a promessa, por parte da

<sup>78</sup> “Conforme Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991\*, o Fundo de Desenvolvimento Social é destinado ao financiamento de projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários” (Manual PMCMV-E, p.2). Disponível em:

<[http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programas\\_habitacao/entidades/entidades.asp#](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp#)>.

Acesso em: 10 out. 2015.

<sup>79</sup> Manual PMCMV-E. Disponível em:

<[http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programas\\_habitacao/entidades/entidades.asp#](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp#)>.

Acesso em: 20 set. 2015.

<sup>80</sup> Cartilha Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

<sup>81</sup> Dados disponíveis em: <<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=1827>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

prefeitura do governo estadual de São Paulo, a construção de uma escola, uma creche e uma unidade da AMA (Assistência Médica Ambulatorial).<sup>82</sup>

O padrão mencionado acima são os critérios utilizados na tipificação das moradias pelo PMCMV. A casa térrea deve ter “dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço; transição: área útil mínima de 32 m<sup>2</sup> (não computada área de serviço) e acessibilidade: área útil mínima de 36 m<sup>2</sup> (não computada área de serviço)” e, se for apartamento, “dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço; transição: área útil mínima de 37 m<sup>2</sup> e acessibilidade: área útil mínima de 39 m<sup>2</sup>”.<sup>83</sup> Esse padrão de arquitetura das casas do PMCMV fica a critério das construtoras, que optam por construir as casas com o padrão mínimo exigido. Com isso, reduzem os gastos com o empreendimento e, conseqüentemente, aumentam seus lucros (BALBIM; KRAUSE; NETO, 2013).

Além disso, devido ao pagamento de uma única parcela do valor da obra para as construtoras, elas escolhem o local da obra e a forma do empreendimento. A consequência disso é a escolha de locais de baixo custo e com maior rentabilidade. Assim, um dos efeitos do PMCMV para a população de baixa renda foi o aumento da segregação socioespacial e de favelas nos territórios urbanos.

De acordo com Tiago Vieira Rodrigues Dumont (2015), o programa inclui precariamente essa população na dinâmica da cidade, ao restringir o acesso aos equipamentos básicos, como creches, hospitais, escolas, empregos, lazer, mercados etc. Assim, entende-se o porquê da entrega de casas em terrenos periféricos, ou seja, mais afastados dos grandes centros urbanos, visto que não se trata de um programa de intervenção urbanística que pensaria a transformação da realidade urbana acessível a todos.

De 2009 a 2015, foram entregues 3.857.000,00 de casas (PMCMV-1 e PMCMV-2), um número considerável, levando em conta o histórico das políticas habitacionais do Brasil.<sup>84</sup> Identifica-se, porém, que o impacto do programa para as classes populares foi mínimo. Dessa forma, ao analisar os resultados do PMCMV não se deve focar

---

<sup>82</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradia-pelas-proprias-maos-2178.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

<sup>83</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

<sup>84</sup> Dado disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/05/minha-casa-minha-vida-atinge-3-857-milhoes-de-moradias>>. Acesso em 27 dez. 2015.

apenas no número total de casas entregues, mas observar o quanto está aquém das necessidades das famílias de baixa renda (0 a 3 SM):

O déficit habitacional urbano de famílias entre 3 e 10 salários mínimos corresponde a apenas 15,2% do total, mas receberá 60% das unidades e 53% do subsídio público. Essa faixa poderá ser atendida em 70% do seu déficit, satisfazendo o mercado imobiliário, que a considera mais lucrativa. Enquanto isso, 82,5% do déficit habitacional urbano concentra-se abaixo dos 3 salários mínimos, mas receberá apenas 35% das unidades do pacote, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa. (...) o subsídio, neste caso, tem a família sem-teto como “álibi social” para que o Estado favoreça, na partição da riqueza social, uma fração do capital, a do circuito imobiliário (construtoras, incorporadoras e proprietários de terra). Na verdade, o subsídio está sendo dirigido ao setor imobiliário tendo como justificativa a “chancela social” da habitação popular (ARANTES; FIX, 2009, p. 3-6).

**Tabela 2** – Construção de unidades habitacionais por renda (PMCMV-1)

Salário Mínimo	Casas (Mil)	Investimento (bilhões)	Recursos
Faixa I - 0 a 3	400	16	União
Faixa II - 3 a 10	600	18	OGU e FGTS

**Fonte:** Elaboração própria. Dados disponíveis em: SHIMBO (2010), GOULART (2011).

A Tabela acima mostra os dados do PMCMV-1 e, segundo o IPEA (2013), o PMCMV 1 e 2 destinou 45,7% de casas para a faixa I, de um total de 2.863.000,00 de unidades habitacionais entregues.

Percebe-se que a prioridade inicial do PMCMV-1 foi atender à faixa II, mesmo o déficit habitacional da faixa I sendo maior.<sup>85</sup> A conclusão a que se chega é que há uma lucratividade maior para as construtoras quando se prioriza determinada faixa de renda, pois essa parcela possui maior poder de compra para aquisição de um financiamento, sendo os juros dessa operação mais elevados do que os destinados à construção para a faixa I de renda. Pelo caráter mercadológico do PMCMV, por exemplo, 97% do total disponibilizado para o programa vão direto para as construtoras privadas e apenas 3% ficam para as entidades sem fins lucrativos (FIX; ARANTES, 2009). De acordo com eles,

O pacote não contempla a promoção estatal (projetos e licitações comandados por órgãos públicos), que deve seguir pleiteando recursos através das linhas existentes, com fundos menores, muito mais concorridos, e restrições de modalidades de acesso e de nível de endividamento. Esse perfil de investimento já indica qual o modelo claramente dominante e a aposta na iniciativa privada como agente motora do processo (FIX; ARANTES, 2009, p. 2).

<sup>85</sup> Segundo FIX (2009, *apud* GOULART, 2010, p.199), o déficit é de 4.660.000,00 na faixa I e de 859.000,00 na faixa II.

Sabe-se que, sem uma relação mútua entre Estado e mercado imobiliário, o PMCMV não teria essas características. No governo Lula, antes mesmo do lançamento do PMCMV, a proposta de criar o Ministério das Cidades foi por pensar em uma política nacional de desenvolvimento urbano com investimentos públicos. Porém, o PNH, por exemplo, prevê a necessidade de inserção do setor privado na construção de moradias.

A área habitacional, então, foi dividida em duas formas de promoção: a habitação de interesse social e a habitação de interesse de mercado. A primeira é destinada à população de baixa renda (0-3 salários mínimos) e utiliza recursos públicos como o FNHIS, que advém do OGU, FAR e FDS. Esse sistema ampliou os recursos destinados a essa faixa. O segundo é destinado à população com renda superior a três salários mínimos e expande a aquisição de moradia através da ampliação do sistema de crédito para financiamento. Com a redução dos juros pelo Fundo Garantidor da Habitação,<sup>86</sup> foi possível aumentar a oferta dessa modalidade e, assim, abriu-se um mercado importante para o setor privado.

A forma como o PMCMV foi elaborada e o seu caráter mercadológico mostram a intenção da parceria público/privado. A “‘nova’ política de habitação, formulada, em 2004, pelo mesmo governo Lula, já apontava para a atuação privada tanto no Subsistema de Habitação de Interesse Social, como naquele de Habitação de Mercado” (SHIMBO, 2010, p. 93).

Esses fatores demonstram que as frações burguesas do capital imobiliário se beneficiaram do PMCMV expandindo sua produção, ao mesmo tempo em que as construtoras aumentaram consideravelmente seus lucros. Segundo dados retirados da pesquisa de Lucia Shimbo (2010), que analisou o lucro líquido de uma empresa construtora de 2004 a 2008, observa-se que houve um aumento em torno de 1550% dos lucros, passando de R\$14 milhões para R\$ 231.030.000,00.<sup>87</sup>

O mercado imobiliário se aqueceu, tanto no setor da construção civil quanto no setor financeiro, sendo que este último se relaciona à financeirização do capital em escala mundial e, particularmente, ao papel dos capitalistas imobiliários. Segundo Mariana Fix (2011), que realizou uma análise sobre as transformações do mercado financeiro e imobiliário no período recente, o circuito imobiliário ocorreu mediante a lógica especulativa da qual a renda da terra, os aluguéis e a compra e venda de imóveis geraram rendimentos elevadíssimos

<sup>86</sup> Aloca recursos, em caso de inadimplência, no pagamento das parcelas do financiamento.

<sup>87</sup> Embora a autora tenha omitido o nome da empresa construtora, é possível observar que as cinco que mais lucraram em 2008 foram: Cyrella (R\$ 205.050.000,00), JHSF (R\$ 134.870.000,00), MRV (R\$ 117.490.000,00), PDG Realty (R\$ 114.640.000,00) e Gafisa (R\$ 100.400.000,00).

aos capitalistas rentistas; por outro lado, uma parte da classe trabalhadora ficou sujeita a despejos, assentamentos precários ou irregulares.

A autora destaca que em 2009, após o lançamento do PMCMV, ainda na gestão Lula, esse circuito obteve ganhos altíssimos, permitindo ao governo amenizar os efeitos da crise econômica de 2008, ao mesmo tempo em que ampliou o acesso à moradia. Só para termos uma ideia, das 17 empresas construtoras analisadas por ela, em 2010, o lucro líquido gerado foi de R\$ 29.600.287,00 (FIX, 2011, p. 149).<sup>88</sup>

Segundo David Harvey (1998), no ambiente territorial, onde ocorrem os conflitos ligados à posse da terra/habitação, as classes sociais se apresentam da seguinte forma: por um lado, temos a fração do capital diretamente ligada aos proprietários de terras e às empresas imobiliárias; a fração financeira ligada aos processos de renda via especulação; e, finalmente, as outras frações do capital que se beneficiam de alguma forma desse processo mediante a produção e circulação de mercadorias; por outro, temos a força de trabalho que utiliza o espaço constituído na sociedade capitalista para sua própria reprodução.

Para o autor, portanto, a habitação e parte dos serviços necessários à reprodução do trabalhador foram “privadamente apropriadas” pelo capital: “a necessidade desses elementos coloca o trabalho numa posição antagônica à da propriedade fundiária e à apropriação da renda, assim como à dos interesses da construção que procuram lucrar com a produção dessas mercadorias” (HARVEY, 1998, p. 8). Por isso, o capital financeiro possui um papel hegemônico nessa relação, pois controla o funcionamento do mercado imobiliário. Além disso, um dos problemas que intensifica ainda mais esse conflito é o monopólio do uso do espaço, para a especulação imobiliária (Harvey, 1998, p. 13). Daí uma das bandeiras de luta do MTST é a Reforma Urbana.

Entendemos, então, que a entrega de casas populares pelo PMCMV não só não resolveu o problema habitacional para as camadas populares mais pauperizadas, como impulsionou o aquecimento do mercado imobiliário, resultado do apoio político às empreiteiras da construção civil que obtiveram (e obtêm) altos lucros com esse programa.

As construtoras são as principais agentes do PMCMV, elas participaram organicamente na elaboração do programa a fim de adequá-lo às necessidades do mercado imobiliário. Assim, concluímos que houve mudanças substanciais entre o governo e o capital imobiliário na promoção de políticas habitacionais, com relação ao período anterior analisado.

---

<sup>88</sup> As empresas são: PDG Realt, Cyrela Realty, MRV, Gafisa, Rossi Resid, Brookfield, Even, Direcional, Eztec, JHSF Part, Helbor, Joao Fortes, CC Des Imob, Inpar S/A, Rodobensimob, Trisul e CR2. Em sua tese, Fix (2011) ainda mostra a trajetória dessas empresas e o caminho percorrido no mercado imobiliário.

Portanto, esse é o cenário dentro do qual a luta do MTST se fortalece. Os fatores estruturais e conjunturais, da sociedade capitalista, continuam a reproduzir os déficits habitacionais, como mencionamos, que além de manter parte das classes trabalhadoras sem acesso à moradia ou com acesso de forma precária, favorece uma parcela da fração burguesa imobiliária e financeira.

### 3.4 POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DO MTST

“A saída da crise é pela esquerda” (Guilherme Boulos).

Neste tópico, analisaremos a posição político-ideológica do MTST frente aos governos Lula e Dilma, tendo como ponto de partida a determinação de classe dos trabalhadores sem-teto e a posição que eles tomam na conjuntura política analisada. No segundo capítulo, indicamos que as determinações e os posicionamentos das classes sociais são os efeitos pertinentes das instâncias do econômico, político e ideológico sobre as práticas das classes. Em outras palavras, o “movimento” é a forma empírica para os trabalhadores que “praticam” a luta de classe. Assim, será necessário analisar as ações e o discurso do MTST para identificar a correspondência da determinação de classe com o posicionamento na luta de classe.

Desde os anos 2000, o MTST se apresenta como um dos principais movimentos populares em defesa de uma reforma urbana fora da lógica da acumulação do capital. É um dos únicos movimentos que consegue mobilizar milhares de trabalhadores sem-teto em torno de pautas que estão para além da questão da moradia. No âmbito, atualmente, trata-se de uma força social que questiona os rumos da política econômica voltada ao rentismo e se posiciona contrária à retirada de direitos dos trabalhadores como forma de conter as crises econômicas e políticas.

Antes mesmo de Lula assumir o governo, o MTST já fazia críticas à postura do PT:

O PT é um partido que tem diversas correntes, mas, com o setor majoritário do PT, digamos com a corrente hegemônica do PT, temos profundas divergências. Nós somos efetivamente contra a ALCA, contra os transgênicos, a favor dos subsídios à agricultura e outros pontos que esse setor não do PT não leva a sério (...). Nós vemos com preocupação essa eleição presidencial que se avizinha, nós vemos como a grave ofensiva imperialista que tenta descer goela abaixo da América Latina o Alca, (...), nós vemos com preocupação uma campanha eleitoral que vise apenas a



conquista do governo. Lula pode até conquistar o governo, mas se ele não tiver o povo do seu lado, ele não vai conquistar o poder, e esta disputa pelo poder está dada na disputa da Alca (...). Nós acreditamos que seja preciso conquistar um governo dos trabalhadores e não um cedido pelo imperialismo, concedido por ele. Então vemos com preocupação essa ansiedade do PT, que não aceita um debate interno para escolher quem é o candidato. Quer pôr o Lula a qualquer custo, é uma ansiedade de tornar o Lula o candidato a presidente da República. Mas Lula e sua corrente têm um projeto que diz que o FMI vai continuar, que a dívida externa vai ser paga, em suma, um projeto de conciliação de classe. O Brasil não suporta mais um governo assim, veja o que aconteceu com a Argentina (GUILHERME apud BENOIT, 2002, p. 143-144).

Como, então, o movimento organiza sua luta diante dessa postura? De acordo com Nathalia Cristina Oliveira (2010), a orientação política do MTST se baseia em três eixos principais: moradia, reforma urbana e transformação social.<sup>89</sup> Para conseguir alcançar esses objetivos, o movimento trabalha com:

A formação de militantes capacitados que possam posteriormente desenvolver o trabalho de politização e luta pela moradia em outras comunidades e cidades; A construção de uma identidade coletiva no sentido de união da classe trabalhadora que se encontra hoje fragmentada e com interesses diversificados, para que se travem lutas de classes com a finalidade de se ter uma transformação social (Cartilha do Militante apud OLIVEIRA, 2010, p. 192).

Além dessas ações, a construção da identidade coletiva (ser trabalhador sem-teto) pelo movimento dos sem-teto é importante para a construção do MTST. Mesmo que a falta de moradia seja um elemento comum a inúmeros trabalhadores, a vinculação a uma organização que se apresenta desta forma (trabalhadores sem-teto), os diferencia dos outros trabalhadores não organizados politicamente (OLIVEIRA, 2010).

Entendemos que o pertencimento a um movimento político possibilita que o posicionamento deles esteja de acordo com a sua determinação de classe. Se as classes se “revelam” nas suas “práticas” (partidárias, sindicais ou movimentos sociais), estas devem “representar” a condição do trabalhador explorado, oprimido e dominado pelo capital. Assim, o MTST mantém essa coerência na conjuntura aqui analisada.

Segundo Rodrigues (2002), Miagusko (2012), Oliveira (2010) e Goulart (2011), o movimento se destaca pela ação direta, seja na ocupação de terrenos públicos ou privados ou em passeatas e manifestações. Não é incomum, tanto em um caso como no outro,

---

<sup>89</sup> Como mostramos no Cap. 2.

os proprietários ou os governos solicitarem ao Poder Judiciário a reintegração de posse ou a retirada dos sem-teto do local onde estão se manifestando. Geralmente, essas reintegrações terminam em pancadaria por parte dos policiais militares.

Em 2003, um episódio marcou o movimento: famílias sem-teto da ocupação Carlos Lamarca, que haviam sofrido um despejo, ocuparam uma área pertencente a Sérgio Naya (ex-deputado pelo PPB de Minas Gerais), em Osasco, região metropolitana de São Paulo. Sem aviso prévio, a política retirou os sem-teto do local sob forte violência e, segundo, Guilherme, coordenador regional do MTST na época, foi um dos despejos mais violentos sofridos pelo movimento (GOULART, 2011).

Mesmo correndo riscos, de acordo com Boulos (2014a), hoje coordenador nacional do movimento, a ação direta é o meio que os trabalhadores sem-teto do MTST buscam para chamar a atenção do poder público e da população em geral para a falta de moradia. Portanto, desde a sua formação, o movimento mobiliza milhares de famílias sem-teto para combater o capital imobiliário e reivindicar ao Estado burguês a conquista pela moradia.

Um episódio como esse, que poderia desmobilizar a base do movimento, demonstra a capacidade de mobilização do MTST. A correlação de força que há num processo político de ocupação de um terreno envolve o diálogo com o poder público e a permanência no local junto com ações diárias, que são necessárias para se estabelecer o vínculo do trabalhador com o movimento. Portanto, ao reivindicar moradia, o MTST atua em favor dos sem-teto.

Entre 2003 e 2015, o MTST marcou definitivamente a sua presença na luta por moradia por meio das ocupações com forte atuação na cena política. Nesse período foram realizadas em torno de 37 ocupações,<sup>90</sup> em sua maioria no estado de São Paulo. Segundo Oliveira (2010), uma das diferenças entre o MTST e outros movimentos que lutam por moradia seria a atuação em espaços políticos institucionalizados. Pois, diferentemente de outros, como o MSTC, que além de realizar ocupações marca presença em esferas institucionais através de participação em Conselhos Habitacionais,<sup>91</sup> o MTST também ocupa esses espaços, mas essa forma de atuação não é prioritária para o movimento.

---

<sup>90</sup> Cf. Oliveira (2010), Goulart (2011), Rodrigues (2002).

<sup>91</sup> Há uma diferença de atuação entre o MTST e o MSTC. Mesmo que os sem-teto do MTST, por exemplo, recorreram a instâncias burocráticas para conseguirem a revogação de uma ordem de despejo, eles não ocupam cargos burocráticos. Já os membros do MSTC, além de partirem para a ação direta com ocupações, eles também pleiteiam cargos em Conselhos Habitacionais (OLIVEIRA, 2010).

Uma ocupação significativa na história do movimento foi a Santo Dias,<sup>92</sup> mais conhecida como Volks, ocorrida em São Bernardo do Campo no estado de São Paulo, em 2003, quando aproximadamente 400 famílias ocuparam um terreno de 170 mil metros quadrados pertencentes à multinacional. Em poucos dias, o número de sem-teto acampados chegou a três mil pessoas. O importante a se destacar nos acontecimentos dessa ocupação são os agentes envolvidos nesse conflito. Segundo Edson Miagusko,

São sem-teto que ocupam a área de uma fábrica de caminhões cujas instalações foram desativadas e transferidas para outra região. É uma multinacional que, alegando crise financeira e necessidade de reestruturação, anuncia a demissão de 3.933 trabalhadores e, para isso, procura utilizar a criação de instituto de “recolocação profissional e criação de novos negócios” para seus trabalhadores. São operários que, antes orgulhosos em trabalhar na principal montadora do país, hoje se sentem “jogados às traças”. São sindicalistas que, diante de demissões, exigem o cumprimento dos contratos pela empresa, mas se veem ano a ano às voltas com ameaças de demissões. São jornais que exigem “ordem”, “pulso”, utilizam a linguagem da “polícia” e veem ameaça de crise política em qualquer momento em que a questão social emerge. São governos em que a aliança entre a “oligarquia econômica” e a “oligarquia política” garante a manutenção da ordem (MIAGUSKO, 2012, p. 60).

Com isso, objetivamos mostrar o campo de luta em que o MTST se insere nas ocupações que realiza: de um lado, o poder público instituído e as frações das classes dominantes, principalmente do capital imobiliário e, de outro, os trabalhadores sem-teto organizados na luta por moradia.

Essa correlação de força comprova uma de nossas hipóteses: a correspondência entre a condição e o posicionamento de classe dos trabalhadores do MTST. Em momentos de crises, de limitação dos direitos dos trabalhadores ou da eminência de um despejo em uma ocupação, a alternativa que o movimento adota é sempre em defesa dos interesses dos direitos dos trabalhadores sem-teto. Como já dissemos antes, trabalhamos com a ideia de que somente a condição de classe não mobiliza os sujeitos para a luta. E, além disso, que ambas nem sempre estão em correspondência. Um exemplo dessa contradição é a aristocracia operária, segundo Poulantzas:

Uma classe social, ou uma fração ou camada de classe, pode não ter uma posição de classe correspondente a seus interesses, estes eles próprios circunscritos pela sua determinação de classe como horizonte da sua luta. O

---

<sup>92</sup> “Um operário assassinado por policial militar durante greve em plena ditadura militar, 1979, na zona sul de São Paulo” (MIAGUSKO, 2012, p. 35).

exemplo típico é aquele da aristocracia operária, que tem precisamente, nas conjunturas, posições de classes burguesas. Isto não significa, contudo que ela se torne, em tais casos, parte da burguesia: ela permanece, pelo fato de sua determinação estrutural de classe, parte da classe operária, constituindo uma “camada” da classe operária de acordo com os próprios termos de Lenin. Por outro lado, sua determinação de classe não se reduz a sua posição de classe (Poulantzas, 1975, p. 15).

Dessa forma, é a partir do posicionamento na conjuntura que os trabalhadores sem-teto se apresentam enquanto classe social a partir do seu pertencimento a uma camada social. Ser trabalhador sem-teto significa estar organizado politicamente, por isso “ocupar, resistir e construir” reflete a luta do movimento.

Em seguida, mostraremos algumas ações e o posicionamento que o MTST adota frente a demandas que se apresentam em sua luta.<sup>93</sup>

Mesmo que haja políticas públicas habitacionais, como mencionamos no Capítulo 1, segundo Boulos (2014b) o PMCMV não resolve o problema da moradia no Brasil, pois o valor investido no programa e o número de casas construídas ainda são insuficientes. O movimento sempre reivindica o aumento de investimentos para este programa e também questiona a qualidade das moradias que são entregues, que, para ele, são muito pequenas e afastadas de serviços básicos, como postos de saúde, creches, escolas, mercados. Portanto, para o MTST, isso evidencia o “padrão periferia” adotado nas cidades brasileiras por parte do poder público, que segue a lógica da especulação imobiliária e da acumulação capitalista.

Um dos alvos principais do movimento é o capital imobiliário representado pelas imobiliárias e construtoras.<sup>94</sup> A especulação imobiliária é resultado do papel do Estado burguês diante da não realização de uma reforma urbana, que começaria com a elaboração de leis que exonerem os donos de terrenos ociosos (aqueles que não cumprem a função social da propriedade). Dessa forma, o resultado dessa especulação, segundo Boulos (2014b), é empurrar milhares de trabalhadores para as periferias. Sobre mais esse empecilho na vida dos trabalhadores sem-teto, o MTST responde com as ocupações em terrenos ociosos.

Um exemplo desse fenômeno foi o caso Pinheirinho, em São José dos Campos, no ano de 2012. Por ordem do governo do Estado de São Paulo, a Polícia Militar realizou, de forma violenta, a reintegração de posse de um terreno, que era habitado por

<sup>93</sup> Como definimos no Cap. 2.

<sup>94</sup> Mesmo tomando conhecimento em nossas pesquisas que o MTST optou por realizar seus projetos habitacionais via Modalidade Construtora no PMCMV, podendo caracterizar um incentivo a rentabilidade dessas empresas, não conseguiremos, nesta pesquisa, apontar as contradições que surgem na atuação do movimento. Ficaremos, então, restritos a relação entre o lugar que os trabalhadores sem-teto ocupam nas relações de produção e o posicionamento deles na luta política.

inúmeras famílias, pois servia à especulação imobiliária, e despejou 1600 famílias. A propriedade pertence à empresa Selecta, de Naji Nahas, envolvido em crimes de colarinho branco e de grilagem de terrenos. A valorização desse terreno e todo o dinheiro que se ganhou com isso, fez com que a qualidade de vida de milhares de famílias ficasse em segundo plano devido ao processo especulativo da urbanização que ocorre atualmente.

Além de realizar ocupações, em 2013, o MTST se mobilizou em torno das discussões do Plano Diretor (PD) de São Paulo. O movimento se inseriu nas discussões das reformulações dele a fim de que suas reivindicações fossem incorporadas. Segundo Boulos (2014d), houve a necessidade de modificar o texto para incluir os interesses dos trabalhadores sem-teto e barrar a atuação do setor imobiliário, que era o principal mediador nesse processo. Assim, “é nesse sentido que vemos o Plano Diretor como o leão do dia. É preciso ‘matá-lo’ incorporando ao máximo as propostas de controle da especulação e de estímulo à apropriação social do território, seja para moradia popular seja para serviços e espaços públicos” (BOULOS, 2014d, p. 9).

O movimento obteve avanços nessa ação, conseguindo incorporar várias propostas: 1 – aumentar a quantidade de áreas marcadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que são destinadas à moradia popular; 2 – definir uma reserva dessas ZEIS para os trabalhadores da faixa 1 de renda; 3 – uma política de prevenção de despejos forçados; 4 – o estímulo à construção de habitação popular por gestão direta das entidades populares; 5 – estabelecer Cota de solidariedade – um dispositivo que obriga empreendimentos com mais de 20 mil m<sup>2</sup> de área a doarem um percentual de área para habitação popular; 6 – contribui no texto que diz tornar mais eficaz mecanismos de combate à especulação imobiliária: IPTU progressivo no tempo, a desapropriação de áreas ociosas com títulos da dívida pública e a doação em pagamento (BOULOS, 2014b).

Em ocupação em 2014 (intitulada “Zumbi dos Palmares” e realizada em São Gonçalo, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro) o MTST traz à tona a discussão dos megaeventos realizados nas grandes cidades com o apoio do poder público ao doar e ceder terrenos à custa da retirada de comunidades do entorno dos empreendimentos construídos para esses eventos.<sup>95</sup> Essa ocupação sinaliza a relação do Estado burguês com esses megaeventos no Brasil.

---

<sup>95</sup> Em torno de oito mil pessoas foram retiradas de suas moradias para as Olimpíadas que serão realizadas, em 2016, no Rio de Janeiro. Dados disponíveis em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/tag/despejo/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

Para o MTST, o maior problema da questão habitacional no Brasil é a especulação imobiliária, que a cada ano espalha milhares de famílias para as periferias das cidades e faz com que os aluguéis fiquem cada vez mais caros. Isso faz com que as famílias que não têm onde morar ocupem terrenos ociosos. Assim, configura-se uma situação de extrema precariedade no ambiente urbano.

Além das ocupações de terrenos abandonados, o movimento realiza ocupações de espaços públicos, por exemplo, sede de prefeituras. Recentemente, o MTST ocupou a prefeitura de Niterói no Rio de Janeiro, exigindo o cumprimento da promessa, por parte do poder público, de desapropriação de um terreno para a construção de moradias populares.

Cerca de 300 famílias do MTST fazem manifestação na prefeitura de Niterói nesta manhã. Desde setembro de 2015, o prefeito Rodrigo Neves comprometeu-se com as famílias da ocupação 6 de abril de 2010 a desapropriar um terreno para construção de 550 unidades habitacionais. No entanto, o decreto de desapropriação ainda não foi publicado. Após insistir em fazer contato com representantes da prefeitura sem sucesso, o MTST não teve outra alternativa a não ser se manifestar. As famílias prometem ficar na prefeitura até que a situação se resolva.

Quem não pode com a formiga, não atija o formigueiro! MTST, a luta é pra valer!

Grande vitória do MTST no RJ!

Após ato com muita pressão na prefeitura de Niterói, as famílias da Ocupação 6 de Abril de 2010 tiveram uma grande vitória com a desapropriação do terreno para construção de 550 moradias. A luta é pra valer!!<sup>96</sup>

O MTST, além da questão territorial nas cidades, pauta outras demandas em suas reivindicações. Por exemplo, com relação à educação. O movimento defende o ensino público, gratuito e de qualidade. Em um documento elaborado pelo próprio movimento sobre um planejamento regional de uma ocupação, ele propõe as seguintes ações no campo da educação:

Formação de um coletivo que pense educação;  
Criação da ciranda para as crianças;  
Criar condições para ter uma sala de aula de educação de jovens e adultos;  
ENCCEJA (eliminação de matérias para os coordenadores que não terminaram o ensino fundamental e médio) (MTST, 2009).

<sup>96</sup> Dado disponível em: <<https://www.facebook.com/mtstbrasil/?fref=ts>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

Recentemente, o estado de São Paulo, sob o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) elaborou um projeto de reorganização das escolas e do ensino em toda a rede do estado (capital e interior). Esse projeto teria como proposta o fechamento de 94 escolas para que houvesse a separação do ensino fundamental e médio e a redução da oferta do ensino noturno. Se isso fosse realizado, quase todas as escolas iriam passar por readequação, professores e funcionários seriam dispensados ou mudariam de sede e os alunos iriam mudar de escola, sem a garantia de que seria perto de sua residência.

O governo do Estado anunciou a proposta como uma necessidade pedagógica, para os professores e alunos das escolas que iriam ser fechadas, porém, o projeto foi imposto de cima para baixo, quer dizer, não houve discussão com a comunidade escolar e, na realidade, o objetivo era cortar verbas para a educação. A solução para o impasse foi que, no dia nove de novembro de 2015, a Escola Estadual Diadema foi ocupada pelos estudantes e o objetivo era pedir que o governo voltasse atrás e revogasse o projeto. A luta se espalhou por vários colégios da capital e do interior. Foram aproximadamente 200 escolas ocupadas pelos estudantes, professores e funcionários com o apoio da comunidade escolar.

Antes mesmo que a primeira escola fosse ocupada pelos estudantes em São Paulo, o MTST já anunciava em sua página *do facebook*: “se fechar, a gente ocupa”. O movimento ocupou, primeiramente, a Escola Estadual Elizete Oliveira Bertini, em Embu das Artes, depois a escola estadual Antônio Adib Chammas, em Santo André, escola Mari Moraes, em Caraguatatuba, escola estadual Ede Wilson Gonzaga, em Embu das Artes, escola estadual Honório Monteiro, em Vila Cadú e a escola estadual Comendador Miguel Maluhy, em Campo Limpo junto com os estudantes, sem-teto e a comunidade escolar.

Em entrevista ao programa Profissão Repórter,<sup>97</sup> da TV Globo, um dos integrantes do MTST, Gabriel Simione, esclarece a importância da presença do movimento na ocupação, “o problema é que o governo quer tirar o lugar de estudo das pessoas. Essa escola, por exemplo, vai perder o período noturno inteiro”. O desfecho foi que o governo comunicou a suspensão da reorganização<sup>98</sup> e que o projeto iria ser revogado.

Destaca-se, então, que o MTST lidera a mobilização popular em várias frentes e constrói sua luta com alguns parceiros.<sup>99</sup> Sobre essas parcerias, podemos perceber

<sup>97</sup> Programa disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/4616130/>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

<sup>98</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-de-sao-paulo-revoga-decreto-da-reorganizacao-escolar>>. Acesso em: 17 de dez. 2015.

<sup>99</sup> Resistência Urbana, APA, MST, MPL, Uneafro, Círculo Palmarino, Movimento dos Sem-Teto da Bahia, Terra Livre – Movimento popular do campo e da cidade, Quilombo Urbano, Brigadas Populares, Pastoral

que o movimento se relaciona com diferentes organizações políticas, o que demonstra que sua luta não se restringe à moradia. Segundo Oliveira,

Dessas ações, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (...) pode ser considerado como o movimento mais politizado e radical – apesar de buscar novas estratégias de luta ainda considera a ocupação como a principal forma de ação. Isso se justifica a partir da posição política do movimento em não participar de conselhos municipais, se mantendo descrente frente a esta ideia de democracia participativa (OLIVEIRA, 2010, p. 224).

Essa ideia sobre a não participação do MTST em esferas institucionais é controversa, pois entendemos que em todos os “movimentos sociais” há um certo grau de institucionalização, mesmo os que atuam fora dos espaços estatais (Conselhos, Congresso e Associações). O que ocorre, por exemplo, é que o movimento não prioriza a luta dentro dos espaços estatais (anexo I). Por outro lado, para se organizar para a luta, ele é obrigado a se institucionalizar internamente com o estabelecimento de instâncias de decisão reconhecidas por seus membros. Ademais, ao reivindicarem moradia, seus militantes participam de fóruns sobre habitação e também recorrem ao PMCMV. Para o movimento, portanto, esses seriam o único meio possível de se conseguir um teto, nos limites da democracia burguesa.

A luta do MTST, então, não se restringe apenas à conquista da moradia, pois ela faz parte de um processo mais amplo que, em última instância, envolve um projeto de transformação social e de criação do poder popular.<sup>100</sup> Assim, o movimento tem participado de diversas frentes de luta, aliando-se, muitas vezes, a outros movimentos, como centrais sindicais e partidos políticos de esquerda.<sup>101</sup> E é sobre isso que trataremos a seguir.

Em 2013, dois anos depois da eleição de Dilma Rousseff, os sinais da crise do governo petista começaram a aparecer. Em junho desse ano, na cidade do Rio de Janeiro, cerca de 100 mil pessoas foram às ruas protestar contra o aumento das passagens dos ônibus

---

Operária, Fábricas Ocupadas, Tribunal Popular, Observatório das Violências Policiais, Centro de Mídia Independente, Agência Carta Maior, Revista Caros Amigos, Brasil de Fato, Correio da Cidadania, Rojo y Negro, CGT Espanha, FENASPS, Blog da Raquel Rolnik, Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal do estado de São Paulo, Rádio Cirandeira, Fogoneros, Fórum Popular de Saúde do estado de São Paulo, Movimento Popular por Moradia de Curitiba, RUA-Juventude Anticapitalista e Coletivo Juntos. Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

<sup>100</sup> Ideia desenvolvida no Cap. 2.

<sup>101</sup> O MTST nega qualquer relação com partidos de direita: PSDB, PMDB, PROS, por exemplo, fazendo várias críticas à atuação desses partidos no Congresso Nacional. Por outro lado, no início de sua trajetória, o movimento esteve ligado à CSP-CONLUTAS e ao PSTU, mas rompeu com essas organizações em 2012. Hoje o MTST se aproxima do PSOL, CUT e da Frente Brasil Popular atuando junto com essas organizações e possui relações conflituosas com o PSTU.



urbanos. Mesmo que o ponto de partida tenha ocorrido na cidade carioca e se alastrado para outras cidades do país, o protagonismo dessas mobilizações ocorreu em São Paulo.

O que de início era uma manifestação organizada pelo Movimento do Passe Livre (MPL), com uma determinada orientação de esquerda e classista, tornou-se um divisor de águas para o entendimento da conjuntura política da época e dos governos posteriores. Em um segundo momento, ocorreu uma inflexão que levou ao adentramento de outros segmentos sociais orientações político-ideológicas nas mobilizações, reconfigurando os protestos. Por isso, essas manifestações tiveram um caráter heterogêneo tanto em sua composição social quanto em sua orientação político-ideológica.<sup>102</sup> Além das ruas, estas manifestações atingiram as redes sociais, levando setores das classes médias a protestarem, principalmente motivados pela insatisfação com a corrupção do governo na época.

Os protestos de rua vistos pelo Brasil afora, ao trazer para a cena pública uma diversidade de reivindicações, revelam a insatisfação da população, tanto com a qualidade das políticas públicas, quanto com a forma de representação política e a qualidade e comportamento dos representantes políticos, acenando então para novas formas de ação, organização e participação política (MOREIRA; SANTIAGO, 2013, p. 16).

Em paralelo às jornadas de junho, o MTST realizou diversas ocupações e manifestações<sup>103</sup>, principalmente na cidade de São Paulo, posicionando-se contrário ao aumento das passagens dos transportes públicos. Além disso, fez críticas ao governo em decorrência do financiamento da Copa, que ocorreu em 2014.

O movimento, com esse posicionamento, denuncia um problema latente no Brasil: a especulação imobiliária, que com a realização desses megaeventos isso se agrava, pois traz como consequência o despejo de milhares de trabalhadores de suas moradias com o objetivo de valorizar o território no entorno das instalações para os jogos. O governo investiu mais de 20 bilhões de reais<sup>104</sup> para a realização da Copa do Mundo no Brasil; isso mostrou as

<sup>102</sup> Cf. MOREIRA; SANTIAGO. Vem prá rua: os protestos de junho. 2013.

<sup>103</sup> No dia 11 de julho, travaram quatro vias importantes em São Paulo: Rodovia Regis Bittencourt, Rodoanel em Embu das Artes, Avenida Maria de Toledo Camargo em Santo André e Avenida do Estado. Fizeram ocupações: Estaiadinha, Faixa de Gaza, Jardim Ângela, Campo Limpo e, também o bloqueio da via em frente ao Estádio Mané Garrincha em Brasília e realizaram um ato em São Paulo no dia 14 de agosto reivindicando transporte público de qualidade: “transporte é direito, não mercadoria!”. Dados disponíveis em: <<http://www.mtst.org/index.php/37-mtst/destaques/1177-dia-148-sao-paulo-vai-parar>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

<sup>104</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/home.seam>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

contradições no investimento de dinheiro público e fez aumentar ainda mais a insatisfação popular.

Segundo Raquel Rolnik e Kazuo Nakano (2009), há certos entraves no que diz respeito à aquisição de casas populares pela população de baixa renda, mas, por outro lado, há uma dinamização do mercado imobiliário aumentando os custos dos terrenos e das casas nos grandes centros onde esses megaeventos vão ocorrer.

Em resposta, o MTST realizou a ocupação Copa do Povo<sup>105</sup> que foi um marco, nesse momento, na luta pela moradia, com mais de 1000 famílias ocupando em um terreno privado abandonado há mais de 20 anos, localizado ao lado do Estádio Arena Corinthians (Itaquera), em São Paulo.

O cenário político para as próximas eleições seria de extrema instabilidade. De acordo com as análises de Camargo (2013), as pesquisas para as eleições de 2014 mostrariam a falta de confiança no governo por parte da população, assim o cenário do futuro governo seria de incertezas. Após as manifestações de 2013, a popularidade de Dilma caiu significativamente:

A pesquisa IBOPE realizada entre os dias 08 e 11 de março de 2013 revelou que 63% dos brasileiros entrevistados avaliavam o governo da presidente Dilma como ótimo/ bom. Entre aqueles com menor renda familiar (até 1 salário mínimo), 70% fizeram essa afirmação e entre aqueles com mais de 1 a 2 salários mínimos o percentual foi de 65%. Já o levantamento realizado pelo IBOPE entre os dias 08 e 11 de junho de 2013 apontou que 55% dos entrevistados consideravam, na ocasião, a gestão da presidente Dilma Rousseff como ótima/boa, uma oscilação negativa de 8 pontos percentuais em relação à pesquisa realizada em março (CAMARGO, 2013, p. 96).

As eleições mostraram, de forma declarada, a insatisfação de setores das classes médias, burguesas e até populares com o governo Dilma. Em uma eleição disputadíssima, a vitória de Dilma ocorreu mediante apoio, mais uma vez, dos subproletários e de setores da esquerda. Essa vitória, porém, viria com um gosto amargo para o PT e para a figura da presidenta.

Segundo Boito Jr., o apoio aos governos petistas, mesmo que por interesses diversos, advém de um mesmo campo político.

---

<sup>105</sup> Dado disponível em:

<<http://www.mtst.org/index.php/noticias-do-site/1224-mtst-faz-nova-ocupacao-em-itaquera>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

Ora, em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, os movimentos camponeses pela reforma agrária, os movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos Lula e Dilma. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses e objetivos distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político (BERRINGER; BOITO JR., 2013, p. 34).

Destaca-se que, mesmo com a manutenção da aliança PT/PMDB com Michel Temer a vice-presidente novamente, o governo estabeleceu alianças com o PSD, PP, PR, PROS, PDT, PCdoB e PRB. No Congresso, porém, o PT diminuiu sua representatividade. Além disso, na Câmara dos Deputados, foram eleitos 18 deputados a menos que na eleição anterior. O Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) foi composto em sua maioria pela oposição ao governo, ou seja, a base partidária do governo foi reduzida, dificultando a governabilidade da presidente Dilma.

A campanha eleitoral de 2014 mostrou situações curiosas. O Banco Itaú dirigiu a campanha de Marina Silva e apostou em Aécio no segundo turno. O Bradesco, de maneira discreta, é claro, apoiou Dilma. O núcleo das empreiteiras se dividiu ente Aécio e Dilma. Odebrecht se inclinou para Dilma. A Camargo Correa, em que pese seus contatos petistas, tem uma certa inclinação pelo tucanato paulista (GRABOIS, 2015, p. 4).

A vitória de Dilma levou setores das classes médias às ruas pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma, impulsionado, principalmente, pelos casos de corrupção.<sup>106</sup> Em meio a essa conjuntura de instabilidade política e de crise econômica se agravando, setores da esquerda e movimentos populares aguardavam qual seria a postura da presidente no governo frente à crise. O resultado foi a saída do governo pela direita,<sup>107</sup> com a justificativa de conter a crise econômica.

Após as eleições de 2014, o MTST ganhou ainda mais visibilidade, principalmente nas redes sociais, devido à liderança de Guilherme Boulos nos debates sobre a

<sup>106</sup> A operação “Lava Jato”, em 2014, denunciou um esquema de corrupção que envolvia uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis que serviam de fachada para a lavagem de dinheiro desviado da Petrobras. Segundo o Ministério Público Federal, o esquema existe há 10 anos e já chega a casa dos bilhões envolvidos no esquema. Políticos ligados ao PT, PP e PMDB estão sendo investigados. Dados disponíveis em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

<sup>107</sup> Por exemplo, a escolha de Kátia Abreu (PMDB) para o Ministério da Agricultura, conhecida como representante do agronegócio, Gilberto Kasaab (PSB) no Ministério das Cidades, empresário e corretor de imóveis e ex-prefeito de São Paulo que travou uma guerra contra os movimentos sem-teto, e Joaquim Levy, ex-diretor do Bradesco, para Ministro da Fazenda que adotou uma postura conservadora com a política de ajustes fiscais.

conjuntura atual. De acordo com ele, esse período se caracteriza pelo crescimento da “onda conservadora” que predomina nos discursos políticos e nas manifestações nas ruas, representados pela classe média e por partidos de direita no Congresso Nacional.

Um exemplo do posicionamento do movimento nesse contexto, foram as várias manifestações, junto com outras organizações populares,<sup>108</sup> contra os projetos de lei que estavam sendo votados.<sup>109</sup> Com os dizeres “contra a direita, por mais direitos”, o movimento diz:

De um lado uma contraofensiva conservadora, com manifestações que tentam canalizar essa insatisfação para uma agenda de retrocesso. Elas tiveram eco no Congresso Nacional – que se tornou um reduto do atraso político, sob o comando de Cunha e Renan Calheiros – e pautou propostas como: a redução da maioria penal, a PL 4330 da terceirização, a lei antiterrorismo, a autonomia do BC e a PEC da Corrupção, que legaliza as doações empresariais para as eleições. A direita tenta impor a sua agenda política semeando a intolerância e o ódio, propondo políticas que incentivam o racismo, o machismo e a LGBTfobia.<sup>110</sup>

Sobre ao quadro político atual, o movimento acredita que uma Reforma Política seja capaz de frear a corrupção e os acordos políticos que favorecem os grandes empresários. O movimento propõe o fim do financiamento privado de campanha e também uma maior participação popular nas decisões políticas.

O segundo mandato do governo Dilma se iniciou submerso numa grave crise política e econômica. Em 2015, o governo adotou uma série de medidas, como o ajuste fiscal e alteração nas leis trabalhistas. A justificativa é que elas são necessárias para tirar o país da crise e retomar o desenvolvimento econômico. O MTST, porém, é contrário a essas medidas, pois elas afetam negativamente as classes populares ao ocasionarem recessão e desemprego. Para o movimento, a saída para a crise econômica deveria começar com a taxação das grandes fortunas, que promoveria o aumento da arrecadação do Estado através dos impostos.

De acordo com Guilherme Boulos (2015b), em entrevista a um jornal eletrônico, o “pacto lulista” não se sustenta mais, o governo se apoiou nesse pacto, porém

<sup>108</sup> MST, PSOL, CUT, Intersindical, Fora do Eixo/ Mídia Ninja, Articulação Igreja e Movimentos Sociais, Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM), Uneafro, Coletivo Juntos, Rua - Juventude anticapitalista, Coletivo Construção, Movimento de Luta nos bairros e favelas (MLB), Círculo Palmarino, Juventude Socialismo e Liberdade (JSOL), Movimento de Luta por Moradia (MLM), Partido Comunista Revolucionário (PCR), Polo Comunista Luis Carlos Prestes, APA, Movimento de Mulheres Olga Benário e Rede Emancipa.

<sup>109</sup> Por exemplo, o Projeto de Lei Antiterrorismo, Estatuto da Família, Reforma da Previdência e alteração de Leis Trabalhistas.

<sup>110</sup> Dado disponível em: <<https://www.facebook.com/mtstbrasil/?fref=ts>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

com a crise econômica e com a estagnação das políticas sociais, tanto as classes médias e frações burguesas quanto a classe trabalhadora se mostram insatisfeitos com os rumos do governo. Ao ser questionado sobre o apoio ao governo Dilma, Boulos responde:

Nossa postura não flerta com impeachment, com golpismo, com qualquer saída à direita para a crise que vivemos. Mas para defender o governo é preciso que ele se faça defensável. Se mandar projeto de lei de taxação das grandes fortunas, se liberar programas sociais, suspender o ajuste fiscal terá a nossa defesa. O MTST está chamando mobilizações de enfrentamento da conjuntura. Em 18 de março, paramos mais de 30 rodovias no Brasil contra o ajuste fiscal. Em 15 de abril, logo depois da manifestação do dia 12, faremos uma mobilização contra a direita e contra políticas de ajuste fiscal e de ataques a direitos sociais. O MTST não vai usar a tática avestruz, de deixar o mundo caindo e a gente falando de moradia. Vamos atuar nesse cenário (BOULOS, 2015b).

Nessa entrevista fica evidente qual a postura político-ideológica do movimento. Os conflitos se fortalecem a partir do momento em que as disputas políticas e ideológicas se acirram na conjuntura atual, principalmente com a oposição entre direita e esquerda. Portanto, Boulos defende que a saída para a crise política deveria ser à esquerda<sup>111</sup>, pois as medidas antipopulares do governo acirraram ainda mais as lutas nas ruas. E se o governo insistir com as medidas que retiram direitos dos trabalhadores, o movimento promete aumentar ainda mais as mobilizações.

Durante esse período, foi criada a Frente Povo Sem Medo – uma frente nacional de mobilizações que nasce dos movimentos populares e partidos políticos de esquerda e que busca garantir os direitos dos trabalhadores por meio de soluções populares. Em sua carta convocatória de lançamento, ela convoca os trabalhadores a lutar contra a política do governo que retira os seus direitos.<sup>112</sup> O MTST é um dos que encabeça a construção dessa frente.

No dia 16 de dezembro de 2015, o movimento chamou o povo às ruas “Contra o *impeachment!* Não ao ajuste fiscal! Fora Cunha!”. Em sua rede social, ele deixou claro que só participa de mobilizações que contenham esses três eixos e que não participa de manifestações em defesa do governo.

<sup>111</sup> Entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=00y73kbeD4o>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

<sup>112</sup> A Frente é contra as políticas de austeridade do governo, a ofensiva conservadora e a saída à direita da crise. O caminho que propõem seria por meio de Reformas Populares, por mais direitos (Anexo II).

A saída para o povo brasileiro é a ampliação de direitos, o aprofundamento e o fortalecimento da democracia e as reformas populares. O impeachment representa um claro retrocesso na construção deste caminho.

Seremos milhares nas ruas no dia 16 de dezembro de 2015. Será o dia Nacional de Luta contra o Impeachment, o ajuste fiscal e pelo Fora Cunha. Convidamos a todos os Brasileiros e Brasileiras a fazerem parte desse bloco contra o retrocesso e por mais direitos (Coordenação Nacional do MTST).<sup>113</sup>

Com essas análises, conclui-se que a atuação do MTST não se restringe à luta por moradia, que seu posicionamento político-ideológico corresponde à determinação de classe da base social do movimento. Dessa forma, sua prática política e o seu discurso mobilizam trabalhadores sem-teto a romperem com as correntes que os aprisionam, afirmando que sua luta é contra o capital e que os trabalhadores devem ter autonomia nas decisões políticas. A posição que o MTST ocupa na luta de classe se alinha à conquista de mais direitos para as classes trabalhadoras e, conseqüentemente, para os trabalhadores sem-teto.

---

<sup>113</sup> Dado disponível em: <<https://www.facebook.com/mtstbrasil/?fref=ts>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

## CONCLUSÃO

O MTST é o efeito “empírico” da representação das classes populares brasileiras, na medida em que organiza os seus interesses e luta por eles. Do ponto de vista mais abstrato, ele é o efeito das estruturas econômica, política e ideológica e que, numa determinada conjuntura, pode assumir posicionamentos políticos e ideológicos congruentes com as suas determinações de classe. Em nosso entendimento, e que procuramos demonstrar ao longo desta dissertação, é dessa forma que o movimento tem se comportado. Esta congruência é verificada tanto na forma como se organiza internamente (democracia, horizontalidade, antiburocratismo etc.) quanto pelo fato de levantar publicamente a bandeira em defesa do fim da exploração e da opressão impostas às classes populares pelas classes dominantes.

Embora tenha uma composição social heterogênea, no que diz respeito aos lugares ocupados por seus membros nas relações de produção capitalistas, há um ponto que agrega a todos, pelo menos no plano imediato: a falta de moradia. Mas, de modo geral, pode-se dizer são trabalhadores em condições subproletarizadas, inseridos em relações informais de trabalho, portanto, de maneira muito precária. É importante dizer que as políticas neoliberais dos anos 1990 até os 2000 agravaram significativamente estas condições, jogando muitos destes trabalhadores na miséria.

Nem todos os sem-teto estão organizados em movimentos, da mesma forma que nem todo sem-terra está no MST e nem todos os trabalhadores formais são sindicalizados. Mesmo assim, o MTST cumpre um papel decisivo na luta política contra os dominantes e seu aparato jurídico-político (o Estado burguês), apesar de ser um pequeno grão de areia no oceano. Isto não significa que o movimento ou as suas lideranças se vendam por um prato de lentilhas ou por migalhas que caem dos banquetes burgueses. Ao contrário, o movimento tem denunciado as políticas públicas seletivas que beneficiam prioritariamente os dominantes e exploradores, como ocorreu durante a Copa do Mundo, em 2014. Ao mesmo tempo, faz críticas ao caos urbano em que se encontram as cidades devido à especulação imobiliária, à falta de infraestrutura, ao aumento do déficit habitacional e à segregação socioespacial.

Como destacamos no 2º capítulo, a sua principal bandeira de luta é a Reforma Urbana e a sua principal palavra de ordem é “Criar Poder Popular”. Somadas, agregam interesses que objetivam enfrentar seu principal inimigo, o capital imobiliário e especulativo. Ao se posicionar publicamente deste modo, só podemos concluir que os seus

interesses são inconciliáveis com os do capital, pois, de um lado estão os sem-teto (subproletários) e, do outro, o Estado burguês (representante dos interesses das frações burguesas capitalistas).

Historicamente, a urbanização segregacionista que vigora no Brasil implica vários problemas para os trabalhadores, como de infraestrutura (saneamento, asfaltamento, acesso à luz e água) e de equipamentos urbanos (serviços de saúde, educação, lazer e moradia). Como tentamos demonstrar ao longo dos capítulos, o capital imobiliário é um dos causadores da crise urbana que vivemos hoje, que segue a lógica do crescimento desordenado das cidades para a classe trabalhadora, mas ordenado para as indústrias e para o capital em geral. Por isso mesmo, a questão habitacional ocupou a luta dos trabalhadores ao longo da história, cujo Estado sempre foi o alvo principal, por meio da pressão sobre os governos de plantão (municipais, estaduais ou federal).

Junto com a ascensão do PT ao governo federal, em 2003, houve uma intensificação e crescimento das mobilizações do MTST, talvez em função da própria história do partido, nascido do movimento operário e popular, e do fato de, pela primeira vez, ter sido eleito um ex-operário metalúrgico para o cargo mais alto da República: a Presidência da República. A conjuntura latino-americana não pode ser desconsiderada, pois vários presidentes considerados de esquerda foram eleitos também: Hugo Chávez, na Venezuela; Rafael Correa, no Equador; Evo Morales, na Bolívia; Néstor Kirchner, na Argentina. Ou seja, havia um clima político na região de impulso às lutas populares.

Sem entrar no mérito da vitória eleitoral de Lula (e depois na de Dilma Rousseff, em 2010), a questão é que no seu segundo mandato houve, de um lado, uma acomodação do bloco no poder com as políticas neodesenvolvimentistas que levaram a burguesia interna a assumir um papel importante dentro dele e, de outro, com a expansão de inúmeros programas sociais que, grosso modo, contribuíram para uma melhoria na distribuição de renda de uma parcela considerável de trabalhadores em situação de miséria.

Para o que mais nos interessa aqui, ou seja, a relação do MTST com os governos Lula e Dilma, é importante ressaltar que uma das frações da burguesia que passou a ocupar um papel proeminente no interior do bloco é a ligada à construção civil: exatamente a fração que o MTST enfrentou politicamente, por meio de críticas ao governo, em função do problema da construção de moradias populares.

Mesmo com a melhora nas condições de vida dos trabalhadores sem-tetonezes governos, o problema da habitação está longe de ser resolvido, por ser uma questão



estrutural da sociedade capitalista. Desde a década de 1970 até hoje, as políticas públicas voltadas à habitação foram insuficientes e não resolveram o problema. Por outro lado, como tentamos demonstrar no último capítulo, o PMCMV consegue atender minimamente as demandas dos trabalhadores, mas não resolve efetivamente a falta de moradias, pois “não é um programa habitacional, é uma política de casa própria individual e ela não atende a totalidade das demandas muito variadas que existem hoje no Brasil” (ROLNIK, 2015). Além disso, esse programa remunera, sobretudo, o grande capital da construção civil, mais do que promove a inclusão desses setores à moradia acessível e de qualidade.

Dessa forma, um dos maiores problemas enfrentados pelos sem-teto nas cidades é a dificuldade de possuir uma moradia e não somente a casa em si, mas todos os serviços necessários a uma qualidade de vida fora dos padrões impostos pela lógica urbana capitalista. A resposta do MTST a isso é intensificar as organizações dos trabalhadores contra o capital. A sua luta representa uma força social que pressiona o Estado a realizar políticas em prol das suas demandas, de modo a garantir que o problema da moradia seja tratado como um direito absoluto e não como uma mercadoria.

Com a força que acumulou até agora, o movimento consegue, muitas vezes, conquistas pontuais, como a inclusão dos sem-teto no PMCMV. Uma das suas principais, recentemente, foi a construção do Condomínio João Cândido via PMCMV-E que resultou, até o momento, na entrega de 192 apartamentos. O projeto propõe que sejam feitos cômodos maiores que o padrão do PMCMV e, também, a entrega de uma escola, de uma creche e de um centro ambulatorial na região. Isto mostra que a grande vitória do movimento é o enfrentamento que faz frente ao capital rentista e ao Estado burguês.

As lacunas em aberto nesta dissertação são fruto, sobretudo, da própria dinâmica da luta de classes na conjuntura. Mas, mesmo assim, esperamos contribuir para o alargamento das investigações não só sobre este tipo de movimento, mas também de outros que se propõem a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ABRAMO, Laís Wendel. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **Lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BENOIT, Héctor. O assentamento Anita Garibaldi. Entrevistas com lideranças o MTST. **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 14, 2002.

\_\_\_\_\_. A luta pela moradia. Entrevista com Luis GONZAGA DA Silva (GG). **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 10, 2000.

BERRINGER, Tatiana; BOITO JÚNIOR, Armando. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, nº 47, p. 31-38, set. 2013.

BOITO JÚNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum Econômico da FGV**, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. A (difícil) formação da classe operária. **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo e as lutas sociais no Brasil. Campinas: **Revista Idéias**, São Paulo, nº 9, 13-14, 2002.

BÓGUS, Lucia Maria M.; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (Org.). **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.

BONDUKI, Nabil. “Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula”. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: <[http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_01/artigo\\_05\\_180908.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Crise de habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **Lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BOULOS, Guilherme. **De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015a.

\_\_\_\_\_. Boulos: o mito Lula e o fracasso do lulismo. **Jornal GGN**, Brasil, 2015b. Entrevista concedida a Valor. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/antonio-ateu/boulos-o-mito-lula-e-o-fracasso-do-lulismo>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. 2. ed. ampl. rev. São Paulo: Scortecci, 2014a.

\_\_\_\_\_. O maior legado da copa foi a especulação imobiliária. **Carta Capital**, Brasil, maio 2014b. Entrevista concedida a Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-maior-legado-da-copa-foi-a-especulacao-imobiliaria201d-463.html>>. Acesso em: 30 de maio de 2014b.

\_\_\_\_\_. O MTST é uma alternativa diferente. **Caros Amigos**, São Paulo, ano XVII, n. 208, 2014c. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Lilian Primi e Wagner Nabuco.

\_\_\_\_\_. A disputa por trás do Plano Diretor de SP. **Territórios Transversais: resistência urbana em movimento**, São Paulo, ano 1, n. 1, jun. 2014d.

BOSCHI, Renato Raul (Org.). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de edições técnicas, 2002.

CAMARGO, Camila. Dilma e o subproletariado uma análise. **Alabastro**. São Paulo, v. 1, n. 2, 2013, p. 95-101. Disponível em: <<http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/36>>. Acesso em: 10 out. 2015.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/adautocardoso.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CASTELLS, Manuel. **Lutas urbanas e poder político**. Porto: Gráfica Firmeza, 1876.

CASSAB, Clarice. **Mudanças e permanências: novos desafios aos movimentos urbanos**. Uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional, Rio de Janeiro, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. **Aurora**, Marília, ano IV, nº 6, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/2%20COGGIOLA.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COSTA, Emília Viotti da. **Urbanização no Brasil no século XIX**. In: Da monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. **Os efeitos do Programa Minha Casa, Minha Vida para a população de baixa renda em Marília-SP**. A construção de uma ilusão. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

DURHAM, Eunice Ribeiro. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **Lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ELIAS, Gabriel Santos. **Criar poder popular: as relações entre o MTST e o Estado no Distrito Federal**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendências globales y experiencias nacionales**, Buenos Aires: CLACSO. 2006.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fiori. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. **Correio Cidadania**. Edição 543, 2009. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3580:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3580:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171)>. Acesso em: 10 out. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informação. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares** / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informação. Nota técnica 1. Belo Horizonte, 2014.

GRABOIS, Igor. Classes e frações de classes no segundo governo Dilma. **Marxismo 21**. 2014. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/11/Classes-fra%C3%A7%C3%B5es-no-segundo-governo-Dilma-I-Grabois.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, nº 32, p. 107-126, 2011.

\_\_\_\_\_. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. **Outubro**, São Paulo, nº 14, 2006.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GOHN, Maria da Glória. O paradigma marxista na análise dos movimentos sociais. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOULART, Débora. **O Anticapitalismo do movimento dos trabalhadores sem teto – MTST**. 2011. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.

GONÇALVES, Renata. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 9-10, 2003.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, nº 6, p. 6-35, 1998. Disponível em: <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/david-harvey-o-trabalho-o-capital-e-harvey-david-o-conflito-de-classes-em-torno-do-ambiente-construc3addo-nas-sociedades-capitalistas-avanc3a7adas.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

HIRATA, Francine. Os movimentos de moradia em São Paulo. 2010. **Dissertação (Mestrado em Ciência Política)** - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Brasil, 1996. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e Presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima. Minha casa minha vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional? In: **IPEA texto para discussão 1853**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

LEFEBVRE, Henri. Capítulo I. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues de. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Rio de Janeiro, 2004.

MACHADO, Eliel Ribeiro. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 21-22, 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1199/showToc>>. Acesso em: 10 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Poulantzas: contribuições para uma teoria dos “movimentos sociais”. In: VIII Colóquio Marx e Engels, 2015, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2015. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2015/#](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/#)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crisis políticas e o capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

MARTINS, Karoline Ferreira. **O direito que nasce da luta**: a construção social do direito à moradia e à cidade pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Distrito Federal. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo**: experiências no contexto do desmanche. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e direito à cidade. **Revista Conflitos Ambientais**, Minas Gerais, 2010. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/textos-analiticos-do-mapa-de-conflitos-ambientais/?pesquisa-titulo=&pesquisa-autor=motta&pesquisa-ano=>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Vem prá rua: os protestos de junho. In: SOUSA, Cidoval Moraes de; SOUZA, Arão de Azevedo. (Org.). **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

MTST. MTST. 2016. Disponível em: <<http://www.mtst.org/>>. Acesso em: 23 jun 2015.

MTST. Cartilha de Princípios. 2016. Disponível em: <<http://www.mtst.org/linhaspoliticaseorganizativas.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

OLIVEIRA, Nathalia. A luta por moradia dos trabalhadores sem-teto brasileiros. Uma reflexão sobre trabalho e moradia no contexto do capitalismo neoliberal. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências sociais, 2011, Ondina. **Anais...** Bahia: UFB, 2011. Disponível em: <[http://www.anpege.org.br/?op=300&id\\_srv=5&id\\_tpc=0&nid\\_tpc=&id\\_grp=1&add=&lk=1&nti=372&l\\_nti=S&itg=S&st=&dst=3](http://www.anpege.org.br/?op=300&id_srv=5&id_tpc=0&nid_tpc=&id_grp=1&add=&lk=1&nti=372&l_nti=S&itg=S&st=&dst=3)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)**. 2010. 323 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PINHEIRO, Jair. Nem teto, nem mãe gentil: a luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº13-14, p.160-171, 2005.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

\_\_\_\_\_. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RODRIGUES, Cibele Maria. **Daqui não saio, daqui ninguém me tira**: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. Estado e classes sociais no Brasil: um estudo sobre os governos Lula e Dilma. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo: insurreições, passado e presente, 2015, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradias nas cidades brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano II, nº 20, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

ROLNIK, Raquel. Antes tínhamos os sem-casa, agora estamos criando os 'sem-cidade'. **Brasil de Fato**, Brasil, 2015. Entrevista concedida a Bruno Pavan. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/31184>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. A morte do Ministério das Cidades. **Canal Ibase**. 2013. Entrevista concedida a Rogério Daflon. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/a-morte-do-ministerio-da-cidade/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. O que é a cidade. **Coleção Primeiros Passos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **Lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, D. A. M. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. **Revista Novos Rumos**, 2015.

\_\_\_\_\_. Cidadania e Capitalismo (Uma abordagem teórica). **Estudos Avançados Coleção Documentos**, n. 8, Série Especial, São Paulo, 2000, p. 3-36.

\_\_\_\_\_. O conceito de Estado burguês. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. 2. ed. Campinas: UNICAMP - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998a.

\_\_\_\_\_. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro: Xamã, n. 7, 1998b, p. 46-66.



SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo; Cortez Editora, 1987.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

SINGER, André. A história e seus ardis: o lulismo posto à prova em 2010. **Folha de São Paulo**, São Paulo, set. 2010. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1909201005.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos**, n. 85, nov. 2009. Disponível em: <[http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo\\_artigo.asp?idMateria=1356](http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1356)>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro**. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo, São Paulo, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. 347 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SOUZA, Davisson C. C. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 25-26, p. 191-205, 2º sem. 2010 e 1º sem. 2011.

TATAGIBA, L. F; TEIXEIRA, A. C. C; BLIKSTAD, K; PATERNIANI, S. Z. Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda: um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades. In: **Programa Regional de Becas de Investigación CLACSO-ASDI**. 2013. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131219060544/Clacso\\_versao\\_final.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131219060544/Clacso_versao_final.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **Lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

### Documentos oficiais

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Plano Nacional de Habitação, 2009.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Política Nacional de Habitação, 2004.

CAIXA. **Manual Carta de Crédito FGTS**. Disponível em: <[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)>.

CAIXA. **Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**. Disponível em: <[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)>.

MTST. Contribuição para um planejamento regional. **Arquivo pessoal**, 2009.

### Meios de Comunicação acessados:



MTST. Site do MTST. Disponível em: <[www.mtst.org.br](http://www.mtst.org.br)>.

MTST. Mídia social do MTST. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mtstbrasil/?fref=ts>>.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

### **Regimento Interno do MTST Aprovados em Encontro Nacional de Junho/2015**

1. No MTST não é permitida cobrança financeira obrigatória da base social. Outras fontes de financiamento que não aceitamos: apoio financeira com contrapartidas que firam nossos princípios, financiamento de grandes empresas e organizações da direita.
2. No MTST todos os recursos devem ter prestação de contas coletiva. A prestação de contas deve ocorrer no máximo bimestralmente nos coletivos dos estados e em todas as reuniões da Coordenação Nacional. Os coletivos devem definir um responsável pela tarefa e, no caso da prestação nacional, o responsável deve ser um membro da Coordenação Nacional.
3. No MTST nenhum militante pode sair candidato a cargos no Executivo ou Legislativo. Caso algum militante decida candidatar-se deverá se afastar do Movimento, independentemente do partido escolhido.
4. No MTST não são aceitas condutas contrárias aos nossos princípios, tais como: divisionismo, discriminação (racismo, LGBTfobia, machismo, intolerância religiosa, xenofobia), agressão física, condutas individualistas que desrespeitam o coletivo e descumprimento das definições coletivas.  
Estas condutas devem ser coibidas não apenas nos espaços do Movimento e na realização de tarefas.
5. No MTST o critério principal para conquista de moradia é a participação nas lutas e assembleias. O controle da participação deve ser feito por listas de presença e devemos construir um Cadastro Nacional, visando a organização dos dados e uniformização dos critérios.
6. No MTST buscamos aliança com outras organizações a partir de critérios: acordo político programático; acordo tático; respeito à nossa autonomia e às nossas formas de ação. Não

temos nem teremos relações com organizações de direita e com organizações que atuem para dividir, cooptar ou instrumentalizar o MTST.

7. As reuniões de coordenações devem ter uma regularidade mínima. No caso das coordenações estaduais, no mínimo uma por mês. No caso da Coordenação Nacional, no mínimo uma a cada quatro meses.

Agora que me conhece,  
chega junto que aqui é comunidade.  
Luta coletiva e muita humildade.  
A luta de cada um é a mesma  
e o sonho  
é de viver bem.  
Lutamos abraçados  
na dificuldade  
e na vitória também!

**Fonte:** MTST. Disponível em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/regimento-interno-do-mtst/>>. Acesso em: 18 maio 2016.

## ANEXO II

### Carta Convocatória de Lançamento da Frente Povo Sem Medo

“Faça da sua vida a aventura de não apenas sonhar em um mundo melhor mas viver uma vida lutando por ele”.

(Pepe Mujica)

O mundo vive sob o signo de uma profunda crise do capitalismo, que perdura desde 2008. Medidas de austeridade econômica dominam a agenda política, multiplicando desemprego, miséria e redução dos direitos trabalhistas. Por outro lado, os banqueiros comemoram cada aniversário da crise, aumentando seus já exorbitantes lucros.

No Brasil, as medidas econômicas não deveriam seguir o mesmo script. O “ajuste fiscal” do governo federal diminui investimentos sociais e ataca direitos dos trabalhadores. Os cortes na educação pública, o arrocho no salário dos servidores, a suspensão dos concursos são parte dessa política. Ao mesmo tempo, medidas presentes na Agenda Brasil como, aumento da idade de aposentadoria e ataques aos de direitos e à regulação ambiental também representam enormes retrocessos. Enquanto isso, o 1% dos ricos não foram chamados à responsabilidade. Suas riquezas e seus patrimônios seguem sem nenhuma taxa progressiva. O povo está pagando a conta da crise.

Ao mesmo tempo, os setores mais conservadores atacam impondo uma pauta antipopular, antidemocrática e intolerante, especialmente no Congresso Nacional. Medidas como a contrarreforma política, redução da maioria penal, a ampliação das terceirizações, as tentativas de privatização da Petrobrás e a lei antiterrorismo expressam este processo.

No momento político e econômico que o país tem vivido se torna urgente a necessidade de o povo intensificar a mobilização nas ruas, avenidas e praças contra esta ofensiva conservadora, o ajuste fiscal antipopular e defendendo uma saída que não onere os mais pobres.

A conjuntura desenha momentos desafiadores para o movimento social brasileiro. Precisamos apostar na unidade nas ruas e nas lutas. Esta é a motivação maior de criar uma frente nacional de mobilização, protagonizada pelos movimentos sociais, a Frente Povo Sem Medo.

Será preciso avançar na agenda que os setores populares imprimiram em várias mobilizações ao longo de 2015, como o 15/4, o 25/6 e o 20/8 e também nas greves e mobilizações de diversas categorias organizadas dos trabalhadores:

– Contra a ofensiva conservadora e as saídas à direita para a crise. Não aceitaremos a pauta que este Congresso impõe ao Brasil. Defenderemos a radicalização da nossa democracia, a

tolerância e as liberdades contra o racismo, a intolerância religiosa, o machismo, a LGBTfobia e a criminalização das lutas sociais.

– Contra as políticas de austeridade aplicadas pelo governo, em nome de ajustar as contas públicas. Não aceitamos pagar a conta da crise. Defenderemos que a crise seja combatida com taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos, auditoria da dívida e suspensão dos compromissos com os banqueiros.

– A saída será nas ruas, com o povo, por Reformas Populares. Defenderemos a democratização do sistema político, do judiciário e das comunicações e reformas estruturais, como a tributária, a urbana e a agrária.

Esta frente nasce em um momento de grandes embates e com a responsabilidade de fazer avançar soluções populares para nossa encruzilhada. Sabemos que para isso será preciso independência política, firmeza de princípios e foco em amplas mobilizações.

Convocamos todos e todas a se somarem no lançamento da Frente “Povo Sem Medo” que será realizada no dia 08 de Outubro na cidade de São Paulo, às 18 horas.

**AQUI ESTÁ O POVO SEM MEDO!**

Convocam para o lançamento da Frente Povo Sem Medo

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Intersindical – Central da Classe Trabalhadora

União Nacional dos Estudantes (UNE)

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)

Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG)

Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (Fenet)

Uneafro

Círculo Palmarino

Unegro

Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM)

União da Juventude Socialista (UJS)

Rua – Juventude Anticapitalista

Coletivo Juntos

União da Juventude Rebelião (UJR)

Juventude Socialismo e Liberdade (JSOL)

Coletivo Construção

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)

Mídia Ninja

Coletivo Cordel

União Brasileira de Mulheres (UBM)

Bloco de Resistência Socialista

Rede Emancipa de Educação Popular

**Fonte:** MTST. Disponível em: <<http://www.mtst.org/noticias/carta-convocatoria-de-lancamento-da-frente-povo-sem-medo/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.